



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social: Realizações e dificuldades

O caso da Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) - PORTUGAL

Fabiana Raquel Vaz Lopes

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em **Empreendedorismo
e Inovação Social**
(2º Ciclo de Estudos)

(Versão Definitiva Após a Defesa Pública)

Orientador: Prof. Doutora Anabela Dinis

Covilhã, abril de 2018

Dedicatória

A ti, mãe! Sei que estiveste comigo, mesmo não estando entre nós!

Agradecimentos

Pensei inúmeras vezes que não era capaz! Tive momentos de fraqueza, de desânimo, porque, sim, houve horas em que tudo que me apetecia era desistir, mas a verdade é que no meio de uma mistura de sentimentos tanto de alegria/desânimo, eu consegui! Claro que não o consegui sozinha, e tenho muito a agradecer a quem me acompanhou ao longo desta dissertação.

A ti avó, por me permitires realizar este sonho, por estares sempre presente em todas as horas mesmo com as tuas dificuldades estiveste sempre presente com o melhor que tinhas para oferecer, Obrigada!

Aos três homens da minha vida, ao meu pai e aos meus dois irmãos. Todos tão diferentes, mas, tão iguais ao mesmo tempo. Obrigada, obrigada, por caminharem mais uma vez ao meu lado e pelo apoio que me deram para alcançar mais um objetivo.

A toda a família, obrigada pela preocupação e apoio!

A ti, Cátia Mendes, Muito Obrigada por estares sempre lá, pelas palavras de incentivo e pelo teu apoio incondicional!

À Susana Madaleno (companheira de todas as horas), à Filipa Fernandes, à Daniela Tojal, à Patrícia Matos, por acreditarem sempre em mim, e pelas palavras de incentivo, sem dúvida que foi uma grande ajuda. Muito Obrigada, meninas!

Ao pessoal de Nagoselo, sabem bem a quem me estou a referir, pelo apoio que me deram, pela preocupação, pelo incentivo, pela confiança. Muito Obrigada!

A ti Hélder, por seres um ser humano maravilhoso, por estares lá quando mais precisei e não me deixares desistir. Pela tua insistência na concretização da minha dissertação, pela confiança, pelo apoio. Muito Obrigada!

Á minha orientadora, Professora Doutora Anabela Dinis, pela sua ajuda, tenho a certeza que sem si, nunca conseguiria. Obrigada pela sua compreensão, disponibilidade e atenção. Muito Obrigada!

Á EAPN-Portugal, por me ter permitido realizar o estudo. Á Direção Executiva, ao Departamento de Formação e Desenvolvimento, ao Departamento de Investigação e Projetos, aos /as Técnicos/as dos Núcleos Distritais e aos Associados, pela vossa colaboração e atenção. O meu Muito Obrigada!

À Covilhã, minha cidade neve. Obrigada por me teres acolhido sem pedir nada em troca! A todas as pessoas que de uma forma direta/indiretamente estiveram presentes neste percurso longo. Muito Obrigada!

Resumo

Perante a prevalência de desigualdades sociais nas sociedades atuais, mesmo nas desenvolvidas, urge virar o foco para os grupos mais fragilizados, que sofrem de pobreza e exclusão social.

Os apoios do Estado aos grupos mais vulneráveis da sociedade são frequentemente insuficientes, particularmente em situações de crise económica e, por isso, surge a necessidade de implementação de novas respostas para solucionar estes problemas sociais. A mobilização da sociedade civil para este fim, traduz-se, normalmente, em respostas coletivas que se inserem no denominado terceiro setor e que encontram no associativismo uma forma legal de organização e canalização dos esforços desse coletivo. Estas associações, denominadas de solidariedade social, sendo organismos com forte potencial de geração de capital social são, também, instrumentos fundamentais para a coesão e justiça social.

Em Portugal são poucos os estudos que se centram sobre este setor. Em particular pouco se conhece sobre a forma como (ou se) efetivamente estas associações conseguem (ou não) realizar o seu potencial de capital social e participação cívica, através de um envolvimento ativo dos seus associados. O presente estudo, com base no caso de *Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN¹) Portugal*, que constitui, em Portugal, um exemplo de boas práticas no domínio social, visa analisar e compreender quais as realizações e as dificuldades que estas associações enfrentam para conseguirem alcançar os seus objetivos, nomeadamente na participação social ativa e no encontro de novas respostas para os problemas sociais. O estudo inclui uma primeira parte onde se discutem os conceitos de terceiro setor e associativismo, capital social e se desenvolve a relação entre associativismo inovação social, democracia e participação, como elementos centrais para a compreensão da problemática que dá título à presente dissertação e uma segunda parte, centrada no estudo de caso da EAPN- Portugal. Este estudo inclui a implementação de inquéritos a vários informadores-chave da organização. Com base neste estudo de caso, conclui-se dando resposta às questões de investigação, apontando implicações práticas e teóricas, limitações do estudo e linhas para futuras investigações.

Palavras-Passe: Terceiro Setor, Associações de Solidariedade Social, Participação Social, Capital Social, Inovação Social, Democracia Participativa, EAPN_Portugal.

¹ Sigla do Inglês European Anti Poverty Network

Abstract

Given the prevalence of social inequalities in today's societies, even those developed, it is urgent to focus on the most fragile groups that suffer from poverty and social exclusion.

State support to the most vulnerable groups in society is often insufficient, particularly in situations of economic crisis and therefore the need to implement new responses to solve these social problems is required. The mobilization of civil society for this purpose is normally, in collective responses that include the so-called third sector and that find in the associativism a legal form of organization and channeling of the efforts of this collective. These associations, known as social solidarity, are bodies with a strong potential for generating social capital and are also fundamental instruments for social cohesion and justice.

In Portugal there are few studies that focus on this sector. In particular, little is known about how (or if) these associations effectively (or not) achieve their potential for social capital and civic participation, through the active involvement of their members. The present study, based on the case of the European Anti-Poverty Network (EAPN) Portugal, which is an example of good practice in the social field in Portugal, aims at analyzing and understanding the achievements and difficulties that these associations face in order to achieve their goals, namely active social participation and meeting new responses to social problems. The study includes a first part discussing the concepts of third sector and associativism, social capital and develops the relationship between social innovation, democracy and participation, as central elements for understanding the problematic that gives title to the present dissertation and a second part, focusing on the case study of EAPN-Portugal. This study includes the implementation of surveys of several key informants in the organization. Based on this case study, we conclude by answering the research questions, pointing out practical and theoretical implications, limitations of the study and lines for future investigations.

Keywords: Third Sector, Social Solidarity Associations, Social Participation, Social Capital, Social Innovation, Participative Democracy, EAPN-Portugal.

Índice

Resumo	vii
Abstract	ix
Lista de Figuras.....	xiii
Lista de Tabelas	xv
1. Introdução.....	1
PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	3
1. Terceiro Setor e Associativismo.....	3
1.1 O Conceito de terceiro setor.....	3
1.2 A evolução histórica do terceiro setor: fruto e motor de mudança social.....	6
1.3 O Terceiro Setor e o associativismo em Portugal	8
2. Ação Coletiva, Capital Social e Participação Cívica.....	15
2.1 O Capital Social como elemento fulcral da ação coletiva	15
2.2 Capital social: entre o individual e o coletivo	17
2.2 Capital social e participação cívica.....	20
3. O Associativismo e o seu papel no desenvolvimento das sociedades.....	25
3.1 O associativismo como fator de inovação social.....	25
3.2 O associativismo como um pilar da Democracia: da Representativa à Participativa	30
3.3 Tipos de associações e o seu impacto na democracia.....	32
PARTE II- ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DA EAPN	35
4. A Rede Europeia de Anti Pobreza (EAPN) - Portugal	35
4.1 Missão, objetivos e atividades da EAPN- Portugal.....	35
4.2 A História da EAPN: Fundação e sua evolução	36
5. Objetivos e metodologia	41
5.1 Objetivos e desenho da investigação empírica	41
5.2 Procedimentos metodológicos.....	44
5.3 Identificação/caracterização dos informadores-chave.....	47
6. Perspetivas sobre a Missão da EAPN e dos seus contributos para a inovação social	53

6.1 A perspetiva da sede	53
6.2 A perspetiva dos técnicos	55
6.3 A perspetiva dos associados	58
6.4. Uma síntese das perspetivas	60
7. A participação e envolvimento dos associados: realizações e dificuldades	67
7.1 Fatores de adesão à EAPN-Portugal.....	67
7.2 Áreas de atuação mais relevantes	68
7.3 Níveis de participação.....	68
7.4 Fatores que promovem a participação	69
7.5 Fatores que limitam a participação	70
7.6 Sugestões para melhoria da participação dos associados	73
8. Conclusões	79
Anexos.....	83
Anexo 1 -Exemplo do Layout dos questionários implementados (associados)	83
Anexo 2 -Respostas a questões abertas da direção e departamentos	89
Bibliografia	99

Lista de Figuras

Figura 1 - Os três setores, adaptado Mendes, 2014:20.....	3
Figura 2- Categoria dos associados	47
Figura 3 - Distribuição dos associados da amostra por tipo de instituição	48
Figura 4 - Funções desempenhadas pelos respondentes no caso dos associados	48

Lista de Tabelas

Tabela 1- Abordagens do conceito Inovação Social	26
Tabela 2 - Termos, essenciais para a compreensão da Inovação Social.....	27
Tabela 3 - As associações e seus impactos democráticos segundo três perspectivas teóricas	34
Tabela 4 - Estrutura dos questionários.....	45
Tabela 5 - Universo e nº de questionários recolhidos, por grupo de informadores-chave	47
Tabela 6 - Satisfação com o núcleo de pertença.....	71
Tabela 7 - Satisfação dos associados com a EAPN-Portugal	71

1. Introdução

Apesar dos desenvolvimentos tecnológicos e económicos dos últimos séculos, prevalecem ainda fortes desigualdades nas sociedades, mesmo nas que se dizem mais desenvolvidas. Situações como desemprego de longa duração, empregos precários, discriminação com base no género, raça ou credo, entre outras situações discriminatórias, traduzem-se, ainda nos dias de hoje, em graves problemas de pobreza e exclusão social.

Os apoios do Estado aos grupos mais vulneráveis da sociedade são frequentemente insuficientes, particularmente em situações de crise económica. A mobilização da sociedade civil para a resolução destes problemas surge, frequentemente e ao longo da História, como uma forma de encontrar novas respostas para a resolução dos problemas sociais. Essa mobilização traduz-se, normalmente, em respostas coletivas que se inserem no denominado terceiro setor e que encontram no associativismo uma forma legal de organização e canalização dos esforços desse coletivo. Estas associações, denominadas de solidariedade social, sendo organismos com forte potencial de geração de capital social são, também, instrumentos fundamentais para a coesão e justiça social.

As associações de solidariedade social desenvolvem, em muitos casos, uma ação direta junto dos grupos mais carenciados e/ou excluídos, procurando dar resposta às suas necessidades mais imediatas, mas, noutros casos, a sua missão estende-se numa lógica de dar voz aos mais desfavorecidos e de promoção de uma alteração do sistema e dinâmicas sociais, de forma a desenvolver uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa, sendo, nesse sentido, potenciais promotoras de mudança e inovação social, mas também de uma democracia mais participada. Se nos primeiros casos os resultados das suas ações nem sempre são imediatamente visíveis, nos segundos casos, essa visibilidade pode ainda ser mais difícil dada as mudanças estruturais que se propõe. Por essa razão, neste tipo de associações, o envolvimento ativo e contínuo dos seus associados pode ser mais difícil, pondo em causa grande parte do seu potencial como promotoras de inovação social e de uma democracia participada.

Em Portugal o movimento associativo evoluiu ao longo do tempo, contudo, num processo lento, marcado pela sua ligação à Igreja Católica e contido por um período de ditadura que limitou o direito à livre associação. Com a implementação da democracia em 1974, o movimento associativo ganha, em Portugal, uma nova

dimensão, penetrando em diversas áreas desde a cultural, a desportiva, a recreativa, até as de solidariedade social.

Por isso, é importante analisar e compreender quais as realizações e as dificuldades que estas associações enfrentam para conseguirem alcançar os seus objetivos, nomeadamente na participação social ativa e no encontro de novas respostas para os problemas sociais, é, pois, um aspeto fundamental para melhorar a eficiência e eficácia destas organizações. É este o objetivo central deste estudo. Mais especificamente procura-se, com este estudo, contribuir para a construção de uma resposta às seguintes questões: É o associativismo um veículo efetivo de participação e inovação social? Quais as realizações e quais as dificuldades das associações de solidariedade social - em particular das que se centram na mudança social mais do que na assistência social - no envolvimento efetivo dos seus associados, como membros ativos na construção participada de soluções sociais?

Para isso, organizou-se o presente trabalho em duas partes.

Na primeira parte procede-se ao enquadramento teórico onde se discutem os conceitos de terceiro setor e associativismo, capital social e se desenvolve a relação entre associativismo, inovação social, a democracia e participação, como elementos centrais para a compreensão da problemática que dá título à presente dissertação.

Na segunda parte deste trabalho apresenta-se o estudo de caso da *Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN²) Portugal* - uma associação nacional com matriz Europeia, dedicada ao combate à pobreza e exclusão social, fundada em 1991, cuja missão é “Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva”³ e que constitui, em Portugal, um exemplo de boas práticas reconhecido pela atribuição em 2010, pela Assembleia da República, do Prémio Direitos Humanos. Com base neste estudo de caso, conclui-se dando resposta às questões de investigação, apontando implicações práticas e teóricas, limitações do estudo e linhas para futuras investigações.

² Sigla do Inglês European Anti Poverty Network

³ Fonte: <https://www.eapn.pt/missao-visao-valores>

PARTE I - ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1. Terceiro Setor e Associativismo

1.1 O Conceito de terceiro setor

O Terceiro Setor é muito heterogêneo na sua essência e pode assumir outras designações em diferentes países. Por exemplo, enquanto que em França o termo mais utilizado é a Economia Social, em Portugal, por exemplo, são utilizados os dois termos em simultâneo. Já, noutros países, por exemplo, nos países de tradição anglo-saxónica, termos como Setor Não Lucrativo, Organizações Não Governamentais e Organizações da Sociedade Civil são mais habituais. Embora exista esta multiplicidade de termos, em muitos casos, os termos são utilizados como são sinónimos uns dos outros para designar o que aqui assumiremos como “terceiro setor”.

O termo “terceiro setor” refere-se a um conjunto de organizações muito diversificadas entre elas, mas que têm em comum o facto de, por um lado não serem públicas ou estatais, e por outro lado pelo seu cariz privado e sem fins lucrativos. Parte, pois, de uma visão da sociedade composta por três setores (ver figura 1), sendo que, cada um tem a sua missão, valores e lógicas de funcionamento pelos quais se regem.

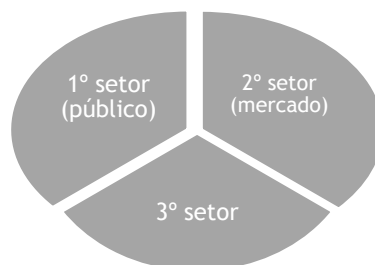


Figura 1 - Os três setores, adaptado Mendes, 2014:20

Perante estes três setores é possível encontrar divergências e convergências entre eles. O 1º setor diz respeito as entidades públicas, pertencentes ao Estado cuja missão é social, direcionada para o bem público. O 2º setor centra-se no mercado, fazendo parte deste as entidades privadas que têm como principal objetivo o lucro, para distribuição pelos membros e acionistas, ou seja, as empresas. Do 3º setor, fazem parte as instituições sem fins lucrativos, mas de interesse público, ou seja, nestas

instituições primam as pessoas em detrimento dos excedentes financeiros, e os seus objetivos são primordialmente de natureza social e/ou coletiva.

Apesar desta distinção entre o terceiro setor e os restantes é também possível encontrar algumas convergências.

Desde logo entre o terceiro setor e o que se denominou segundo setor (mercado), pelo seu cariz privado, mas também porque embora o principal objetivo do terceiro setor, seja social, este pode também participar no mercado, porém, apenas e só com o objetivo de sustentabilidade da sua instituição e não para divisão dos excedentes financeiros entre os seus membros. Nestes casos, mesmo que existam excedentes financeiros decorrentes das suas atividades, eventualmente por via da sua participação no mercado, esse excedente não se destina à remuneração dos investidores, mas sim a ser reinvestido nas instituições para a prossecução da sua missão social. Como reforçam Jenei e Kuti, 2008:12 (cit in Corry,2010:14): “As organizações do terceiro setor são geralmente consideradas organizações que obedecem à ‘restrição de não-distribuição’ que permite exclusivamente o reinvestimento de lucros e não a sua distribuição entre os membros e / ou os empregados”

Já entre o que se denominou primeiro setor (Estado) e o terceiro setor um ponto de convergência, é a atuação na esfera social e do bem coletivo. Devido a esta convergência de missões, o terceiro setor assume, frequentemente, um papel de “prestador” de serviços ao Estado, desenvolvendo a sua missão social onde o estado não pode ou não quer chegar. Segundo Coelho, (2008:4) as organizações sem fins lucrativos “(...) são publicamente envolvidas, na medida em que promovem a integração de indivíduos na vida local, e de grupos de cidadãos simplesmente preocupados com o estado da sociedade atual e que, face ao seu distanciamento relativamente ao poder local, se servem destas instituições para fazer ouvir a sua voz. Isto é, estas organizações surgem como uma forma política por parte daqueles que se sentem desfasados do poder instaurado”.

Segundo Rui Namorado (2009:6), o Terceiro Sector, “é uma espécie de definição minimalista que não pretende transmitir mais do que a ideia de que há um sector que nem é público nem é privado, dispensando-se de significar mais do que isso. Uma espécie de noção- recipiente, onde caiba tudo aquilo que notoriamente nem seja público, nem privado lucrativo.”

O terceiro setor, sendo privado, agrega as Instituições sem fins lucrativos - caracterizando-se pela não distribuição de lucros e pela sua autonomia face ao Estado - e que desenvolvem um conjunto de atividades em prol da comunidade e da sociedade em geral; tendo por base uma gestão social e o desenvolvimento do ser

humano (Mendes, 2014). Segundo Andrade e Franco (2007:14), estas organizações, terão várias missões a cumprir, nos domínios “cultural, educacional, de investigação, de lazer, de apoio social, filantrópica, de defesa dos direitos humanos, de defesa de causas ambientais, entre muitas outras possíveis”

Segundo Salamon *et Anheier*, (1997:9 *cit in* Corry,2010:13) estas organizações “em primeiro lugar são organizadas, ou seja, possuem alguma realidade institucional. São privadas, ou seja, institucionalmente separadas do Estado. São sem fins lucrativos de distribuição, ou seja, os lucros gerados não são distribuídos pelos proprietários ou diretores. São auto-reguladas, ou seja, controlam as suas próprias atividades. São voluntárias, na sua maioria, ou seja, dão algum significado à participação voluntária, tanto nas atividades como na gestão dos assuntos”

Segundo Carlota Quintão (2004:3) as organizações do terceiro setor baseiam-se em princípios de “entreatajuda, de cooperação, filantrópicos, caritativos, em detrimento do lucro privado, e mobilizando e gerindo recursos, monetários e não monetários (donativos, trabalho voluntário), constituindo formas de atividade económica mais solidárias, democráticas e participativas” e desenvolvem Iniciativas que “representam formas de organização de atividades de produção e distribuição de bens e serviços, distintas dos dois agentes económicos dominantes - os poderes públicos e as empresas privadas com fins lucrativos - designadamente e de forma significativa, por o Estado e o Mercado” (Quintão:2004:2). Este setor é também por vezes denominado de economia social ou solidária⁴

Os diferentes termos utilizados para designar organizações da sociedade civil, ajudam a clarificar as diferenças entre o terceiro setor, o setor público e setor de mercado.

⁴ A ênfase no desenvolvimento de “formas económicas mais solidárias, democráticas e participativas”, isto é, em colocar a economia ao serviço do social é o que cunham os termos “economia social” e “economia solidária”.

A economia social, caracteriza-se essencialmente por, uma preocupação permanente com as pessoas e a concessão de uma importância primordial aos aspetos sociais em detrimento dos económicos. O termo de Economia Social, emerge no século XIX, na França, muito atribuída a C.Gide (1883), distinguindo-a da economia política protagonizada por A. Smith. Porém, renasce com ascensão de François Mitterrand a Presidente da República, já no século XX, nos anos 80 “(...) uma das novidades políticas que trouxe essa mudança foi a importância dada a uma realidade organizativa, a uma conjugação de movimentos sociais que já existia no terreno, então denominada economia social.” (Namorado, 2009:3). Sobre a origem do termo de economia social, Roque Amaro (2005), diz que este conceito emerge no século XIX, devido às injustiças sociais patentes na sociedade, muitas delas consequência da revolução industrial, onde os cidadãos mais desfavorecidos, procuravam alternativa à economia capitalista, uma economia de entreatajuda e de cooperação. Na sua perspectiva, é nesta altura que surgem as associações, mutualidades e as cooperativas. Defende também que a economia social, ressurgiu nos anos 80 do século XX, com a globalização e o agravamento dos problemas sociais.

A economia solidária assume uma posição mais política e apoia-se largamente no Estado. Pode ser encarado como sendo um movimento de renovação e reatualização histórica da economia social. (Pereira, 2012:59-68). É um projeto de uma sociedade alternativa, fazendo parte dela uma vertente política na medida em que promove a democracia. Nem países como a África, Ásia e América Latina, intitulam a economia solidária, como uma economia popular, cooperativa e comunitária. Para alguns, a Economia Solidária é considerada como um setor da Economia Social, que tem como principal objetivo assegurar os direitos sociais aos cidadãos mais desfavorecidos da sociedade, “(...) uma grande diversidade de atividades económicas organizadas segundo princípios de solidariedade, cooperação e autogestão, seja pela recriação de práticas tradicionais, seja pela emergência de formas inovadoras” (Cunha et Santos, 2011:16).

Apesar dos termos Terceiro Setor, Economia Social e Economia Solidária, implicarem, por vezes, conceitos divergentes de país para país, consoante as tradições, têm em comum designar um conjunto de organizações do setor privado, mas com lógicas coletivas de atuação e todos eles são alternativos/complementares à economia hegemónica capitalista, com o intuito de resolver necessidades e problemas sociais.

1.2 A evolução histórica do terceiro setor: fruto e motor de mudança social

Apesar de uma maior visibilidade do terceiro setor a partir dos anos 90, na história da humanidade, tal como refere Mendes (2014), existem referências a inúmeras iniciativas consideradas como parte integrante do terceiro setor que remontam a idade média e até mesmo à pré-história. Por exemplo, na caça coletiva, estavam presentes os valores cooperativos que se demonstravam entre os indivíduos, indo em busca de um objetivo comum. Na antiga Roma e Grécia “(...) podemos descortinar formas de economia coletiva, antepassadas do cooperativismo e do mutualismo, como sejam as sociedades de auxílio mútuo para seguros e apoio nos funerais” (Mendes, 2014:48). No final dos períodos do império romano e grego, muito pela influência do cristianismo e das doações, começam a aparecer as igrejas, conventos, hospitais, orfanatos e mosteiros, que prestavam assistência aos mais necessitados. Já na idade média assistimos a outras iniciativas muito ligadas à igreja católica e de caráter assistencialista, como é o exemplo das confrarias e das irmandades. Estas instituições têm como principal objetivo a caridade e a assistência aos mais carenciados.

Entre o século XVII e que se afirma a partir do século XIX, no que concerne ao terceiro setor observam-se algumas alterações, muito devido à revolução francesa e ao desenvolvimento do liberalismo. Segundo Mendes (2014:51), “em consequência da Revolução Francesa, quer na França quer nos outros países da Europa aonde chegaram as suas ideias, o Estado iniciou um processo de controlo e proibição das instituições ligadas à Igreja Católica, com apropriação dos seus bens. Em sua substituição o Estado começou a intervir na assistência e na solidariedade, quer diretamente, quer por organizações laicas”. Com o liberalismo, assente numa ideia de estado mínimo, que garantisse as necessidades básicas das pessoas. No século XIX, observamos ao incremento do movimento associativo, com a criação de clubes, os centros recreativos entre outros. O movimento operário, também induziu um associativismo com um caráter político e de mudança social. Este movimento operário teve as suas raízes no catolicismo e no socialismo. Sendo associações essencialmente de socorros mútuos na doença, sociedades cooperativas de consumo e produção, caixas de crédito e associações de instrução popular.

No século XIX é já possível identificar três correntes importantes que configuravam o terceiro setor, com algumas divergências entre elas no que diz respeito ao papel do Estado na assistência social, nomeadamente a *corrente socialista*, a *corrente de tradição social católica* e a *corrente solidarista liberal*. De acordo com Mendes (2014:54) “os socialistas enalteciam as bondades do associativismo e da intervenção estatal, privilegiando as cooperativas de produtores, já os católicos sociais defendem a existência dos corpos intermédios entre o indivíduo e o Estado e os liberais defendiam acima de tudo a liberdade económica e valorizavam a autoajuda”

Ao longo do tempo e em diferentes contextos geográficos e históricos, o terceiro setor foi assumindo maior ou menor relevância nas sociedades consoante as adversidades que iam enfrentando. Por exemplo, em tempos de ditadura, o direito de livre associação era completamente negado.

As novas dinâmicas globais, verificadas sobretudo a partir dos anos 70 do século passado, fortemente assentes na lógica de mercado, associadas a uma incapacidade dos Estados em dar resposta a problemas sociais emergentes deste novo contexto traduziram-se numa fraca atenção dirigidas para grupos vulneráveis à pobreza e exclusão social. De acordo com Santos e Guerra (2012:5), “a crise ou o recuo dos Estados-providência, a desregulação das economias e globalização das economias têm, sobretudo em períodos de maior recessão económica, deixado a descoberto um conjunto de grupos e indivíduos mais vulneráveis ou com maior risco de vulnerabilidade à pobreza e a exclusão social”. É o surgimento de novos problemas e o agudizar dos velhos problemas. Segundo Quintão (2011:10), “O sistema económico revela-se incapaz de criar emprego para a generalidade da população e os sistemas de proteção social revelam-se insuficientes, face às tendências do carácter estrutural do desemprego, à persistência das formas de pobreza tradicionais, e face ao crescimento de novas formas de pobreza e exclusão social”. Nestes tempos conturbados, entre a afirmação e a crise dos estados de bem-estar, surgem respostas alternativas provenientes de organizações da sociedade civil, i.e do terceiro setor, para a resolução de novos e velhos problemas sociais. Os novos problemas sociais que assombram as sociedades modernas, como empregos precários, desemprego de longa duração, descrença dos cidadãos no modelo político vigente (democracias representativas), o que alguns autores denominam de uma “nova questão social” (Quintão, 2004:5), culmina em grandes desigualdades sociais, que por consequência se transformam em situações de pobreza e exclusão social. É já nos anos 90 que a sociedade civil, intitulada também como sociedade providência, começa a assumir um papel de maior visibilidade que vai ao encontro de várias iniciativas e novas alternativas, nomeadamente, de respostas que se afastem tanto do privado (Mercado), como do Público (Estado), e que populariza a denominação “terceiro

setor”. O termo surge com a intenção de clarificar as barreiras existentes entre o público (Estado) e o privado (Mercado). Também o termo “economia social” e “economia solidária” ganham visibilidade, para designar uma economia que não é capitalista, mas sim uma economia que visa satisfazer necessidades sociais. Esta lógica é descrita por Sá e Pequito (2015:135) da seguinte forma: “As empresas capitalistas hesitam em se envolverem num mercado onde a maioria dos consumidores não têm possibilidade de pagar um preço atrativo para o investimento dessas empresas, já que, à exceção de alguns segmentos da população com elevado poder de compra, a rentabilidade dessas atividades está longe de ser assegurada. Há ainda a considerar que as políticas restritivas que mimam o ‘Estado Social’ impedem que o setor público tenha condições para responder à procura de produtos e serviços sociais”

1.3 O Terceiro Setor e o associativismo em Portugal

O desenvolvimento do terceiro setor em Portugal, ao mesmo tempo que partilha muitas das circunstâncias dos países europeus vizinhos, apresenta também algumas especificidades fruto do seu contexto histórico político. Como eles, o terceiro setor em Portugal, surge muito associado à incapacidade de resposta do Estado-Providência as necessidades sociais, e na incapacidade e abrangência dos mais desfavorecidos. Mas a emergência do Terceiro Setor em Portugal no século XIX acontece numa realidade diferente daquela vivenciada nos restantes países da Europa: uma sociedade marcada pela sua grande tradição católica, com grandes raízes de tradições mutualistas, cooperativas e solidárias e de grande autoritarismo, com uma adesão tardia à democracia e fraca industrialização, em prol da aposta no setor agrícola. A realidade do Terceiro Setor em Portugal, baseada na nova “questão social”, chegou mais tardiamente. (Guerra *et* Santos, 2013:9)

Apesar, da emergência do terceiro setor ter a sua origem no século XIX, podemos recuar um pouco na história até à idade média (Mendes, 2014). Em Portugal, como nos restantes países da Europa assistiu-se a várias iniciativas consideradas como parte integrante do terceiro setor. De não estranhar, sendo Portugal um país de grandes raízes católicas, muitas destas iniciativas tiveram a sua origem na igreja católica. Uma das primeiras iniciativas a surgir foram as Confrarias, as Irmandades ou Fraternidades. Começam por emergir nas grandes cidades, mas rapidamente se expandiram pelo país datando a sua origem no século XII. Segundo Mendes (2014:50). “já no século XII, Portugal estava com cerca de 450 instituições de cariz assistencial”.

Estas iniciativas que tinham como principal objetivo a assistência social, eram frequentemente desenvolvidas através da ação dos frades franciscanos e dominicanos. Estas confrarias, apresentam algumas das principais características das atuais IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social). As mais antigas confrarias que

temos na história e que estão registadas como tal, remontam ao ano de 1297, a Confraria de Beja.

Também no reinado de D. Dinis, no ano de 1293, vislumbramos a iniciativa da Bolsa de Mercadores, que visava a proteção dos associados e dos seus comerciantes. Uma outra preocupação destas iniciativas em Portugal e sendo um país que se caracterizava como maioritariamente agrícola, as preocupações recaiam na produção agrícola, e por isso, a criação dos Celeiros Comuns e os Montepios Agrícolas, em 1576.

Todavia, a igreja católica, foi sempre a grande impulsionadora do surgimento de iniciativas que assegurassem uma sociedade mais solidária e participativa, desenvolvendo uma ação social destinada aos mais desfavorecidos e carenciados na sociedade, muitos deles, mendigos, órfãos e as mulheres. Segundo Mendes (2014:50), “A Igreja, através das instituições de caráter fundacional, executava uma política de solidariedade e caridade, preenchendo uma insuficiência existente na sociedade, devido à ausência de políticas sociais do Estado” As instituições católicas, ao longo da história, deram origem às Misericórdias, que atualmente conhecemos como uma instituição basilar do terceiro setor em Portugal. A primeira misericórdia foi fundada pela D. Leonor de Lencastre em 1498. Expandiram-se por todo o território português, prestando funções de assistência, através dos hospitais, mercearias, entre outros serviços. Estes serviços eram prestados a mendigos e a órfãos doentes.

Já no século XVIII, em 1780, surge a Casa Pia de Lisboa. Esta instituição tinha como objetivo primordial o acolhimento de crianças abandonadas e órfãs, como também, pedintes e prostitutas. Era considerada uma associação laica, que se separava da Igreja Católica, mas mesmo assim era alvo de controlo e proibição.

Porém nesta altura, começam a aparecer algumas restrições no que diz respeito ao livre direito de associação. Desde 1822 até 1838, assistiu-se a tempos instáveis. O direito à liberdade de associação foi negado, mas volta a ser consagrado na Constituição Liberal de 1838, mas pouco tempo esteve em vigor. Só em 1907 é que foi novamente imposto, mas não foi implementado de forma satisfatória. Neste período de tempo, foram aparecendo algumas associações de cariz não religioso, como por exemplo, as associações de socorros mútuos, que garantiam a assistência médica, a atribuição de subsídios por doença e incapacidade, fornecimento de medicamentos, subsídios para pagamentos de funerais, tratamentos em termas. Sendo instituições que caracterizam pela Previdência social, ou seja, como um seguro social que assegura os riscos dos mais necessitados. Nesta altura, entre os séculos XVIII e XIX, segundo Mendes (2014:56), “os cidadãos, de forma autónoma, sem apoios do Estado, diríamos mesmo com condicionamentos, organizavam-se em diversas formas jurídicas de pessoas coletivas como Socorro mútuos, sindicatos, coletividades e cooperativas para

fazerem face às necessidades sociais que tinham, devido à quase total ausência do Estado no suprimento de direitos sociais mínimos”

Durante a Primeira República, já no século XX, depois de ultrapassar os períodos da monarquia, o país começa a ser mais democrático. Foi neste período de tempo, que começaram a emergir em grande força as associações, por exemplo, a Cruz Vermelha e a Cáritas. Foi consagrado a liberdade de associação, na constituição de 1911, mas mais uma vez esta norma não foi concretizada na sua plenitude. Foram destituídas as associações de caris religioso para serem substituídas por associações culturais.

Em particular, o Estado-Providência português, teve a sua origem durante a ditadura de Salazar, a chamada previdência social, muito centrado nos benéficos sociais ao nível do trabalho. Depois de algumas reformas durante este tempo, o Estado-Providencia consolidou-se com a Revolução dos Cravos de 74, com a expansão dos direitos sociais.

Em Portugal, o Estado-Providência surge quando nos restantes países já encontrava em crise. Com a passagem por um regime ditatorial, onde os direitos de livre expressão e associação eram negados, o país passou por períodos de grande fechamento ao exterior, devido ao grande “orgulhosamente sós” de Salazar. E por isso, os tempos de ditadura trouxeram também grandes impactos negativos para as organizações da sociedade civil.

Em tempo de ditadura, o Estado novo, baseava-se numa proteção social assente no assistencialismo, muito apoiada pela igreja católica, mas também, através da previdência social, que tinha a seu apoio nos regimes contributivos do trabalho, sendo que um dos primeiros sistemas a ser integrado foi o da saúde. Em Portugal, neste período, existiam algumas associações de caráter social, estando sob a égide da igreja católica, como o caso das Misericórdias e da Cáritas.

Segundo, Quintão (2011), o fim da ditadura, com a revolução dos cravos em 1974, Portugal, assistiu à (re)configuração do Estado-Providência, assente em princípios de acesso à democracia e aos direitos sociais, embora que a um ritmo lento. Pretendeu-se um Estado-Providência caracterizado por um sistema de ação social universal com a intenção de encontrar respostas para as necessidades sociais sentidas. Datam desta altura as primeiras medidas públicas direcionadas para o combate da pobreza.

Contudo o Estado-Providência português, é, caracterizado “(...) pela baixa cobertura de riscos, uma débil qualidade de serviços, pelo défice de participação dos cidadãos neste serviço, assim como da fraca consciencialização do usufruto dos direitos sociais” (Guerra *et* Santos, 2013:10). É neste sentido que Boaventura Sousa Santos (1992) o considera um “*quase* Estado-Providência” em comparação com os restantes países da Europa, nomeadamente os do Norte. Este modelo assemelha-se mais aos países da

Europa do Sul, países estes, que lidaram com realidades mais difusas e complexas. Os contextos socioeconómicos mais complexos, uma economia subterrânea, um desemprego elevado e um grande grau de envelhecimento da população.

Apesar do Estado português ser caracterizado como débil no que diz respeito à satisfação das necessidades sociais, Portugal desenvolve uma sociedade civil forte, a partir de 1974, com a implementação das democracias. Depois dos tempos de repressão, no pós 25 de Abril conhece-se uma nova viragem com o reforço dos direitos sociais vertidos na Constituição em 1976, na qual se reforça o papel das cooperativas (artº 84º) como elementos centrais da organização económica coletiva, i.e da economia social.

Outro fator que promoveu uma maior atenção para os problemas sociais, nomeadamente, à pobreza e exclusão social, foi a adesão de Portugal (1986) à Comissão Económica Europeia (CEE). Portugal integrou nas suas políticas sociais programas direcionados para a luta contra a pobreza e a programas com apoios de fundos estruturais. A partir desta iniciativa, o nosso país, enfrentou períodos de maior modernização e inovação e de parcerias para alcançar os objetivos sociais.

A atual Constituição da República Portuguesa, no seu Artº82, consagrou o “sector cooperativo e social”, que deu nome ao setor social, privado e coletivo, que inclui no seu ponto 4, inclui vários subsectores: o cooperativo (alínea a), o comunitário (alínea b), o autogestionário (alínea c) e o solidário (alínea d).

A Constituição da República Portuguesa, consagrou pois, ao “setor cooperativo e social tudo aquilo que não é público e tudo o que não é privado lucrativo, aquilo que Rui Namorado (2009:9) apelidou de “Economia Social”, mas que corresponde ao que temos vindo a designar por terceiro setor e que genericamente “abrange todas cooperativas, todas as entidades compreendidas no sector comunitário, todas as unidades produtivas que integram o subsector autogestionário, bem como as misericórdias, as mutualidades, além das fundações, das associações e de quaisquer outras entidades que tenham como objectivo a solidariedade social.”

Deste então, Portugal, direccionou-se para iniciativas de privatização social, redescobrimo as organizações de solidariedade social, sendo estas, promotoras de bens e serviços subcontratadas pelo Estado. Segundo Hespanha (2001:198 *cit in* Guerra et Santos, 2013:7) “às instituições privadas é reconhecido um importante e insubstituível papel na produção direta e no exercício dessas atividades e serviços e, por esse facto, o Estado obriga-se a conceder-lhe apoios de natureza material, técnica e financeira”. O crescimento deste tipo de organizações, foi cada vez mais visível. Multiplicaram-se as iniciativas privadas sem fins lucrativos, com vista, a resolução dos problemas sociais. Tudo isto devido, a modernização e maior desenvolvimento do

país, uma maior aposta no setor social, por parte da sociedade civil, sendo que foi a democracia que proporcionou uma maior liberdade, uma livre adesão e voluntaria dos cidadãos, e a consciencialização do Estado sobre a sua falta de atenção, permitindo à sociedade a formação de soluções para os flagelos sociais. Entrou-se numa nova era, onde as organizações se formavam, através de forças coletivas em busca de novas respostas sociais. Segundo Carlota Quintão (2011:12), tratou-se de um processo de “mobilização da sociedade civil para a resposta a necessidades básicas, no contexto dos países europeus, onde os movimentos sociais (feminista, ambientalista, pacifista, defesa dos direitos e interesses de minorias, etc.) amadureciam”.

Em 2013 é aprovada em Portugal a lei de bases da economia social (Lei n.º 30/2013 de 8 de maio), que no seu artº2, nos nº1 e2, apresenta a sua definição de “economia social”, que se equipara ao termo “setor cooperativo e social” presente na Constituição da República Portuguesa: “entende-se por economia social o conjunto das atividades económicas-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades referidas no artigo 4 da presente lei, as atividades previstas no nº1 têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente quer através da prossecução dos interesses dos membros, utilizadores, e beneficiários, quando socialmente relevantes”. Segundo o artº4 da lei de bases da economia social, a economia social engloba várias entidades, desde que abrangidas pelo quadro jurídico português:

- a) As cooperativas;
- b) As associações mutualistas;
- c) As misericórdias;
- d) As fundações;
- e) As instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores.
- f) As associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local;
- g) As entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social;
- h) Outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social

Em Portugal, aquilo que aqui designamos por terceiro setor é então composto por “um conjunto heterogéneo de organizações, tais como associações, cooperativas, fundações, IPSS, mutualidades, entre outros” (Santos *et* Guerra, 2013:13). Estas organizações, tem contribuído para a inserção da cidadania, um maior apelo à democracia participativa e inovação social, e principalmente uma maior aposta nas

populações excluídas. Estas organizações, com focos muito diversificados, intervêm em várias áreas, consoante, as necessidades detetadas, tanto ao nível da saúde, habitação, ambiental, desenvolvimento local, consumo, defesa dos direitos sociais, entre muitas outras vertentes.

Em Portugal a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), “assente numa parceria efetiva entre o Estado e organizações representativas do setor da economia social e assumindo a forma jurídica de ‘cooperativa de interesse público’, tem por objeto promover o fortalecimento do setor da economia social, aprofundando a cooperação entre o Estado e as organizações que o integram, bem como a prossecução de políticas na área do voluntariado.”⁵ Esta cooperativa, representa, hoje em dia, o organismo congregador do terceiro setor em Portugal, tendo como principal objetivo fortalecer o setor da economia social e a relação do Estado com as várias organizações.

As associações são parte integrante do Terceiro Setor. Podemos entender por associação, “(...) todo o grupo de indivíduos que decidem voluntariamente, por em comum os seus conhecimentos ou atividades de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses.” (Meister, 1992 *cit in* Viegas, 2004:34).

Um dos principais objetivos do associativismo é “(...) levar as pessoas a reunirem-se e formarem grupos, desenvolvendo capacidades organizativas com o intuito de defenderem objetivos comuns aos indivíduos desse grupo” (Varada, 2014:49).

A emergência do associativismo, está relacionado com as condições sociais que se fizeram sentir no pós-revolução industrial e com forte influência da revolução liberal. Caracteriza-se por um associativismo que se centra na complexidade, heterogeneidade, e pelo seu foco em novos setores da vida social. Segundo Tocqueville, “(...) nas condições das sociedades modernas industriais, os indivíduos, absorvidos pela luta diária de subsistência ou de aquisição de bens materiais tendiam a desinteressar-se do interesse colectivo e, portanto, da vida política da comunidade” (Tocqueville, 2001 *cit in* Viegas, 2004:35).

Foi no século XIX, que o associativismo observou a sua primeira expansão, contudo, nessa época em Portugal, ainda se assistia a uma fraca propensão para o associativismo. Só com a implementação do regime liberal é que o associativismo, ganhou uma maior visibilidade (Varanda, 2014:52).

⁵ Fonte: <http://www.cases.pt/sobre-nos/quem-somos/>

Atualmente, em Portugal, a realidade do associativismo, em comparação com outros países mais desenvolvidos, ainda demonstra uma fraca expressão. Muito devido a várias fragilidades que a própria sociedade portuguesa apresenta. “(...) a tardia aquisição do direito de livre associação e as fragilidades da democratização do sistema político, e constitui um elemento indicador da debilidade da sociedade portuguesa em termos de *capital social*, entendido como um conjunto de normas - designadamente, a confiança social e reciprocidade generalizada (...)” (Coelho, 2008:11).

Segundo Viegas (2010:166) “(...) em 2001, em Portugal, a implicação com associações sindicais e socioprofissionais, associações de pais e moradores e associações de defesa dos direitos de cidadania e valores era bastante reduzida quando confrontada com a registada em relação aos países do centro e norte da Europa (...) As diferenças menores em relação aos países referidos, embora ainda significativas, verificam-se em relação às associações de solidariedade social e religiosas e às associações desportivas e recreativas”.

Porém, as manifestações de associativismo, vão sendo mais crescentes ao longo do tempo, no que concerne ao desenvolvimento do associativismo, na realidade portuguesa. Após a instauração da República, observou-se um grande desenvolvimento do associativismo, nomeadamente, os sindicatos agrícolas. Mas só se observa realmente um maior desenvolvimento do associativismo em Portugal, com a revolução dos cravos, mais concretamente na revolução de 25 de abril de 1974. “(...) abre definitivamente espaço para o associativismo, não apenas através do estímulo à participação popular, mas também porque a partir desta data existe um efetivo reconhecimento das liberdades e direitos de cidadania” (Morais et Sousa, 2012:7).

Com a adesão de Portugal à CEE, em 1986, surgem mais e novas possibilidades de participação por parte dos cidadãos com a formação de associações, tendo sido o Programa LEADER um dos grandes impulsionadores para a criação das mesmas. Contudo a sua primeira manifestação foi dada no século XIX, com a emergência de associações de populares que procuravam dar respostas às dificuldades dos trabalhadores, resultado do aparecimento, embora que parcial, da industrial.

2. Ação Coletiva, Capital Social e Participação Cívica

2.1 O Capital Social como elemento fulcral da ação coletiva

A dimensão coletiva do terceiro setor e da inovação social remetem para o conceito de capital social. A ideia do capital associado a indivíduos e às suas capacidades apenas surgiu em 1960. Uma das perspectivas é do Banco Mundial que não faz apenas referência ao capital social, mas a outros tipos de capital, sendo eles, o capital humano, capital cultural, o capital económico, mas também o capital social. Estes definem capital social associado a “(...) valores de civismo, consenso ético, associativismo de cuja interação social resulta na sociedade um clima de confiança e a capacidade de trabalhar juntos para um objetivo comum” (Sá, 2015:14).

De fato a origem do termo capital, remete para a ideia de capital económico. Na teoria económica, o capital é associado à acumulação de dinheiro, na expectativa de ser investido e com isso obter um bom rendimento. Enquanto o capital económico se refere a valores monetários, o capital social, refere-se a normas e valores que são partilhados entre os indivíduos numa dada sociedade e que, em última instância poderão ter reflexo no valor social e também económico gerado na sociedade.

Para a construção de uma base de capital social e essencialmente necessário, a criação de confiança, expectativas, normas de reciprocidade (sentimento de obrigatoriedade na concessão de favores), laços e redes de comunicação e de relacionamento. Estes valores, são necessários para um maior desenvolvimento das sociedades e até mesmo dos Estados democráticos.

Nas diversas definições associadas ao termo capital social encontradas na literatura é possível encontrar bastantes convergências. Todas elas se centram na ideia de relações sociais. Como refere Sá (2015:13), “no essencial, o conceito de capital social decorre das conexões estabelecidas com e nas redes sociais”. Podemos definir rede, como todas aquelas pessoas coletivas autónomas que se reúnem, em busca de ideias e recursos comuns. “Um conjunto de participantes autónomos, unindo ideias e recursos em torno de valores e interesses compartilhados” (Marteleto,2001:72).

As redes sociais, não são dados adquiridos, são construídas ao longo do tempo através das relações que o indivíduo vai criando, nomeadamente em grupo. Segundo Bourdieu (1986:22) “a rede de relacionamentos é o produto de estratégias de investimento, individuais ou coletivas, conscientes ou inconscientes, destinadas a estabelecer ou reproduzir relações sociais que sejam diretamente utilizáveis no curto ou longo prazo,

ou seja, na transformação de relações contingentes, como as de vizinhança, local de trabalho, ou mesmo parentesco, em relacionamentos que são ao mesmo tempo necessários e eletivos, implicando obrigações duradouras sentidas subjetivamente (sentimentos de gratidão, respeito, amizade, etc.) ou garantidas institucionalmente (direitos)".

As redes sociais são grandes impulsionadoras na criação de associações, ou seja, no trabalho em grupo, no apelo ao coletivo, que com o seu desenvolvimento vão suscitar nos indivíduos um sentimento de pertença a uma comunidade, ou seja, quantos mais objetivos forem cumpridos mais facilmente se criam relações de confiança e mais objetivos são cumpridos. As redes sociais são, neste sentido, um apelo a fenômenos coletivos, ou seja, as redes sociais formam-se através do relacionamento de grupos, pessoas, organizações ou comunidades. São um ponto de convergência de informação e conhecimento, funcionam como espaços de partilha de informação e conhecimento.

O capital social é, pois, um elemento fulcral da ação coletiva, baseada num relacionamento de grupos, pessoas, organizações e comunidades unidas por um objetivo comum. Segundo Correia (2007:66), o capital social é um conjunto de elementos constituintes de uma sociedade, comunidade ou organização que aumentam a sua eficácia, por facilitarem a ação conjunta dos indivíduos na realização de objetivos comuns. Estes elementos assumem a forma de normas, redes sociais, confiança generalizada, reciprocidade, e valores como a tolerância e a solidariedade.

São vários os autores que fazem referência ao capital social, definindo-o com algumas diferenças entre si. Existem alguns antecedentes históricos com referência à ideia de capital social, como por exemplo Alexis de Tocqueville (1805-1859), Émile Durkheim (1858-1917) e também, Georg Simmel (1858-1918). No entanto, neste capítulo, apenas se desenvolve a perspectiva de três autores, que se destacam na construção do conceito de capital social, nomeadamente, Bourdieu (1986), Coleman (1988) e o mais atual Putman (1993).

Apesar de diferenças na abordagem, todos eles, defendem que a existência de capital social é fundamental para o desenvolvimento das sociedades modernas, principalmente, quando assente em relações de confiança e valores como a solidariedade, fundamentais para a coesão e a integração social. Estes autores fazem também referência as organizações do terceiro setor como grandes estruturas que permitem a implementação e o desenvolvimento do capital social, na medida em que

promovem o coletivo em detrimento do individual e a construção de redes em prol de objetivo comum e o bem-estar da sociedade.⁶

Um dos primeiros autores a fazer referência e a analisar o conceito de capital social, foi o sociólogo contemporâneo Pierre Bourdieu (1986). Depois dele, mais dois autores se destacaram no desenvolvimento do conceito, sendo eles o James Coleman (1988) que alia perspectiva econômica e sociológica e Robert Putman (1993) numa abordagem originária da ciência política.

Apesar de todos eles evidenciarem a importância do capital social como elemento fulcral da ação coletiva, a discussão da abordagem de Putman, será feita no ponto seguinte dedicado à relação entre capital social e participação cívica.

2.2 Capital social: entre o individual e o coletivo

Capital Social na perspectiva de Pierre Bourdieu (1986)

Na perspectiva de Bourdieu (1986), Capital social é “o agregado dos recursos atuais e potenciais ligados à posse de uma rede duradoura, de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento, ou por outras palavras, de pertença a um grupo” (Bourdieu, 1986:21).

Para Bourdieu (1986), o conceito de capital social refere-se essencialmente à pertença a um grupo, porque a pertença dos indivíduos a um grupo, vai permitir a criação de ligações que se vão fortalecendo ao longo do tempo e que trarão benefícios individuais e coletivos. Não trará unicamente resultados em prol do coletivo, como também poderá trazer benefícios individuais.

Na sua perspectiva, Bourdieu (1986) vai de encontro à compreensão da ordem social estabelecida na sociedade, de forma a compreender “(...) como se produz, se legitima e se regenera através da ação de grupos dominantes (...)” (Sá et Pequito, 2015:36). Defendendo que qualquer forma de capital adota uma forma de recurso, ou seja, todos os indivíduos através das várias formas de capital realizam os seus objetivos sociais. Quanto mais e melhor desenvolvido for o grau de capital, maior será a aptidão de recursos.

⁶ Contudo existe um “lado negro” associado ao capital social. Segundo Warren (2001), o capital social tende a funcionar de modo negativo sob condições que deixam os indivíduos que pagam os custos dos efeitos negativos sem os recursos necessários para resistir às consequências. Temos consciência que o capital se forma num seio de um grupo, mas é preciso existir um nível de abertura bastante grande para que todos os membros se possam afirmar, se não são excluídos desse mesmo grupo, sem poderem expressar a sua opinião. Por isso, além de existir uma confiança, uma coesão, é necessário existir a liberdade para que todos possam participar.

Na sua perspectiva o capital pode-se apresentar em três formas fundamentais como capital económico, cultural e social. Todos os tipos de capital na sua perspectiva são convertíveis em capital económico, defendendo que o capital económico é a base de todos os outros tipos de capital. Por capital económico, podemos entender que é diretamente convertível em dinheiro, pode ser convertível em forma de direitos e propriedade. Já o capital cultural pode ser convertível de certa forma em capital económico, sendo transmutável em qualificações educacionais. O capital social, também este pode ser transformável em capital económico, mas de forma institucionalizada verifica-se sob a forma de nobreza. E nobreza porque? Como a nobreza é conhecido como um grupo privilegiado na sociedade, normalmente são os grupos mais privilegiados que conseguem uma maior rede de conhecimentos, e assim formam uma maior rede social (Bourdieu, 1986:18)

É importante ter consciência no seguimento da teoria de Bourdieu (1986) sobre o capital social, este termo se descompõe em dois elementos, sendo eles, a própria relação social, ou seja, permite aos indivíduos reclamar o acesso a recursos nos grupos a que pertence, em segundo lugar, foca a quantidade e a qualidade desses recursos, ou seja, “ (...) um indivíduo com “capital social” é aquele que consegue mobilizar uma ampla rede de relações sociais em proveito dos seus interesses e propósitos, na medida em que o volume de capital social de um indivíduo depende da dimensão da rede de relações que este consegue articular” (Sá et Pequito, 2015:39)

Contudo, o volume do capital social que cada indivíduo consegue mobilizar dependerá do tamanho de redes que cada um tem. Ou seja, quanto maior for a rede de relacionamentos maior será o capital social.

O capital social tem uma origem instrumental e individual, centrando-se nos benefícios que cada um retira na sua participação num grupo social, mas também, na construção deliberada de sociabilidades, sempre com vista a sua densidade na sua rede de relacional. “(...) a reprodução do “capital social” pressupõem um esforço contínuo de socialização, uma série de trocas contínuas nas quais o reconhecimento possa ser, ininterruptamente, afirmado e reafirmado” (Sá et Pequito, 2015:40).

Bourdieu (1986), defende que o capital se traduz no benefício do próprio indivíduo e não na sociedade em geral, admitindo que o campo específico onde o capital social se reproduz é nas associações voluntárias e outras organizações do terceiro setor.

Capital Social na perspectiva de James Coleman (1988).

Coleman (1988), refere-se ao conceito capital social, pela primeira vez em 1988. Onde recorre à sociologia e à economia para explicar a ação social. Defende que a sociologia vê o ator como “hípersocializado”, ou seja, os indivíduos atuam através de uma ação controlada por normas sociais, regras e obrigações, pelo contexto social. Já a

economia vê o ator como “subsocioalizado”, atua nas suas ações de forma individualizada para alcançar os seus objetivos. Coleman (1988), perante estas duas perspectivas, elenca uma terceira, onde defende que o ator desenvolve a sua ação sob interesses independentes definidos, contudo, a sua ação é regulada pelo contexto social. Com esta terceira via, James Coleman (1988), pretendeu na sua teoria elencar a relação entre o capital social e o capital humano, defendendo que ambos se reforçam mutuamente, ou seja, o autor defende que o capital social se gera nas relações entre pessoas, principalmente nas estruturas sociais.

Defende, pois, ao contrário de Bourdieu (1986) que o capital social se centra no indivíduo, que o capital social é um aspeto inerente à estrutura das relações humanas, ou seja, Coleman vê “(...) o capital social como um aspecto inerente à estrutura de relações entre pessoas. Como o capital social não se centra no indivíduo, sendo antes uma característica da estrutura do grupo, e não é apenas o indivíduo no interior de um grupo que possui capital social, podendo, portanto, utilizar os recursos dos demais membros em seu próprio benefício: o capital social pertence ao grupo” (Sá et Pequito, 2015:42). Separa-se da visão de Bourdieu (1986), essencialmente, no que diz respeito à natureza e ao *locus* do capital social.

No que diz respeito à natureza do capital social, Coleman (1988) atribui a sua natureza ao recurso coletivo, ou seja, em grupo são conseguidas mudanças interpessoais que irão facilitar determinadas ações. Ações estas, que são sustentadas por valores de confiança e a reciprocidade. Segundo Subirats (2015:210), “A confiança é pois um capital gerado por “ações” que construindo essa rede de vínculos e compromissos cruzados, expressão das interdependências existentes entre os indivíduos que compõem essa comunidade. A confiança vai-se complementando pelos fluxos de informação que são também um capital a gerir e as normas e sanções que reduzem a incerteza e a tentação oportunista”

Já o *locus* para Coleman (1988), não se situa nos indivíduos singulares, mas nas relações que são estabelecidas entre os membros do grupo que proporcionam um aumento dos recursos que têm à sua disposição, ou seja, “das intenções sociais que produzem fenómenos emergentes de nível sistémico. Donde, para Coleman o capital social “não é uma entidade singular, mas uma variedade de entidades com dois elementos comuns: constituem aspetos das estruturas sociais e facilitam certo tipo de ações dos atores na estrutura” (Coleman, 1988:98 *cit in* Sá et Pequito, 2015:46). Coleman (1988), defende que o capital social se gera nas relações entre pessoas, principalmente nas estruturas sociais. Realça ainda que o mais importante na definição de capital social é os indivíduos agirem coletivamente em prol da mudança e não agirem individualmente para concretizar objetivos próprios.

Coleman (1988) considera dois tipos de estruturas: a estrutura fechada e a estrutura aberta. Na estrutura aberta o autor demonstra que afirmação de capital social não é tão favorável como na estrutura fechada.

Na estrutura fechada os indivíduos vão criando uma relação de confiança e ao mesmo tempo, uma concessão de favores (reciprocidade). Usamos as letras A e B para exemplificar esta estrutura. Então se A manter uma relação de confiança e se fizer algo de benéfico a B, B vai sentir a obrigação de retribuir essa ação. Porém, esta ação será retribuída entre eles, mas se alguém deixar de retribuir esta ação deixará de existir a relação de confiança e a obrigatoriedade de retribuir. Quanto maior for a confiança dentro das estruturas sociais maior será apetência para as relações de confiabilidade.

Para Coleman (1988), para que estas obrigações e expectativas resultem é necessário existir entre os atores, essencialmente uma relação de confiabilidade, o exercer das obrigações entre eles. Coleman (1988) dá-nos o exemplo das associações como aqueles que ilustram o efeito positivo no contexto social, onde os atores confiam uns nos outros.

Já nas estruturas abertas, o autor diz-nos que se torna mais difícil de manter relações de confiabilidade, porque não há pontos de convergência entre os atores, o contato é quase inexistente entre os indivíduos o que leva à falta de confiança e também à falta de obrigação com o outro. Não se consegue perceber quem fez, logo A não tem obrigação com B, porque, não sabe se foi A que exerceu a ação perante ele, ou se foi C ou D. Existe capital social, mas com falta de relações de confiança e de obrigações.

Coleman (1990), evidência, para além da confiança na construção social, também realça a importância das obrigações e as normas (estas normas servem para incentivar os bons comportamentos e inibir os maus). Este autor chega mesmo a afirmar que as normas constituem uma forma de capital social, na medida que estabelecem comportamentos socialmente aceitáveis e necessários e impedem ações egoístas ou oportunistas.

2.2 Capital social e participação cívica

Outro autor conhecido pelo seu trabalho em torno do conceito de capital social é Robert Putman (1993). Através do seu estudo *Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy*, Putman (1993) estudou a participação cívica na Itália e nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que também apresentou estudos relacionados com os governos regionais, centrando-se em aspetos como o sucesso e o insucesso dos governos democráticos a partir dos anos 70 até aos finais dos anos 80. Com este

estudo, Robert Putman (1993), conclui que na zona norte conseguiam satisfazer os seus objetivos, enquanto que na zona sul os objetivos não eram alcançados.

Putman (1993), na sua teoria do capital e no seu estudo que realizou nas regiões de Itália, verificou que a densidade da participação associativa estava relacionada com os maiores índices de confiança. Já a baixa participação, estava associada à desconfiança, analogamente às instituições políticas, e ao aumento do individualismo. Na sua perspetiva, a importância das associações não se relacionava essencialmente com a valorização dada pelos indivíduos à participação, mas, sim, à necessidade de os Estados encontrarem interlocutores institucionais, como é o exemplo das associações, e de todas as outras organizações sem fins lucrativos. “(...) a paz social exige que o Estado encontre outros interlocutores sociais para além dos partidos políticos. As associações voluntárias seriam os novos interlocutores do Estado, para além dos tradicionais parceiros da concertação social” (Viegas, 2011:45).

Com este resultado, suscitou questões pertinentes, nomeadamente, porque é que numa zona do país os objetivos eram cumpridos e noutra não. Contudo, no decorrer do seu estudo chegou a conclusão que quando uma região detém um sistema económico que funciona bem e um alto nível de integração política é sinal que está região tem um grande nível de capital social. Segundo Subirats, (2015:211), os laços horizontais do Norte geram lógicas de reciprocidade, de confiança e cooperação, que se generalizam e reproduzem. As estruturas verticais do Sul, pelo contrário, encerram em si mesmas aos indivíduos e famílias, que desconfiam uns dos outros, e cada um trata de aproveitar de maneira egoísta os seus vínculos, os seus laços clientelares”.

Esta noção de capital social, aproxima-se da teoria elencada por Tocqueville (2001), no seu livro “A Democracia na América”, onde é dada especial atenção à importância das associações no que se refere à “(...) capacidade das associações gerarem padrões de civilidade nos cidadãos” (Luchmann, 2014:161). Sendo que Putman, no seu estudo relativo ao capital social, elucida-nos que é necessária uma organização social em rede, com normas e confiança social, que permitem alcançar mais facilmente um objetivo comum. Ou seja, nesta visão “(...) as redes associativas ou de engajamento cívico reduzem os comportamentos oportunistas, desenvolvem um senso de pertencimento coletivo e produzem práticas de colaboração que são sustentáveis da vida democrática” (Luchmann, 2014:163).

Antes de este autor ter investigado os assuntos democráticos na Itália, Alexis de Tocqueville já tinha investigado os valores democráticos na América. Ambos os autores chegaram à conclusão que as organizações do terceiro setor são uma importante ferramenta para a criação de capital social.

Neste sentido, Putman (1993), tal como Tocqueville, defende também que nas sociedades mais desenvolvidas existe maior participação política e também uma maior participação nas associações voluntárias, ou seja, os indivíduos são mais ativos, enquanto que nas regiões menos desenvolvidas, os indivíduos apenas se importam com os seus direitos/deveres e não tanto com a sua participação ativa. Neste sentido torna evidente que um dos fatores importantes para uma sociedade desenvolvida é um contexto histórico e social, caracterizado por deter um forte capital social.

Tal como Bourdieu (1986), Putman (1993), relaciona o capital social com o sistema produtivo, considerando três dimensões de capital, sendo eles, o capital económico, cultural e social e defendendo que a relação entre estes três tipos de capital se traduz numa sociedade eficaz. Mais concretamente, para Putman (1993:167), o “Capital Social refere-se a características da organização social, tais como confiança, normas e redes, que podem melhorar a eficiência da sociedade facilitando a coordenação de ações: como outras formas de capital, o capital social é produtivo, tornando possível a realização de certos fins que não seriam alcançáveis na sua ausência”.

Putman (1993), refere-nos que o capital social é uma coletânea de círculos virtuosos, entre os equilíbrios sociais elevados de cooperação, de confiança, reciprocidade, compromisso cívico, e também de bem-estar coletivo. A confiança e a reciprocidade, têm, para Putman (1993) uma importância elevadíssima para a formação de capital social e são a base da constituição de redes sociais: “(...) as redes envolvem (quase por definição) obrigações mútuas, elas não interessam como meros contactos. Redes de envolvimento comunitário fomentam robustas normas de reciprocidade: Eu farei isto por ti agora, na expectativa de que tu (ou talvez outra pessoa) retribua(s) o favor” (Putman, 1993 cit in Correia, 200:20). Nesta perspetiva Putman (1993) vai de encontro à teoria de Coleman (1988), quando este também, refere, o estabelecimento de relações de confiança através da concessão de favores.

Como podemos verificar, para Putman (1993), o capital social é fruto de uma atitude coletiva e não individual, sendo ele próprio a mencionar que as associações voluntárias são grandes impulsionadoras da existência de capital social, logo nunca se poderia produzir capital social individual, sendo que as associações são um conjunto de indivíduos, que se juntam na procura de satisfação de objetivos comuns.

Como Bourdieu (1986), Coleman (1988), Putman (1993) “(...) vê na constituição das associações cívicas, uma condição necessária, ainda que não suficiente, para eficácia e estabilidade do governo democrático, no sentido que estas inculcam nos seus membros hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público” (Sá et Pequito, 2015:53).

Também em relação aos autores anteriores descritos, Putman (1993), centra-se essencialmente nas associações voluntárias como um grande mecanismo de confiança e de redes, esta confiança e rede manifestam-se através das relações interpessoais que os indivíduos conseguem manter e ao mesmo tempo criam laços de reciprocidade tanto através da confiança como redes, estas que se verificam essencialmente nas associações voluntárias. No seu estudo, Putman (1993), quando faz referência as associações voluntárias, refere-se essencialmente a clubes desportivos e associações culturais, sendo que estas duas, na sua perspetiva têm funções positivas sobre o desenvolvimento da integração social e no consenso.

Em suma, a perspetiva de Putman (1993), elaborada a partir de visão mais política dos processos sociais, evidencia que nas sociedades modernas é cada vez mais importante o trabalho em grupo, intimamente ligado à confiança, à reciprocidade e também as redes. É o capital social resultante de um trabalho coletivo baseado na confiança, nas relações de reciprocidade e no trabalho em rede que permitirá uma sociedade mais eficaz. O conceito de capital social, incluindo o conceito de redes na sua definição, induz-nos para uma dimensão mais coletiva, em detrimento de uma dimensão individual. Estas redes, permitem então uma conexão entre indivíduos, baseadas em relações de confiança entre eles, ou seja, “(...) quanto mais ricas as redes e conexões que operam nas estruturas sociais, mais chances de causar impactos positivos na democracia, tomando as instituições políticas mais eficazes” (Luchmann, 2014:163). Ou seja, na medida em que o coletivo é valorizado em detrimento do individualismo, a perspetiva deste autor aproxima-se à perspetiva de Coleman (1988), distanciando-se um pouco mais da teoria de Bourdieu (1986).

3. O Associativismo e o seu papel no desenvolvimento das sociedades

3.1 O associativismo como fator de inovação social

Numa sociedade marcada por riscos iminentes, descritos por Claulier-Grice et al (2012:5), como “o fracasso do estado de bem-estar moderno, o fracasso do mercado convencional capitalista, escassez de recursos e mudanças climáticas, envelhecimento da população e cuidados associados os custos de saúde, o impacto da globalização, o impacto da urbanização em massa”, surge a necessidade da criação de respostas inovadoras que colmatem as necessidades sociais vivenciadas pelos indivíduos mais desfavorecidos, que sofrem de flagelos como a pobreza e a exclusão social. É neste contexto que emerge também o conceito de *inovação social*, surgido nos anos 60 do século passado, mas que acaba por se desenvolver a partir dos anos 80, muito associadas à emergência de uma nova dinâmica do terceiro setor e à emergência do conceito de empreendedorismo social.

Tradicionalmente, a inovação esteve associada à inovação tecnológica, e à sua aplicação no domínio económico. Mas com a mudança de paradigmas, decorrente em grande medida da globalização, do agravamento dos problemas sociais e de realidades sociais, a inovação desenvolve-se também na área social. Segundo André e Abreu (2006:125), “A inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa - ou até mesmo uma ruptura - face aos processos tradicionais. A inovação social surge como uma “missão ousada e arriscada”. Por outras palavras, entende-se por inovação social, um processo inovador, que pretende a transformação nas respostas às necessidades sociais profundas, sendo um processo de oposição à ordem estabelecida, ou seja, novas formas de intervenção, para a resolução dos problemas sociais.

É neste parâmetro que a inovação social se diferencia da inovação de Shumpeter (1982)⁷ A inovação social é caracterizada, na sua essência, como uma inovação não mercantil, onde o lucro não é o seu principal objetivo, mas sim, a mudança social. “(...) uma iniciativa que, apesar de gerar receitas e poder contemplar uma restrita

⁷ Para Shumpeter (1982), a inovação obtinha-se através de cinco situações: Introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de um bem; Introdução de um novo método de produção no ramo específico da indústria de transformação; Abertura de um novo mercado em que a empresa ainda não tenha entrado; Conquista de uma nova fonte de matérias-primas ou um bem semi-manufaturado; Estabelecimento de uma nova organização de qualquer setor industrial, como a criação de monopólio.

apropriação lucrativa, não tem como finalidade principal a criação de lucro, mas sim a geração de impactos positivos na resolução de um dado problema social” (Silva et Almeida, 2015:37).

O conceito de inovação social, tem sido apresentado na literatura por diversos autores e organizações. Apresenta-se na tabela 1 alguns exemplos dessas definições, sistematizadas a partir de Bignetti (2011).

Tabela 1- Abordagens do conceito Inovação Social

Autor	Conceito
Taylor (1970)	Formas aperfeiçoadas de ação, novas formas de fazer as coisas, novas invenções sociais.
Dagnino e Gomes (2000, in Dagnino et al,2004)	Conhecimento - intangível ou incorporado a pessoas ou equipamentos, tácitos ou codificado - que tem por objetivo o aumento da efetividade dos processos, serviços e produtos relacionados à satisfação das necessidades sociais.
Cloutier (2003)	Uma resposta nova, definida na ação e com efeito duradouro, para uma situação social considerada insatisfatória, que busca o bem-estar dos indivíduos e/ou comunidades.
Standford Social Innovation Review (2003)	O processo de inventar, garantir apoio e implantar novas soluções para problemas e necessidades sociais.
Novy e Leubolt (2005)	A inovação social deriva principalmente de: satisfação de necessidades humanas básicas; aumento de participação política de grupos marginalizados; aumento na capacidade sociopolítica e no acesso a recursos necessários para reforçar direitos que conduzam à satisfação das necessidades humanas e à participação.
Rodrigues (2006)	Mudanças na forma como o indivíduo se reconhece no mundo e nas expectativas recíprocas entre as pessoas, decorrentes de abordagens, práticas e intervenções.
Moulaert et al. (2007)	Ferramenta para uma visão alternativa do desenvolvimento urbano, focada na satisfação de necessidades humanas (e empowerment) através de inovação nas relações no seio da vizinhança e da governança comunitária.
Mulgan et al. (2007)	Novas ideias que funcionam na satisfação de objetivos sociais; atividades inovativas e serviços que são motivados pelo objetivo de satisfazer necessidades sociais e que são predominantemente desenvolvidas e difundidas através de organizações cujos propósitos primários são sociais.
Phills et al. (2008)	O propósito de buscar uma nova solução para um problema social que é mais efetiva, eficiente, sustentável ou justa do que as soluções existentes e para a qual o valor criado atinge principalmente a sociedade como todo e não indivíduos em particular.
Pol e Ville (2009)	Nova ideia que tem o potencial de melhorar a qualidade ou a quantidade de vida.
Murray et al. (2010)	Novas ideias (produtos, serviços e modelos) que simultaneamente satisfazem necessidades sociais e criam novas relações ou colaborações sociais. Em outras palavras, são inovações que, ao mesmo tempo, são boas para a sociedade e aumentam a capacidade da sociedade de agir.

Adaptado - Bignetti, 2011:6

Na inovação social, como se pode observar nas várias definições apresentadas na tabela 1 é conduzida por uma missão social, que procura dar resposta a necessidades no âmbito social, que constituem oportunidades de atuação para as organizações

sociais, num processo contínuo, recorrendo aos recursos disponíveis com vista a melhoria da vida social, apelando ainda à inclusão social, com a ativa participação dos beneficiários. de acordo com Claudier-Grice *et al* (2012), existem cinco termos essenciais para a compreensão do conceito de inovação social: i) a novidade, ii) transpõe as ideias para a realidade, iii) abraça uma necessidade social, iv) é eficiente, v) e apela e melhora a capacidade de agir da sociedade civil, tal como descrito na tabela.

Tabela 2 - Termos, essenciais para a compreensão da Inovação Social

Novidade	- Inovações sociais, novas formas de resposta
Partir das ideias para a implementação	- Não é só necessário, existir a ideia, é necessário a sua implementação e aplicação
Atende a uma necessidade social	- Projetos que reconhece e respondem a uma necessidade social
Eficácia	- São inovadoras porque são respostas mais eficazes, em comparação com as existentes, constituem uma melhoria da sociedade.
Melhora a capacidade de agir da sociedade	- Apelam à participação com a criação de novos papéis e relações.

Adaptado: Claudier-Grice *et al.*, 2012:20

A inovação social, aposta, ainda, nas alterações das relações de poder, ou seja, pretende capacitar os mais fracos, para que as desigualdades sociais sejam apaziguadas. “promover a inclusão em diversos campos do social (especialmente nos laboral, educativo e sociocultural), mas também, e por outro, dar voz a grupos sociais que são frequentemente privados de participação e protagonismo nas estruturas e sistemas político administrativos, por via de uma reestruturação das dialéticas de poder que pautam as suas práticas sociais e as estruturas que as enformam” (Silva et Almeida, 2015:39)

As diferentes definições apresentadas têm em comum a tónica numa mudança positiva na área social, enfatizando diferentes facetas ou dimensões essenciais da Inovação social, relacionadas com o produto, o processo e capacitação. Nesta perspetiva Claudier-Grice *et al.*, (2012:18) referem-se a definições que “(...) enfatizam o produto (satisfação de necessidades sociais), o processo (melhorar as relações e capacidades ou usar bens e recursos de uma maneira nova) e a dimensões de capacitação (aumentado a capacidade da sociedade atuar)”. Por outras palavras, à inovação social associam-se três aspetos que a atravessam várias dimensões:

- A satisfação das necessidades humanas, que até então ainda não foram satisfeitas, tanto pelo mercado (privado) como pelo Estado (público), neste aspeto podemos considerar que esta dimensão diz respeito ao conteúdo, ou seja, o que importa resolver;
- A mudança nas relações sociais é também um ponto que atravessa a inovação social, na medida em que a inovação social dá ênfase à participação de todos,

especialmente dos grupos afetados pelos flagelos, aqui encontramos a dimensão do processo, ou seja, não é apenas necessário que exista inovação e preocupação na resolução dos problemas sociais, como também é importante que os beneficiários ou aqueles que até agora não tinham voz a comessem a ter, para que assim a resolução dos problemas seja mais eficaz, procurando cada vez mais pela participação a inclusão social;

- Aumento da capacidade de intervenção sociopolítica para que através disso consigam aumentar recursos que permitam uma maior resposta às necessidades sociais, a dimensão que aqui está inerente é as relações de poder. A inovação pretende dar poder aos marginalizados na sociedade, apelando a todos a participação nas questões sociais.

Interessa, no entanto, aqui destacar a definição de Mulgan (2007:8), que define a inovação social como um conjunto de “atividades e serviços inovadores que são motivados pelo objetivo de atender a uma necessidade social e que são predominantemente desenvolvidos e difundidos por meio de organizações cujos propósitos principais são sociais”, ou seja uma definição que associa inequivocamente a inovação social a organizações do terceiro setor.

Apesar de intrinsecamente associada ao terceiro setor, a inovação social, não é exclusiva deste, resultando muitas vezes do cruzamento entre os diversos setores (público e privado com e sem fins lucrativos). Nesta relação intersetorial, o terceiro setor pode potencializar e promover a inovação social com apoio do Estado, mas pode também adotar práticas colaborativas com o setor empresarial na procura de formas de autossustentabilidade e eficiência organizativa.

Como refere Bignetti (2011:7). “a transposição de experiências de uma comunidade a outra, ou entre organizações, é prática comum e alimentada por centros de inovação social, por redes organizacionais e por diferentes fóruns de discussão de ideias e de apresentação dos casos”. Significa, pois, que a inovação social, desenvolve-se na sua essência através da ação coletiva e não pela ação individual. É nesta dimensão coletiva que o terceiro setor pode e deve desempenhar um papel primordial de transformação social.

Estas associações de carácter voluntário, induzem efeitos positivos, quer a nível macro social, quer micro social. Segundo Deth, (1997 cit in Viegas, 2004:34), “no primeiro caso, pelo seu papel de intermediação social, proporcionando a integração sistémica entre o indivíduo e o Estado ou entre os diferentes grupos do todo social. A nível micro social, as associações voluntárias desenvolvem competências específicas e redes sociais que, em conjunto, favorecem as condições para que os indivíduos atinjam os seus objetivos”

Além disso, tal como refere Coelho (2008: 13). “As associações sem fins lucrativos parecem, portanto, sublinhar valores como a “solidariedade, ética, a democratização da política, a defesa dos direitos das minorias e o estabelecimento de condições que desafiam a humanidade (...)”.

Em tempos de crise e no atual contexto de contenção orçamental que afeta gravemente a capacidade do Estado na resposta social, surge a necessidade de criação novas soluções que envolvam os indivíduos nos problemas sociais da sociedade.

A globalização, de certo modo, também é uma alavanca para a importância dada ao associativismo, muito devido, ao reconhecimento de que a globalização, longe de ser um processo linear e homogeneizante, é cada vez mais polimórfica e repleta de riscos, vulnerabilidades e injustiças sociais” (Estanque, 2006:2). “O aumento do interesse pelo fenómeno do associativismo faz uma ligação com o reconhecimento dos impactos dos fenómenos da globalização, da complexidade e da pluralização na reconstituição das identidades, praticas e reportórios da ação colectiva” (Warren 2001 *cit in* Luchmann, 2014:160).

Entre as valências do associativismo, Coelho (2008: 12) destaca o seu papel na inovação social referindo que este “(...) contribui para a consolidação e dinamização do tecido social e é um importante fator de transformação e inovação social. Assume-se como um local de experimentação de novas soluções. Reveste-se de uma forte contribuição económica, através do investimento humano voluntário, estruturando o segmento específico da economia social, desenvolvendo uma acção que, de outra forma, ficaria extremamente onerosa para a comunidade e, na prática, difícil de realizar”

No contexto atual, o associativismo, ganha, pois, particular relevância como um veículo de mudança social para os grupos vulneráveis, leva a sociedade a adquirir novas competências muitas delas a participação na esfera social, com vista o mesmo objetivo, ultrapassar os vários problemas que afetam as sociedades contemporâneas.

As associações, são grandes impulsionadoras de ação coletiva, apelando à participação dos atores para a resolução dos problemas vigentes. Ou seja, é através das associações que os indivíduos transpõem os problemas vivenciados na esfera privada para a esfera pública, transformando-os em problemas sociais. “A formação de associações pode assumir-se como uma possibilidade efectiva de os grupos lutarem [para a resolução dos seus problemas] e afirmarem a sua identidade” (Coelho, 2008:4).

3.2 O associativismo como um pilar da Democracia: da Representativa à Participativa

A crise do Estado-Providência, culminou num distanciamento do Estado que, em muitos casos, foi recuando nas respostas aos problemas sociais, suscitando, uma maior descrença no modelo atual vigente. Para além disso, a democracia representativa, que anteriormente na sua história era tida como uma democracia forte e irreversível, muito devido as fragilidades demonstradas, nomeadamente ligada a esquemas de oportunismo e corrupção, fez com que este sistema político se venha tornando desinteressante para os cidadãos. Por outro lado, tal como refere Vieira (2017:66) “face à perda de soberania por parte dos Estados-nação, questiona-se se a democracia representativa está a exercer os princípios democráticos da liberdade, igualdade e solidariedade”

Por estes e outros mais motivos, os cidadãos têm-se afastado e desinteressado essencialmente do debate público e também da participação cívica. “Trata-se de uma atitude de rejeição de um mundo marcado, cada vez de forma mais vincada, pelo individualismo, pela manutenção e consolidação de privilégios, pelas assimetrias do desenvolvimento, pela descrença na atividade dos políticos e pela ausência de um mínimo razoável de solidariedade impedida de se manifestar pela imposição implacável de críticos puramente economicistas” (Coelho, 2008:11).

Com o distanciamento da sociedade do poder político implementado, i.e. com o surge a necessidade da criação de novas respostas que apelem a uma maior participação dos indivíduos. Participação, esta, que não se resume unicamente ao voto eleitoral, à democracia representativa.

Nos dias de hoje, o mundo contemporâneo necessita de uma construção de ação política que se converta no envolvimento de vários agentes e não se restrinja essencialmente às autoridades governamentais e os seus representantes. “Hoje, questiona-se este tipo de participação indireta, põe-se em causa a legitimidade dos mandatos e reivindica-se uma democracia direta, participada, no qual o cidadão tem direito não só ao voto, mas à palavra e à liberdade de escolha” (Vieira, 2017:66).

Segundo, Pateman (1992), a participação é educativa e promove, por meio de um processo de capacitação e consciencialização (individual e coletiva), o desenvolvimento da cidadania cujo exercício configura-se como requisito central para a rutura com o ciclo de subordinação e de injustiças sociais. Ou seja, a participação surge com o intuito de amenizar as desigualdades sociais, aumentando a consciência política, através de mais atores participativos. “A participação é entendida como a ação dos cidadãos, individuais e coletivos, para exercer a cidadania, e manifestar-se

como um processo de distribuição e apropriação de poder, simultaneamente comunicacional e relacional” (Vieira, 2017:35).

A participação consegue-se manifestar individualmente no que diz respeito as interações individuais entre os grupos e comunidade, como também a nível coletivo, como é o exemplo das organizações, onde são focados aspetos da vida quotidiana, desde o económico, até ao cultural.

A noção de participação, começou a desenvolver-se a partir de 1960, principalmente em França, através dos movimentos estudantis que se assinalaram nesse mesmo ano, muito centrada numa “(...) concepção “participativa” ou “republicana” de democracia, ancorada no ideal de participação direta dos cidadãos nos assuntos de interesse da coletividade” (Luchmann, 2012:60).

Podemos então definir democracia participativa como a “(...) participação popular direta às formas de organização do poder dos cidadãos. Estas novas formas de organização popular aludem ao auto-governo, como células de poder organizado das bases, que permitem o controlo dos recursos comunitários e a fiscalização das decisões políticas dos representantes e dos peritos” (Vieira, 2017:30).

O principal objetivo de uma democracia participativa passa muito pela ideia de autogoverno e na soberania popular através da participação dos cidadãos nos processos de discussão e decisão política. Contudo, importa referenciar que a democracia participativa não vem assinalar uma total rutura com como o modelo eleitoral (Democracia Representativa), mas sim, acrescentar-lhe melhoramentos como é o exemplo da participação dos cidadãos nas decisões, porque só assim os cidadãos se vão sentir membros ativos de uma sociedade. “Este é o problema atual, pois, dada a complexidade das sociedades contemporâneas, todas as questões se tornaram políticas e até parece que a democracia representativa se reforça com a democracia direta, não sendo estes modelos ou modos excludentes, nem precedente ou consequentes, mas sim complementares” (Vieira, 2017:68).

A democracia participativa, surge muito associada às associações, sendo estas vistas como “(...) espaços ou instrumentos que qualificam a participação dos indivíduos como cidadãos, verdadeira essência da democracia.” (Luchman, 2012:66) mas também, por vezes, pela sua contestação da ordem social e pelos valores como igualdade. São um grande palco defendido por vários autores para o desenvolver de uma participação ativa, com vista a mudança social.

As associações, parte integrante dos Terceiro Setor, são organizações que primam pela promoção da integração dos indivíduos na vida local, principalmente dos indivíduos que se encontram excluídos da sociedade. A partir destas organizações, estes indivíduos fazem-se ouvir, através da sua participação ativa. Segundo Viegas

(2004), as associações são núcleos fundamental da sociedade civil, porque é a partir da sociedade e dos indivíduos que a compõem que temos acesso aos problemas vivenciados na esfera privada e que ao mesmo tempo são transpostos para a esfera pública, com vista a sua resolução. Neste sentido o associativismo atua como um intermediário entre o indivíduo e o Estado.

Segundo Durkheim, as associações têm três funções das quais se destacam, a redução da violência que o Estado exerce sobre o indivíduo, a promoção de comunicação entre o Estado e os grupos sociais, confere ainda um grau de racionalidade às representações coletivas. Ou seja, o associativismo pode estar associado ao exercício da democracia, através da imposição de limites da influência do Estado e ao mesmo tempo vai apelar a uma maior participação cívica.

O associativismo é, então, um fator de desenvolvimento das sociedades, porque permite um exercício de uma democracia participativa, que permite juntar forças, e unirem-se em prol de um objetivo, como a integração social. Como refere Coelho (2008:10), “As organizações de tipo associativo podem constituir um eixo fundamental em qualquer política de desenvolvimento, na medida em que são um pilar decisivo na construção de solidariedades, são expressão de uma forma de vida em comunidade, que favorece o exercício da democracia e da cidadania”

3.3 Tipos de associações e o seu impacto na democracia

Segundo Coelho (2008:9), são várias as perspetivas relativamente ao papel do associativismo na sociedade. Uns autores defendem que o associativismo oferece ferramentas para uma maior e melhor participação, enquanto, outros autores defendem que perante escolhas e requisitos das várias associações, podem levar ao tipo de participação exercida nessa mesma associação, nomeadamente, através de critérios socio económicos e socio profissionais.

De facto, dentro do setor associativo existem vários tipos de associações que se podem agrupar em grupos tendencialmente homogéneos, com base nas suas características e objetivos serem mais ao menos equivalentes. Wessel (1997), por exemplo, defende a existência de três tipos de associações: as associações políticas (associações socio-profissionais), as associações que expressam os novos movimentos sociais e as associações de carácter social. Outros autores (Van Deth e Kreuter, 1998 cit in Viegas, 2011:49), apresentam outra tipologia, mas como aquele, enumerando também três tipos de associações, nomeadamente, associações que expressam a nova agenda política, as associações de carácter social (as associações religiosas e de solidariedade social) e as associações que expressam os interesses tradicionais (partidos políticos e organizações socioprofissionais).

Inspirando-se nas tipologias acima enunciadas, Viegas (2009), forma a sua própria tipologia, fazendo referência as associações de “integração social”, dentro destas podemos encontrar as associações de solidariedade social e religiosas, as associações desportivas, culturais e recreativas e as associações de pais e moradores. Faz também referência na sua tipologia as associações de “defesa de interesses de grupo”, parte destas fazem os sindicatos, ordens e associações profissionais e de pensionistas, as associações empresariais ou financeiras, não incluindo os partidos políticos. Por fim, nesta tipologia encontramos as associações que expressam “os novos movimentos sociais”, onde encaixam as associações de defesa dos direitos de cidadania, as associações de consumidores, as associações ecologistas e ambientais e as associações de defesa dos animais. Os três tipos apresentados representam as diferentes funções desempenhadas pelas associações, nomeadamente, “(...) de integração social, de representação de interesses ou de contribuição para o debate na esfera pública” (Viegas, 2009:92).

Luchmann (2014), identifica três diferentes abordagens teóricas aos movimentos associativos (ver tabela 1). Cada abordagem, remete para diferente tipo de associações, consoante o seu interesse na resolução dos problemas sociais.

A abordagem do capital social, desenvolvida no capítulo anterior, centra o seu foco nas associações face a face, que diz respeito a associações como clubes de futebol e as recreativas, entre outras, destacando o seu “caráter pedagógico da promoção de virtudes cívicas, de confiança, cooperação e espírito público” (Luchmann, 2014:162).

Os movimentos sociais, segundo (Vieira, 2017:30). “(...) são formatos de organização coletiva que se caracterizam por um movimento reivindicativo, de direitos ou de afirmação identitária, para desafiar a ordem dominante e o poder instituído”. Os movimentos sociais questionam a ordem social e têm uma capacidade lúcida de alterar a realidade em qualquer plano da sociedade, ou seja, procuram a justiça social, principalmente dos grupos sociais mais desfavorecidos da sociedade. Estes movimentos, encontram nas associações, i.e. no associativismo uma forma ativa de o conseguirem.

Segundo Luchmann (2014:168), “a sociedade civil constitui um conjunto de atores e de instituições que se diferenciam dos partidos e de outras instituições políticas (uma vez que não estão organizados tendo em vista a conquista do poder) e também dos agentes e instituições económicas (não estão diretamente associados à competição no mercado. A sociedade civil, representa, pois, aquilo que grosso modo temos vindo a denominar por terceiro setor”. A teoria da sociedade civil, minimiza a importância das organizações e grupos que estão mais diretamente inseridos nos campos político e económico (a exemplo dos partidos e sindicatos). A perspetiva analítica da

sociedade civil não apenas incorpora as dimensões e os potenciais democráticos apontados nas vertentes anteriores como faz ampliar, os efeitos democráticos das associações, ressaltando os seus impactos na esfera pública.

Tabela 3 - As associações e seus impactos democráticos segundo três perspectivas teóricas

Perspetivas	Definição de associações	Impactos democráticos
Capital social	As associações são organizações voluntárias, autónomas e sem fins lucrativos, que promovem a coordenação e a cooperação para o benefício mútuo. Ênfase nas associações face a face.	Promoção de virtudes democráticas no plano individual e social; confiança solidariedade e espírito cívico; ênfase na cooperação.
Movimentos sociais	As associações fazem parte de redes de interações engajadas em conflitos políticos, sociais ou culturais, com base em uma identidade coletiva compartilhada. Ênfase nas associações que contestam a ordem social.	Promoção de mudança nas relações de poder, tanto no plano político-institucional como no plano cultural; ênfase na contestação e no conflito.
Sociedade civil	As associações atuam pela lógica da ação comunicativa e são autónomas do mundo político e económico. Pretendem, sobretudo, influenciar as decisões políticas institucionais. Ênfase nas associações de direitos e movimentos sociais.	Impactos democráticos: inclusão de atores e temas no mundo político através da tematização pública de problemas sociais; ênfase na mediação das esferas públicas.

Fonte: Adaptado Luchamann, 2014:169

Apesar de existirem diferentes tipos de associações com diferentes efeitos democráticos, existem também efeitos similares em todos os tipos de associações. Viegas (2004), com base em Warren (2001/2004), refere-se a três níveis de efeitos democráticos das associações: efeitos a nível *individual*, na medida em que com elas, os indivíduos adquirem mais e melhores competências para conseguir participar mais ativamente e aumentarem o seu sentido crítico; efeitos a nível da *esfera pública*, onde existe uma representação de interesses de grupos específicos e por fim os efeitos *institucionais*, na medida em que existe uma representação de interesses que se vão transpor na implementação das políticas públicas.

Significa isto que os efeitos democráticos das associações, particularmente as da sociedade civil, não se restringem unicamente à participação dos indivíduos na vida interna das associações, mas podem-se manifestar noutras vias, por exemplo na esfera pública, através das políticas públicas. Segundo Skocpol (1999 cit in Viegas, 2004:37), “A transformação das associações nos últimos anos vai, aliás, no sentido da menor militância interna, compensada por um esforço da sua intervenção na esfera pública, quer na representação de interesses de grupo, quer na defesa de valores e normas sociais” É neste âmbito que se situa a ação da Associação que se estuda no presente trabalho - a Rede Europeia Anti Pobreza (EAPN) Portugal.

PARTE II- ASSOCIATIVISMO, PARTICIPAÇÃO E INOVAÇÃO SOCIAL: O CASO DA EAPN

4. A Rede Europeia de Anti Pobreza (EAPN) – Portugal

4.1 Missão, objetivos e atividades da EAPN- Portugal

A EAPN- Portugal assume como missão contribuir para uma sociedade, mais justa e solidária, apelando a uma cidadania participativa e inclusiva, com vista, um mundo livre de pobreza e exclusão social. Baseia-se em valores como, a dignidade, a justiça, a solidariedade e a igualdade. Estes valores vêm desde a implementação da EAPN a nível europeu até aos dias de hoje.

De acordo com a sua fonte de informação institucional⁸, a sua Missão é “Contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, em que todos sejam corresponsáveis na garantia do acesso dos cidadãos a uma vida digna, baseada no respeito pelos Direitos Humanos e no exercício pleno de uma cidadania informada, participada e inclusiva”. E os seus objetivos são⁹: (1) Estabelecer uma interligação (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social; (2) Promover e aumentar a eficácia e a eficiência das ações de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo com que tenham expressão, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua efetiva participação; (3) Promover junto de pessoas ou grupos que se encontrem em situação de pobreza e, ainda, junto de profissionais e dirigentes institucionais, a integração/inclusão social e a organização de serviços e outras atividades que visem o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas, reforçando a autonomia, quer sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem-abrigo ou outras; (4) Contribuir para a mobilização de outros sectores, envolvendo-os no desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de proteção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida de pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de ação social, apoio direto, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com

⁸ <https://www.eapn.pt/missao-visao-valores>

⁹ <https://www.eapn.pt/objetivos>

vista à resolução dos seus problemas, e formação em ordem à sua integração social e inserção sócio profissional: (5) Intervir por meio de projetos e ações nas áreas de promoção da igualdade de oportunidades para todos.

Atualmente, no nosso país a EAPN conta com 18 núcleos distritais (Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Lisboa, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu). É considerada a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONG'S, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza.

Apesar de ser uma organização que luta contra a pobreza e a exclusão social, não trabalha diretamente na assistência aos grupos desfavorecidos, mas sim em outras atividades, que visam dar voz, o envolvimento e a participação ativa destes grupos, na articulação institucional, na sensibilização da sociedade através formação e informação (documentação acerca dos problemas sociais), investigação, mediação social e pressão política no domínio da luta contra a pobreza e exclusão social. Ou seja, é uma organização que trabalha diretamente com outras organizações, que prestam apoio direto na resolução dos problemas vivenciados pelos indivíduos excluídos ou mais carenciados. O foco da EAPN, é, pois, dar voz aos pobres e excluídos e contribuir para a implementação de medidas mais estruturantes que permitam enfrentar e resolver problemas sociais, no domínio das políticas publicas (como por exemplo o rendimento mínimo garantido) e da capacitação dos agentes do terceiro setor.

No decorrer dos tempos, a EAPN, ao longo dos seus 25 anos de existência e apesar de alguns constrangimentos e vicissitudes, foi reconhecida, através de prémios que lhes foram atribuídos, como, o Prémio de Direitos Humanos, atribuído pela Assembleia da República, em 2010.

4.2 A História da EAPN: Fundação e sua evolução

“A história de uma instituição constrói-se com o que ela é, com o que ela faz e com a forma como ela se relaciona com a sociedade onde atua”.

(Pereira, 2016:5)

“A história de uma instituição como a EAPN Portugal faz-se de pessoas, de gestos de reconhecimento, de vitórias sublimadas. Faz-se sobretudo com pessoas empenhadas num objetivo comum, que é a luta contra a pobreza e a exclusão social, e com uma crença profunda de que uma sociedade melhor para todos passa pelo respeito pelos direitos fundamentais e pela procura incessante de um mundo mais justo.”

(Mensagem do Presidente - Pe. Agostinho Pereira)

O contexto europeu e português

A crise dos anos 70 (provocada pela crise petrolífera de 1973), marcou um retrocesso na Europa. Passando de uma Europa marcada por um grande crescimento económico, os chamados gloriosos anos 30, continuado por um rápido crescimento do pós-guerra, onde eram defendidos os direitos dos trabalhadores, nomeadamente, o direito ao pleno emprego, para uma Europa em crise com fortes consequências em termos sociais. Este período nos anos 70 trouxe consequências, para os grupos mais vulneráveis (minorias étnicas terceira idade, mulheres e trabalhadores pouco qualificados entre outros). Apareceu a inflação, o aumento do desemprego, ampliação da pobreza e das situações de exclusão social. Fenómenos estes julgados afastados da sociedade, mas com o agravamento das políticas sociais e a crise financeira, voltaram a aparecer.

A pobreza, vivenciada nas sociedades, incidiu sobre aqueles que não conseguiam satisfazer as necessidades básicas. Quando estamos a falar de necessidades básicas, estamos-nos a referir à alimentação, higiene, saúde e educação (pobreza absoluta). Enquanto que outros indivíduos da sociedade vivenciavam experiências de pobreza relativa, sendo que aqui, não conseguiam atingir um nível mínimo de vida, ou seja, já não se trata apenas, da não satisfação das necessidades básicas, mas também de outras que são necessárias para a vida humana. Muitos dos indivíduos que sofrem de níveis de pobreza uns mais agravados que outros, sofrem ainda com outro flagelo, a exclusão social.

Depois desta crise, os Estados-Providência, foram afetados e todas as medidas por eles implementadas. Passamos de um Estado protetor e regulador para uma impotência na resposta aos novos e velhos problemas que vão surgindo nos países da Europa.

Todos estes problemas levaram, principalmente a CEE (Comissão Económica Europeia) a tomar iniciativas de busca de soluções para a erradicação da pobreza. A primeira iniciativa remota a meados dos anos 70, nomeadamente, a partir do ano 1975 até a 1980. Apesar de ser um projeto piloto, teve alguns impactos, como a perceção multidimensional da pobreza. Nos anos seguintes existiram mais políticas em torno da mesma problemática e também, da exclusão social, associando um problema a outro. Estes programas, incluíam os grupos vulneráveis a estas situações desfavoráveis.

Claro que o principal objetivo dos programas desenvolvidos pela CEE, eram de incentivo de luta contra a pobreza, com o desenvolvimento de políticas direcionadas a estas problemáticas.

Com o passar do tempo e com a entrada de novos membros para a CEE, um caso explícito de Portugal que teve a sua entrada em 1986, mostra o seu grau de

desigualdade perante os restantes membros e também, entre todos os membros. Apesar de pertencerem ao mesmo grupo, entre eles existem grandes desigualdades. Existem países com mais poder económico e até mesmo social que outros. Tudo isto, levou a Comissão Europeia a desenvolver medidas de coesão económica e social (Ato Único Europeu-1987) entre os seus estados membros.

Portugal, demonstrou ser um caso singular no que se refere à implementação do Estado Social, em comparação com os diferentes países da Europa. Por exemplo, enquanto que nos países da Europa o Estado Social estava a entrar em crise, em Portugal estava a emergir. Portugal assistiu a uma implantação tardia do Estado Social, muito devido à realidade portuguesa vivenciada naqueles tempos ser de grande autoridade, ditadura e ausência de direitos humanos, que perante o Estado eram vistos como privilégios e não como direitos, além disso, a ditadura impedia a ação coletiva, muito devido à sua étnica católica, ao seu caráter caritativo e conservador.

Além de viver, num clima de grande opressão, Portugal, vivenciava um período de crise e de grande agitação social. Depois do fim da ditadura, com a revolução dos cravos em 1974, Portugal enfrentou um período de transição para a democracia.

Só com a constituição de 1976, a sociedade portuguesa conheceu o pleno dos direitos sociais com a instituição da Segurança Social. Viveu-se um período de desenvolvimento a nível social. Nos anos seguintes, mais propriamente, em 1979, também foi instaurado o Sistema Nacional de Saúde.

Com a adesão de Portugal, em 1986, à Comissão Económica Europeia, alcançou-se um período de crescimento económico, permitindo a consolidação das políticas sociais em diversos campos.

Durante os anos seguintes, começaram, também, a aparecer, instituições privadas que tinham como principal objetivo a ajuda o indivíduo, as IPSS, as Misericórdias. No início muito ligadas à Igreja Católica, mas que no seu desenvolvimento, estas instituições tornam-se autónomas e apostam num caráter próprio.

Portugal, embora diferente dos restantes países europeus, não deixou de demonstrar a sua sensibilidade perante os problemas sociais, como a pobreza e a exclusão social

O nascimento e a afirmação da EAPN em Portugal

A EAPN, nasce, num clima de profundas transformações, de novos desafios e numa nova era. Nasce muito devido à necessidade de investimento de políticas sociais ativas, com vista uma maior inclusão dos grupos desfavorecidos ou marginalizados. Mas também, é bastante impulsionada pela CEE. Além desta conter já alguns programas com vista à erradicação da pobreza e da exclusão social, demonstram-se ser insuficientes, tanto a nível nacional como internacional.

Logo, surge a necessidade de se criar uma rede europeia, necessidade esta, que surgiu num encontro de organizações pertencentes ao terceiro setor.

A precisão da criação de uma rede europeia deve-se em muito ao encontro de 1988, em Bruxelas, onde, foram identificadas várias fragilidades das organizações, pertencentes aos 12 países membros da CEE, na altura. Enquanto que nuns países, se notava que as instituições estavam devidamente estáveis e instauradas, noutros as organizações encontravam-se mais fragmentadas no que diz respeito ao combate da pobreza e da exclusão social. Encontrou-se uma grande panóplia de organizações muito diversificadas entre si.

É a partir deste encontro que se começa a fomentar a constituição de uma rede europeia Anti-Pobreza, através do «Comité de Ligação», também se consolidou neste encontro, onde o principal objetivo se centrava na promoção e criação de redes nacionais, regionais e locais. Na preparação dos estatutos da rede europeia e por fim, organizar a Assembleia Constituinte da rede. Ou seja, foi a partir deste Comité que se deu origem aos órgãos legais de funcionamento da EAPN.

Sendo que, também, foram delineadas algumas prioridades na sua constituição, muito devido, como referi anteriormente, a diversidade que se vivia no redor das organizações sociais, era necessário criar um foco de intervenção e na deteção dos casos. Como por exemplo, “(...) aprofundar a análise do fenómeno e as suas causas, atuar como grupo de pressão apresentando reivindicações em termos de justiça e direitos, promover processos integrais e globais de luta contra a pobreza, analisar as consequências das políticas e as suas aplicações, denunciando aquelas que engendram a exclusão, privilegiar a avaliação qualitativa, promover a solidariedade, ter em conta a prevenção da exclusão e, muito especialmente, os processos formativos, os do emprego, os da habitação e os acesso aos direitos, estudar os fenómenos migratórios, ter visibilidade nos meios de comunicação, constituir-se como interlocutor válido e reconhecido, centralizando e difundido vertical e horizontalmente as informações, afirmando valores diferentes dos da sociedade mercantilista, implicando os atores socioeconómicos, tendo uma posição com respeito às políticas e programas europeus, promovendo o reconhecimento e o estatuto e ligações a todos os níveis” (Estivill & Rodrigues, 2004:56-57 *cit in* Pereira, 2016:29)

Era necessário, criar uma organização que servir-se de interlocutor as outras destinadas ao combate da pobreza e exclusão social, para que, juntas conseguissem o mesmo objetivo. E ao mesmo tempo, existisse uma ambivalência entre todas. Assim, se formou a EAPN.

No encontro e na formação do «Comité de Ligação» que marcou o início da constituição da Rede Europeia de Anti-Pobreza, Portugal, como membro da CEE

também este presente e integrou a Assembleia Constituinte da EAPN, sendo dos primeiros países a eleger a sua delegação, na mesma.

A prioridade do grupo que se formou, como por exemplo, a União das IPSS, definiu prioridades que se centram no estudo das causas da pobreza e as principais soluções da mesma, configurou-se também, como um grupo de pressão que tinha como principal objetivo a sensibilização das autoridades, com o intuito de atenuar o flagelo da pobreza.

Contudo, e apesar da participação portuguesa na Assembleia fundadora da EAPN tenha sofrido de alguns estereótipos por parte dos participantes de outros países, não houve grande consequências e a delegação portuguesa iniciou-se no nosso país, em 17 de dezembro de 1991, com a sua sede nacional no Porto.

A EAPN, antes intitulada por REAPN, formalizou a sua delegação através do seu método organizativo e funcional como associação e também IPSS. Claro que, a EAPN, surge muito centrada nos objetivos definidos na congénere europeia, muito centrada, na luta contra a pobreza e exclusão social, na definição de políticas sociais, na conceção de programas de ação, constituição de grupos de pressão de apoio aos grupos desfavorecidos.

Um dos grandes impulsionadores da delegação portuguesa e que muito contribuiu para a sua implementação foi a União das IPSS (UIPSS).

Contudo, no decorrer da sua implementação, a rede portuguesa vai sofrer algumas dificuldades. As primeiras vão se situar na dificuldade de manter relações entre organizações sociais, nacionais e internacionais. Mas que ao longo do tempo, foram conseguindo colmatando estas entraves.

Começou por ser uma rede com bastante dificuldade de afirmação, muito devido, a falta de indefinição, apesar, de conseguirmos perceber que continha um caráter democrático e centrava-se na erradicação da pobreza, não passavam uma mensagem clara a população. Claro que, tudo isto tem vantagens e desvantagens. Por um lado, apesar de se caracterizar como indefinida e difusa, por outro a rede portuguesa, era muito aberta a novos desafios, com uma espontaneidade criadora, de experimentação, de inovação.

Esta organização, sempre desde o início demonstrou ser uma organização bastante ativa em busca de respostas para o problema, que não passavam meramente pelo assistencialismo, mas sim resolver o problema desde a “raiz”. Ou seja, não era só importante auxiliar os indivíduos com necessidades, mas sim, colmatar esse problema, com busca a participação dos mesmos.

Depois de uma implementação mais regrada, com infraestruturas que permitiam alargar mais o leque de intervenção, a EAPN, demonstrou o seu interesse na criação de vários polos pelo país, nomeadamente, em Lisboa, Viana do Castelo, Guarda e Beja. Inicialmente, foi alargado, sendo aprovado o núcleo de Lisboa.

5. Objetivos e metodologia

5.1 Objetivos e desenho da investigação empírica

Os conceitos e discussão desenvolvida na primeira parte deste trabalho, deixam claro que as organizações pertencentes ao terceiro setor, e em particular as associações, podem ter uma grande relevância nas sociedades porque, sendo potencialmente geradoras de forte capital social, poderão permitir aos indivíduos ganharem ferramentas que os ajudem a afirmarem-se na sociedade, promovendo a participação social e através desta, constituírem-se como grandes impulsionadoras da mudança e de inovação social.

Todavia são poucos os estudos que se centram sobre este setor em Portugal (Coelho,2008). Em particular pouco se conhece sobre a forma como (ou se) efetivamente estas associações conseguem (ou não) realizar o seu potencial de capital social e participação cívica, através de um envolvimento ativo dos seus associados.

Numa abordagem teórica que privilegia as perspetivas da *Sociedade Civil* - que aqui se designou por terceiro setor - e do *Capital Social*, enfatizando, portanto os aspetos de cooperação e mediação pública, tal como descrito por Luchamann (2014), pretendeu-se através da realização de um estudo empírico, analisar e compreender quais as realizações e as dificuldades que estas associações enfrentam para conseguirem alcançar os seus objetivos, nomeadamente na participação social ativa e no encontro de novas respostas para os problemas sociais. É este o objetivo central deste estudo. Mais especificamente procurou-se, com este estudo, contribuir para a construção de uma resposta às seguintes questões:

- É o associativismo um veículo efetivo de participação e inovação social?
- Quais as realizações e quais as dificuldades das associações de solidariedade social - em particular das que se centram na mudança social mais do que na assistência social - no envolvimento efetivo dos seus associados, como membros ativos na construção participada de soluções sociais?

O estudo empírico utilizará a estratégia de um estudo caso. Podemos entender por estudo caso, todo um estudo que é direcionado a um foco de estudo, uma organização, um grupo, um indivíduo ou até mesmo uma nação, ou seja, todo o estudo caso se

direciona a unidades sociais. É considerado um estudo intensivo sobre uma dada realidade. Os estudos casos são assim “(...) descrições complexas e holísticas de uma realidade, que envolvem um grande conjunto de dados” (Vilelas, 2017:197). O estudo de caso segundo Eisendhardt (1989), é uma estratégia de pesquisa que se foca em compreender a dinâmica apresentada dentro de um contexto específico. Já segundo Yin (2001), o estudo caso é uma investigação empírica que investiga um fenómeno contemporâneo dentro do seu contexto de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenómeno e o contexto não estão claramente definidos.

Esta estratégia de investigação é adequada quando se pretende fazer um estudo em profundidade, de um ou de múltiplos casos.

O estudo de caso desenvolvido tem como unidade de análise a Rede Europeia de Luta Contra a Pobreza (EAPN)- Portugal. Segundo informação veiculada no site da EAPN-Portugal¹⁰, “A EAPN - European Anti Poverty Network (Rede Europeia Anti-Pobreza) é a maior rede europeia de redes nacionais, regionais e locais de ONGs, bem como de Organizações Europeias ativas na luta contra a pobreza. Fundada em 1990, em Bruxelas, a EAPN está atualmente representada em 31 países, nomeadamente em Portugal. Criada em 17 de Dezembro de 1991, a EAPN Portugal é uma organização, reconhecida como Associação de Solidariedade Social, de âmbito nacional, obtendo em 1995 o estatuto de Organização Não Governamental para o Desenvolvimento (ONGD). A ação da EAPN Portugal, sediada no Porto, estende-se a todo o país através de 18 Núcleos Distritais. Em 2010 foi-lhe atribuído, pela Assembleia da República, o Prémio Direitos Humanos. A decisão, unânime, foi tomada por um júri constituído no âmbito da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.”.

A escolha da EAPN-Portugal como unidade de análise justifica-se, pois, por várias razões:

- É uma associação de solidariedade social, cuja lógica de funcionamento assenta na ideia de rede, em articulação com outras congéneres europeias e com diversos núcleos regionais espalhados pelo país. Neste sentido, e segundo diversos autores (e.eg Putman) é uma associação potencialmente geradora de forte capital social.
- É uma associação de solidariedade social cuja missão remete claramente para o apelo à participação cívica e luta pela mudança social, mas também visa a capacitação e o desenvolvimento pessoal dos indivíduos em situação de pobreza e exclusão social

¹⁰ <https://www.eapn.pt/quem-somos>

- É uma associação de solidariedade social que pretende ser representativa dos interesses de outras instituições de solidariedade social e daqueles que estas atendem ou representam, em particular dos pobres e os excluídos.

- A sua ação tendo vindo a ser reconhecida publicamente como exemplar no domínio da participação e ação cívica, nomeadamente dos “Direitos Liberdades e Garantias”.

A EAPN- Portugal apresenta-se pois como um caso exemplar que pode ter efeitos democráticos a três níveis, tal como referido por Viegas (2004): a nível individual, na medida em que procura promover nos indivíduos a aquisição de mais e melhores competências para conseguir participar mais ativamente e aumentam o seu sentido crítico; efeitos a nível da esfera pública, onde existe uma representação de interesses das instituições do terceiro setor e dos pobres e excluídos e, por fim, os efeitos institucionais, na medida em que procura através dessa representação de interesses a transposição para a implementação das políticas públicas.

A presente investigação empírica propõe-se investigar a participação dos associados nas atividades da EAPN- (Rede Europeia Anti-pobreza) - Portugal e a perceção de toda a organização sobre o seu papel na participação e inovação social ,

Mais especificamente o presente estudo centra-se em dois grandes objetivos, sendo eles:

- compreender quais as realizações e quais as dificuldades de envolvimento ativo dos sócios da EAPN- Portugal na participação social e na conceção de projetos de inovação social
- compreender se existe na EAPN - Portugal um capital social capaz de se constituir promotor de uma dinâmica de participação cívica e envolvimento na inovação social.

O estudo inclui a perspetiva de quatro tipos de informadores-chave: Associados, Núcleos Distritais, Direção Executiva e departamento funcionais mais diretamente envolvidos no contacto com os associados, nomeadamente o Departamento de investigação e projetos e o Departamento de desenvolvimento e investigação.

- Da parte dos associados, pretende-se **saber de que forma se envolvem e como e porque** (não) se envolvem/participam ativamente nas atividades e no desenvolvimento de projetos conjuntos.
- Da parte dos **técnicos e direção/departamentos**, pretende-se perceber como procuram envolver os associados e quais os resultados desse envolvimento (ou falta dele).

5.2 Procedimentos metodológicos

De acordo com a estratégia de estudos de caso, recorrem-se a múltiplas **fontes de informação**, nomeadamente análise documental e questionários a diversos informadores chave, permitindo uma triangulação de fontes (Yin, 2001), nomeadamente análise documental e realização de inquéritos. Segundo Vilelas (2017), o método de triangulação, é considerado um método de verificação de dados e serve-se de várias fontes de informação, de vários métodos de recolha de dados ou de diversos investigadores no mesmo estudo.

Utilizamos ainda a técnica de análise documental que nos permitiu descrever a Rede Europeia contra a pobreza (EAPN) e para conhecer mais e profundamente a sua missão social e seus objetivos para colmatar flagelos como a pobreza e exclusão social.

Para além das fontes documentais recolheram-se também, através de questionários implementados via internet, as perspetivas de diferentes grupos envolvidos na organização, considerados informadores-chave, nomeadamente:

- *-A direção executiva,*
- Os departamentos funcionais mais diretamente relacionados com a operacionalização da Missão da rede, em particular o *departamento de investigação e projetos* e *departamento de desenvolvimento e formação*. Considerou-se que estes dois departamentos são as áreas que poderão ter mais contacto com os associados e, portanto, mais conhecimento de questões relacionadas com a participação e envolvimento dos associados, bem como com as atividades efetivamente desenvolvidas pela EAPN mais relacionadas com a persecução da sua missão¹¹
- *Os técnicos dos núcleos*
- *Os associados*

Foram desenhados 3 guiões distintos: um para a direção e departamentos funcionais; outro para os técnicos e outro para os associados. Todos os questionários incluíram questões fechadas, semifechadas e abertas e outras com a escala de Likert, onde apresentamos uma série de posições. Nas questões fechadas utilizaram-se questões em escala complementadas com uma parte aberta. Estes tipos de questões permitem que os inquiridos se centrem essencialmente no que lhe é perguntado e serem objetivos nas suas respostas, mas ao mesmo tempo permite dar uma maior abertura para nos transmitirem as suas opiniões. As questões abertas foram colocadas com o

¹¹ Assume-se que os restantes departamentos - administrativo e financeiro, de comunicação e de informação e documentação, são sobretudo áreas de suporte ao funcionamento da organização.

intuito de obtermos respostas mais desenvolvidas, em certos aspetos. Ou seja, além de se pretender obter dados objetivos, a subjetividade das respostas abertas, também são de real interesse porque permite obter uma informação adicional para o estudo.

O desenho dos questionários partiu dos objetivos específicos atrás enunciados e incluiu um conjunto de questões transversais aos 3 questionários com o intuito de compararmos dados no e perceber semelhanças e diferenças de perceção entre os diferentes grupos. Todos eles incluíram uma componente de caracterização dos respondentes, uma componente relacionada com o conhecimento da missão e atividades e EAPN e sua valorização, outra dimensão que procurou recolher as perspetivas sobre a contribuição da EAPN para a inovação social e finalmente outros elementos para aferir sobre as questões de participação. Em alguns casos os questionários incluíram também dimensões relacionadas com a comunicação da EAPN (no caso dos técnicos e associados) e sobre o grau de satisfação com a organização (no caso dos associados), dado que também estes fatores poderão ter impacto sobre o nível de envolvimento e participação dos associados. Apresenta-se na tabela 4 um desenvolvimento de cada uma destas dimensões por grupo de inquiridos. Apresenta-se em anexo como um exemplo o questionário implementado aos associados (o mais longo) em versão digital.

Tabela 4 - Estrutura dos questionários

Dimensões do questionário	Direção e departamentos centrais	Técnicos dos núcleos	Associados
Caracterização da entidade/ respondente	Nº de associados: - Individual - coletivos - honorários - por inerência	Território abrangido Ano de fundação Nº de associados - Individual - coletivos - honorários - por inerência	- Tipo de associado - Funções na EAPN - Localização (Território) - Ano de adesão - Caracterização da instituição associada e funções que aí desempenha (No caso de ser associado coletivo)
Missão da EAPN	- Contributos para a luta contra a pobreza e exclusão social	- Contributos para a luta contra a pobreza e exclusão social	- Contributos para a luta contra a pobreza e exclusão social
Atividades desenvolvidas	Identificação e Valorização das áreas de atividade desenvolvidas	Identificação e Valorização das áreas de atividade desenvolvidas	Identificação e Valorização das áreas de atividade desenvolvidas
Inovação social	- Contributos da EAPN- Portugal para a inovação social	- Contributos EAPN- Portugal para a inovação social - Contributos do núcleo regional da EAPN- Portugal para a inovação social no território de atuação	- Contributos EAPN- Portugal para a inovação social - Contributos do núcleo regional da EAPN- Portugal para a inovação social no território de atuação
Informação	-	- Meios de difusão da informação pelos	- Facilidade de acesso à informação

		associados sobre as atividades desenvolvidas	--valorização dos meios de acesso à informação sobre as atividades desenvolvidas
Participação	<ul style="list-style-type: none"> - Níveis de participação dos associados nas diferentes atividades - Fatores que promovem a participação dos associados -Fatores que limitam/dificultam a participação dos associados -Sugestões para a melhoria da participação dos associados 	<ul style="list-style-type: none"> -Níveis de participação dos associados nas diferentes atividades - Fatores que promovem a participação dos associados -Fatores que limitam/dificultam a participação dos associados -Sugestões para a melhoria da participação dos associados 	<ul style="list-style-type: none"> - Motivos para adesão à EAPN- Portugal -Níveis de participação dos associados nas diferentes atividades - Fatores que promovem a participação dos associados -Fatores que limitam/dificultam a participação dos associados -Sugestões para a melhoria da participação dos associados -
Satisfação	-	-	<ul style="list-style-type: none"> Níveis de satisfação com o desempenho da EAPN-Portugal Níveis de satisfação com o desempenho da EAPN-Portugal Sugestões para melhorar da satisfação dos associados

Os questionários, foram implementados através da internet, através de formulários da Google. Para se conseguir obter as respostas necessárias para a realização da parte empírica do nosso trabalho, entramos em contato direto, via mail, tanto com os técnicos dos núcleos, como a direção executiva e os referidos departamentos. Já os associados foram contatados através do seu núcleo de pertença, devido a ser um número elevado de associados, e traves dos técnicos dos núcleos era mais fácil contata-los individualmente.

Com a Diretora Executiva, tivemos um contato ainda mais direto através de telefone. A partir da direção os núcleos e departamentos também foram sensibilizados para a resposta aos questionários.

Num Encontro Nacional de Associados no Porto, também foi possível sensibilizar pessoalmente alguns dos associados para a resposta aos questionários.

Todos os contatos foram feitos por mail e pessoalmente, devido à falta de contato via telefone.

Para testar a validade dos questionários foram realizados pré-testes, antes de enviar os questionários para os potenciais respondentes. Contudo, os questionários ainda sofreram a revisão da Direção Executiva, antes do envio à população em estudo.

Após todo este procedimento, a recolha de dados decorreu entre 21/12/2017 até dia 09/02/2018. Foi um percurso longo, e de grande insistência, e ainda assim com uma taxa de respostas dos associados bastante limitada.

A posterior análise contará com o SPSS, como ferramenta de análise dos dados.

5.3 Identificação/caracterização dos informadores-chave

Apresenta-se na tabela 5, o universo e o número de inquéritos recolhidos por grupo de informadores chave.

Tabela 5 - Universo e nº de questionários recolhidos, por grupo de informadores-chave

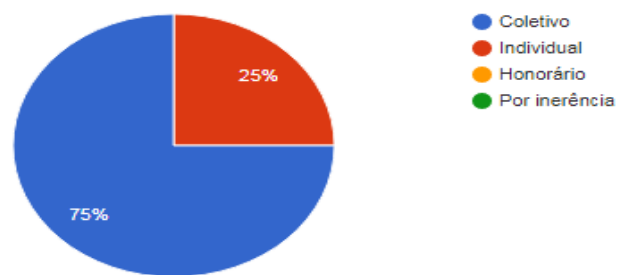
informadores-chave	Total (universo)	Recolha
Total sede	9	
<ul style="list-style-type: none"> • Direção executiva • Departamento de Investigação e Projetos • Departamento de desenvolvimento e formação 	1 3 5	9
Técnicos dos núcleos	18	17
Associados (total)	1 522	69
<ul style="list-style-type: none"> - Individual - coletivos - por inerência 	829 693 Cerca 50	17 52 -

Como se pode se verificar, num universo de cerca de 1522 membros da EAPN-Portugal, obtiveram-se, no total, 86 questionários válidos.

Através dos questionários implementados à Direção Executiva e Departamentos, constata-se que a totalidade de associados da EAPN-Portugal, rondam os 1500 associados. Embora os inquéritos fossem direcionados para todos os tipos de sócios, a respostas obtidos foram apenas de sócio individuais e coletivos, num total de 73 respostas, correspondendo a uma taxa de resposta de cerca de 5%. Um número bastante restrito, mas que ainda assim, permitirá tirar ilações com um erro amostral de 11,2%

Apesar dos associados em nome individual serem em maior número, 75% das respostas obtidas provem de associados em nome coletivo, tal como se evidencia na figura 2.

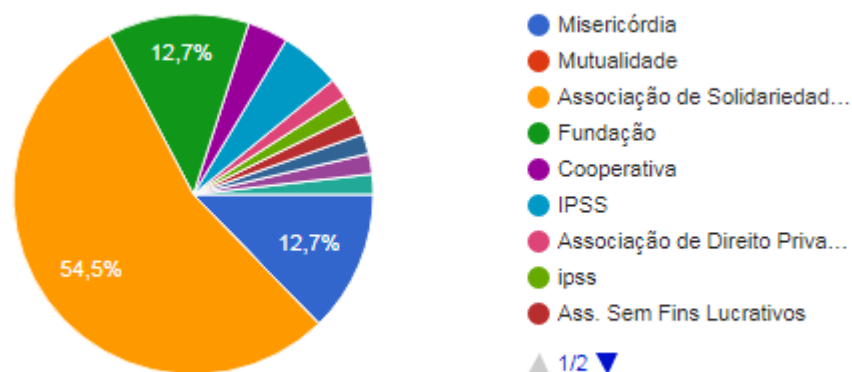
Figura 2- Categoria dos associados



As respostas obtidas são provenientes de associados repartidos pelos 18 Núcleos Distritais pertencentes a EAPN-Portugal (entre 3 a 4 por núcleo).

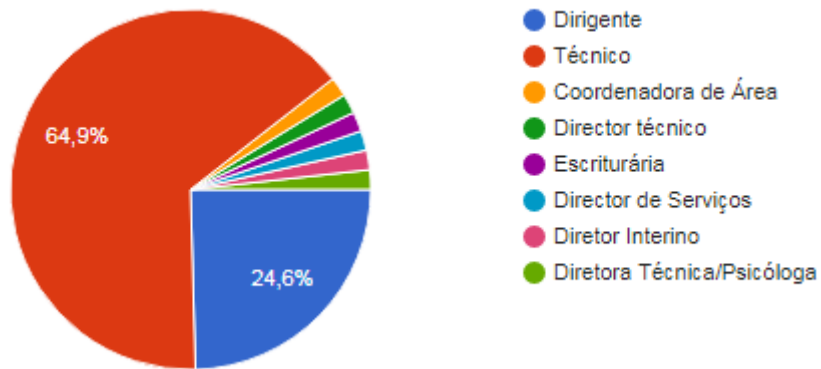
No caso de associados coletivos, sua maioria os respondentes representam associações de solidariedade social, passando também por Fundações, e Misericórdias. Em menor percentagem, todos os outros tipos de associação como, por exemplo, Mutualidades, IPSS, Cooperativas, entre outras, tal como evidenciado na figura 3.

Figura 3 - Distribuição dos associados da amostra por tipo de instituição



Também no caso dos associados em nome coletivo, constata-se que os respondentes são, na sua maioria, são técnicos, seguidos, com uma diferença acentuada, os dirigentes, sendo apenas 5 classificados noutras funções (ver figura 4).

Figura 4 - Funções desempenhadas pelos respondentes no caso dos associados coletivos



A maioria dos associados que responderam ao questionário (81,9%), são apenas associados, não desempenhando qualquer outra função na EAPN-Portugal. Todos os outros que representam uma minoria representam funções dentro da EAPN-Portugal, como Membro dos órgãos sociais, membros dos concelhos locais de cidadãos, técnico, membro da mesa do Conselho Geral do Núcleo de Braga, dinamizador/formadora, Presidente do Conselho Geral, Membro eleito da Mesa do Concelho Geral do Núcleo Distrital.

O associado mais antigo da amostra data de 1997, sendo que o maior número de associados (8 associados, com uma percentagem de 11,6%) aderiu entre 2005/2015. Cruzando com as respostas dadas pelos núcleos, percebe-se que a maioria dos associados surgem a partir no ano de 1997, muito devido à fundação do primeiro núcleo - o núcleo de Braga - que data desse ano. Outros núcleos foram se fundando nos anos seguintes, como é exemplo de Aveiro e Faro no ano seguinte e por aí adiante até à fundação do último núcleo que foi fundado 2005. Contudo verificamos que ainda nos dias de hoje existe uma adesão de associados à EAPN-Portugal, visto que associados de Viana de Castelo, Bragança e Portalegre, associaram-se no ano de 2017.

6. Perspetivas sobre a Missão da EAPN e dos seus contributos para a inovação social

6.1 A perspetiva da sede

Com base nas respostas apresentadas na tabela 1 do anexo 2, constata-se que as diversas perspetivas sobre o contributo da EAPN- Portugal para a irradicação da pobreza e exclusão social são convergentes e passa pela **intervenção ao longo dos seus quatro eixos de atuação**:

“(...) considero que genericamente contribui através da sua intervenção proposta nos 4 eixos de atuação (informação/sensibilização; formação, investigação e lobby nacional e europeu (Inq. #1)”

*“Sendo essa a sua missão, todo o trabalho da organização, nas suas múltiplas vertentes de lobby político, formação e capacitação de organizações e públicos vulneráveis, contribuem neste sentido”.
(Inq. #8)*

Para além do anterior é também destacada a importância do **trabalho em rede** e da **promoção da participação** das pessoas socialmente mais vulneráveis;

“(...) também a própria ação em rede que a EAPN defende e pratica é uma metodologia de trabalho que contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social”, Inq. #6),

“Princípios como o da participação, nomeadamente, a participação das pessoas mais vulneráveis é igualmente central para a luta contra a pobreza”, Inq. #4),

A característica de rede e o apelo á participação são aspetos também associados à dimensão de inovação social, tal como evidenciado na tabela 2 do anexo 2 que sistematiza as respostas recolhidas sobre esta questão. Segundo as perspetivas dos inquiridos, a inovação social está presente na própria filosofia de atuação da EAPN-Portugal:

“A sua filosofia de atuação e trabalho baseia-se numa intervenção que busca resposta inovadoras - no sentido em que procura novas soluções, mais eficazes, para isso bastará (re)ver a sua história e acervo que está publicado.” (Inq. #1),

E reflete-se, na sua orgânica em rede, articulada em três escalas: europeia, nacional e regional - e nas suas metodologias de atuação- com abordagens colaborativas, novas metodologias de intervenção e projetos de experimentação social:

“Pelo seu trabalho em rede e pelo trabalho de mobilização à participação das pessoas mais vulneráveis. É de salientar também a perspetiva tridimensional que coloca no seu trabalho (local, nacional e europeu) e que a distingue das outras entidades nacionais que também trabalham nesta temática”. (Inq. #4),

“A EAPN Portugal é uma organização que desde sempre procura desenvolver projetos piloto de experimentação social que permitem testar novas metodologias de intervenção, e novas formas de trabalhar com públicos vulneráveis. O próprio trabalho em rede que é a base de toda a nossa intervenção é em si mesmo inovação social.” (Inq. #5),

A intermediação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social com os poderes políticos é também considerado um elemento de inovação social. Ou seja, a o “dar voz” às pessoas mais vulneráveis, identificar quais as prioridades com vista a alcançar respostas sociais mais eficazes para cada necessidade e público alvo abrangido, é também considerado um fator fundamental de inovação social promovido pela organização.

“A EAPN Portugal tem também desenvolvido um trabalho inovador no âmbito da participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, com o objetivo de favorecer a sua inclusão e melhorar a eficácia das políticas públicas.” (Inq. #6).

“Dinamização de grupos de trabalho com pessoas em situação de pobreza nos vários distritos para melhor conhecer a realidade da pobreza e exclusão social na primeira pessoa, como exercício de cidadania e direitos humanos e influenciar a definição de políticas sociais que melhorem as condições de vida e os direitos sociais das pessoas mais vulneráveis” (Inq. #9),

Segundo Silva et Almeida (2015) a inovação social visa “promover a inclusão social em diversos campos do social (...) mas também, e por outro, dar voz a grupos sociais que são frequentemente privados de participação e protagonismo nas estruturas e sistemas político-administrativos, por via de uma reestruturação das dialéticas de poder que pauta, as suas práticas sociais e as estruturas que as informam”. Posto isto e comparando com a maioria das respostas, a EAPN-Portugal posiciona-se como veículo de inovação social, muito devido, à sua insistência na participação dos agentes sociais, com a vista a alteração da vida social de cada um.

6.2 A perspetiva dos técnicos

Na perspetiva dos técnicos dos núcleos distritais, que muito embora não se distancie em muito da perspetiva da direção, conseguiu-se perceber como é que EAPN-Portugal contribui para erradicação da pobreza e exclusão social. Pode-se observar estas respostas na tabela 3, do anexo 2.

Um dos primeiros contributos, referido pela direção, foi os **eixos de intervenção** da EAPN-Portugal, eixos esses, que são 4 e que se centram na investigação social, na informação: formação e capacitação e o lobby, como podemos verificar nas respostas obtidas:

“Através dos seus 4 eixos de intervenção: investigação social, informação: formação/ capacitação e lobby” (Inq #3)

“Através dos seus eixos de intervenção, pela capacidade de ouvir os que mais diretamente estão relacionados com estas questões” (Inq. #12)

O **trabalho em rede e em parceria**, também muito mencionado pelos inquiridos como forma de contributo para a erradicação da pobreza e da exclusão social.

“dinamização do trabalho em rede” (inq. #1)

“em rede e parceria com a sociedade civil, entidades publicas e privadas com e sem fins lucrativos ativando a participação e promovendo a cidadania” (inq.3)

“trabalho em rede na qual se envolvem atores coletivos e individuais tais como ONG's, atores individuais” (inq. #9)

O fator **capacitação**, tanto dos agentes sociais como das organizações do setor social, também foi mencionado, com alguma regularidade entre os técnicos dos núcleos distritais, como podemos verificar nas respostas obtidas:

“contribuindo para o conhecimento do fenómeno, em termos quantitativos e qualitativos; capacitação das organizações do setor social; desenvolvimento de projetos sociais/ comunitários” (inq. 1)

“Produzindo e difundindo informação - Capacitando os técnicos e dirigentes das instituições - Empoderando/ capacitando as pessoas” (inq.#5)

“Através do contributo para a qualificação da intervenção social das Organizações (privadas e públicas) e do contributo para o exercício da cidadania por parte de cidadãos em situação de vulnerabilidade social” (inq.#6)

“através da produção de conhecimento, resultante de projetos locais, nacionais e transnacionais, e da promoção de ações formativas e informativas que procurem potenciar uma melhor intervenção social junto dos públicos socialmente vulneráveis com quem trabalham” (inq. #8)

“Através da formação que desenvolve na área do trabalho social (formando técnicos, colaboradores, dirigentes e cidadãos em geral), desenvolvimento pessoal e gestão organizacional do terceiro sector” (inq. #10)

Ainda outro contributo que foi mencionado pelos inquiridos foi o **lobby político e participação social, numa lógica tridimensional (local, nacional, local).**

“Influenciando as políticas europeias e nacionais (com documentos e com momentos participativos com os cidadãos)” (inq. #5)

“Influenciando políticas públicas a nível europeu e nacional, de forma a que todas as pessoas tenham os seus direitos garantidos, que todas as pessoas tenham acesso a uma vida digna, influenciando políticas sociais a partir da auscultação dos cidadãos, dando voz a quem a sociedade raramente dá” (inq. #5)

“Através da sua intervenção junto dos agentes sociais a nível local, nacional e europeu, do poder de lobby, dos projetos que desenvolve” (inq.4)

“lobby que exerce junto ao poder local, nacional e mesmo ao nível europeu” (inq. #14)

O apelo à participação, com o intuito de dar voz aos grupos vulneráveis, e ao mesmo tempo capacitando-os para uma maior afirmação na sociedade. Apontaram também uma auscultação dos grupos vulneráveis, o que demonstra que a prioridade são os grupos vulneráveis e a resolução dos problemas.

No que se refere, a promoção de inovação social, também, conseguimos obter perspetivas dos técnicos dos núcleos. Como se pode observar na tabela 4, anexo2.

Foram enunciadas várias formas de promoção de inovação social, principalmente as novas metodologias de intervenção que buscam fugir as metodologias tradicionais, por exemplo, as metodologias que levam ao assistencialismo.

“Procura soluções adequadas à realidade, fora do tradicional” (inq.#17)

“Considero que pode ser promotora de inovação social em Portugal porque utiliza e aplica muitas vezes metodologias e técnicas disruptivas e diferenciadoras nos diferentes eixos, mas sobretudo na abordagem do

problema social e consequentemente contribuindo para a implementação de processos de mudança social novos e diferenciadores dos demais” (inq. #3)

“A EAPN Portugal tem-se esforçado por procurar ser inovadora em diferentes aspetos da sua intervenção - a abordagem com as pessoas que vivem situações de desfavorecimento social, as iniciativas/projetos que promove, as metodologias que desenvolve nas atividades.” (inq. #4)

“Através da procura de novas respostas e novas metodologias de intervenção social para velhos problemas.” (inq. #8)

O **trabalho em rede** e capacitação, também foi focado como um meio de promoção de inovação social.

“Através da promoção da participação e do dar voz a públicos desfavorecidos” (inq. #2)

“pelo trabalho em rede baseado nos princípios da participação de todos, de âmbito europeu” (inq. #11)

“Na medida em que concorre para o conhecimento dos territórios e do seu tecido organizacional, bem como para o aumento do conhecimento sobre os fenómenos de pobreza e exclusão social em geral” (inq. #6)

“porque promove o trabalho em rede de forma a intervir de forma organizada e estrutural nas causas da pobreza, porque influencia políticas a partir da auscultação dos cidadãos, fato que nenhuma outra instituição o faz, porque possui conhecimento das políticas europeias e passa essa informação para os territórios, etc” (inq. #5)

Segundo André e Abreu (2006:125), “A inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar ou fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa - ou até mesmo uma ruptura - face aos processos tradicionais, como se verificou, nas respostas dadas pelos inquiridos.

A inovação social também é um grande impulsionador de participação social, na defesa de “dar voz” aos mais necessitados, capacitando-os e inculcando-lhes valores democráticos que permitam também a modificação das mentalidades. Defende também a capacitação dos indivíduos para que se consiga uma mudança social.

6.3 A perspetiva dos associados

No que se refere à perspetiva dos associados, também conseguimos alcançar perspetivas clarificadoras da missão da EAPN-Portugal, como também de formas de promoção da inovação social. Pode-se encontrar as várias respostas na tabela 5, no anexo 2.

Percebeu-se uma conformidade com as repostas obtidas pela direção/departamentos e os técnicos dos núcleos, no que se refere aos **eixos de intervenção** da EAPN-Portugal são um grande contributo para a erradicação da pobreza e da exclusão social, contudo, um dos eixos de intervenção mais focado que contribui para erradicação da pobreza e exclusão social, foi a formação, permitindo uma capacitação dos técnicos e das próprias organizações com vista a alteração de mentalidades.

“Sobretudo através da formação dos agentes no terreno, da formação/alteração de mentalidades” (inq. #1)

“sobretudo através de sensibilização, divulgação de informação e formação” (inq.# 9)

“estudos e influencia, formação das entidades que trabalham diretamente com a população” (inq. #39)

Nas sociedades atuais, ainda são vivenciados momentos de grande preconceito e estereótipos, o que prejudica imenso a afirmação das minorias, e por isso é importante esta quebra destes valores, para que se consiga uma maior afirmação dos grupos vulneráveis na nossa sociedade. E, por isso, é necessário que os técnicos adquiram competências para uma melhor atuação.

O **lobby político**, também ele referido em grande medida, com vista, a inserir a prioridades e pressão política para que estes grupos vulneráveis e em problemas tão nefastos como a pobreza e exclusão social.

“através dos seus eixos principais de atuação e do lobby nacional e europeu” (inq #.2)

“Acima de tudo julgo que a pressão que exerce a todos os níveis e em todos os setores é fundamental, caso contrário andaria muita gente a “varrer a poeira para baixo do tapete” e a EAPN não o permiti e esse é o fator preponderante da sua atuação. E mantém toda a gente alerta para as questões da pobreza” (inq. #10)

“Colocando o problema na ordem de prioridade política” (inq. #12)

“Intervenção junto do poder político” (inq. #31)

“Contribuindo para a formação dos agentes sociais, na mudança de mentalidade e influência política.” (inq. #22)

“Colocando-a na agenda política / tornando-a/mantendo-a visível, tanto a nível político como nas redes sociais, etc., mobilizando e permitindo que a vontade de muitos e de muitas se encontre representada de forma organizada” (inq. #33)

Como promotora de inovação social, os associados também enumeraram algumas características que nos demonstram como é que a EAPN-Portugal é promotora de inovação social enquanto organização pertencente ao terceiro setor. Podemos observar estas respostas na tabela 6, no anexo 2.

Novas práticas de intervenção acompanhadas de **novos projetos** é uma forma de inovação social enunciada pelos associados.

“Na medida em que tem liderado projetos de inovação social que tem comportado novas práticas na resposta a problemas sociais” (inq. #2)

“Novas metodologias, novas visões, novas propostas de resolução dos problemas sociais” (inq. #4)

“Através de projetos inovadores, como é o caso do Bem-Envelhecer, que permitem constatar que é possível fazer a diferença e romper com a rotina” (inq. #5)

“Pela preocupação em procurar projectos diferentes” (inq. #19)

“Procurando desenvolver investigação no terreno, projectos de proximidade e trabalho em rede” (inq. #18)

A **formação/capacitação** também foi uma medida enunciada pelos associados da EAPN-Portugal. E também o Lobby Político.

“O enfoque na formação e investigação, a par do lobby junto dos poderes políticos. A ação do terreno das instituições de solidariedade social, junto das pessoas, é importante, mas este trabalho, que vejo incidir também a nível macro, é essencial. É um importante complemento às instituições que apoiam diretamente as pessoas” (inq. #11)

“Através da informação e realização de ações específicas” (inq. #9)

“Pelas acções que faz e pela forma como vê a pobreza não só do ponto de vista financeiro e económico, mas também social e cultural” (inq. #7)

6.4. Uma síntese das perspetivas

Numa pequena síntese, de forma comparativa visto que existem perguntas transversais aos 3 inquéritos. Sendo elas, de que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para erradicação da pobreza e exclusão social? a segunda centra-se na forma como a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social? Com estas respostas, pretendemos perceber se todos os inquiridos as perspetivas referentes à missão da EAPN-Portugal e de que forma que a EAPN-Portugal promove à inovação social.

Com uma análise documental sobre a EAPN- Portugal, conseguimos perceber que é uma associação de solidariedade social que se foca essencialmente na resolução de problemas sociais, como a pobreza e exclusão social. É uma organização do terceiro setor, que aposta em respostas inovadoras, como sendo pioneira no trabalho em rede, tanto em Portugal, como a nível Europeu. De caráter democrático, com incentivo à participação social dos grupos mais vulneráveis com vista a capacitação dos mesmos para alterarem as suas adversidades, afirmando-se cada vez mais na sociedade. E ainda, fazem um lobby político, ou seja, uma pressão nos poderes políticos para a tentativa de alterar em muito as políticas sociais com vista uma melhoria de condições de vida dos grupos-alvo de pobreza e exclusão social.

Olhar para as questões que pretende analisar, a primeira conclusão que conseguiu desde logo identificar é que as respostas coincidem em grande medida. Na primeira questão existe uma ambivalência nas respostas dadas pelos associados, núcleos, direção/departamento. Todos eles referenciaram em primeira estância que os **eixos de intervenção** que a EAPN-Portugal se propõem sendo eles **Informação**, a **formação** tanto dos técnicos como aos públicos por eles abrangidos. A **investigação**, é de real importância porque, conseguem fazer um diagnóstico das necessidades das populações. A **investigação**, esta de proximidade que vai permitir que as respostas às mesmas necessidades sejam consoante as necessidades e as regiões onde atuam, ou seja, não são repostas gerais, mas respostas que atendem caso a caso e região a região.

A **capacitação** também foi uma resposta transversal aos três questionários, visto, que contribui para a erradicação da pobreza e da exclusão social, porque, capacitam os técnicos na detenção de informações mais pormenorizadas e como lidar com os grupos-alvo. Através da capacitação consegue-se concluir que a EAPN-Portugal é uma entidade do terceiro setor que promove inovação social, na medida que procura dar voz aos mais vulneráveis de forma a conseguirem afirmar na sociedade. Contudo, esta capacitação também é conseguida através da **participação ativa** dos indivíduos, sendo também um enfoque que a EAPN-Portugal se centra. “(...) dar voz a grupos sociais que

são frequentemente privados de participação e protagonismo nas estruturas e sistemas políticos administrativos, por via de uma reestruturação das dialéticas de poder que pautam as suas práticas sociais e as estruturas que as informam” (Silva et Almeida, 2015:39).

O **lobby político** também foi uma resposta bastante referenciada e de bastante relevância porque, ao fazer-se pressão sob os poderes políticos podem em muito mudar a realidade e ao mesmo tempo, fomentar novas políticas sociais que sejam mais adequadas para a resolução dos problemas sociais, e também com o objetivo de sensibilização dos poderes políticos para esta realidade nefasta.

“Através do lobby que faz junto do poder político e governativo, procurando influenciar políticas públicas nesta matéria” (Associado)

E por fim, dentro dos eixos de intervenção referenciaram em grande escala o fomento da participação, como um grande eixo de intervenção, na medida, permitam aos grupos-alvos tomarem consciência da realidade e assim alcançarem um lugar na sociedade.

“Através da promoção da participação e do dar voz a públicos desfavorecidos” (Técnico de Núcleo).

Outro aspeto, que foi referido como um motivo para a erradicação da pobreza e exclusão social, foi o **trabalho em rede**, permitindo um maior foco de intervenção e uma junção de sinergias que permitam mais e melhor.

As **parcerias** também foram mencionadas como grandes impulsionadoras de mudança de realidade, sendo a EAPN- Portugal autónoma, necessita de parcerias para conseguir assegurar os seus projetos, projetos estes que também foram focados por todos como um grande mecanismo de intervenção direta e próxima das comunidades. Estes projetos são realizados tanto a nível europeu como a nível nacional ou local.

O **apoio dado pela EAPN-Portugal** às outras organizações pertencentes ao terceiro setor, também, foi elencado como um motivo para a erradicação da pobreza e exclusão social, na medida que partilham ideias e ao mesmo tempo resolvem os problemas sociais.

A proximidade perante os grupos alvos, com o intuito de os ouvir e **dar-lhes voz** também foram fatores de grande importância e transversalidade mencionados na medida que é a partir daqui que conseguem ter respostas mais adequadas as situações. A **sensibilização das populações**, com o intuito de quebrar o senso comum, também foi evidenciado por todos.

Com todas estas respostas conseguimos verificar que os 5 objetivos da EAPN-Portugal estão de acordo com as respostas obtidas. Os 5 objetivos centram-se em estabelecer uma interligação da (rede) entre as instituições, grupos e pessoas que trabalham no terreno na Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social; Promover e aumentar a eficácia e a eficiência das ações de Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social, fazendo com que tenham expressão, dando voz aos indivíduos, restituindo-lhes a capacidade de ação e de iniciativa e promovendo a sua efetiva participação; Promover junto de pessoas ou grupos que se encontrem em situação de pobreza e, ainda, junto de profissionais e dirigentes institucionais, a integração/inclusão social e a organização de serviços e outras atividades que visem o desenvolvimento cultural, moral e físico das pessoas, reforçando a autonomia, quer sejam idosos, deficientes, desempregados, famílias monoparentais, jovens em situação de risco, imigrados, minorias étnicas e culturais, crianças maltratadas, pessoas sem-abrigo ou outras; Contribuir para a mobilização de outros setores, envolvendo-os no desenvolvimento de serviços e formas de intervenção e de proteção social alternativas e de melhoria da qualidade de vida de pessoas ou grupos, prestando e dinamizando o necessário atendimento em centros especialmente construídos para esses fins, utilizando técnicas de ação social, apoio direto, de acordo com os meios materiais e técnicas próprias, encaminhamento com vista à resolução dos seus problemas, e formação em ordem à sua integração social e inserção sócio-profissional; intervir por meio de projetos e ações nas áreas de promoção de igualdade de oportunidades para todos. ¹²

Seguindo agora para a análise da segunda pergunta de cariz aberta, de que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social? Percebeu-se numa primeira análise que as respostas dadas estavam em concordância. Nesta questão, além de se tentar perceber se os inquiridos têm noção da definição do conceito de inovação social, tentou-se também, perceber de que forma é que os inquiridos verificam que a EAPN-Portugal é uma promotora de inovação social.

Contudo, é necessário clarificar de forma muito resumida o conceito de inovação social. A inovação social, é considerada como um conjunto de ideias que visam a mudança social, através do cumprimento de metas sociais, que na sua maioria é a resolução de problemas sociais. Importa, pois, a satisfação de uma necessidade humana, visa uma mudança social, frisa que a participação social é um grande foco para essa mudança. Pretende ainda dar poder a quem até então não o teve, e isso resolve-se ou tenta-se resolver através da capacitação dos indivíduos. E é importante ter respostas eficazes, para uma melhoria das sociedades e dos problemas sociais.

¹² Informação retirada do site da EAPN-Portugal: <https://www.eapn.pt/objetivos>

Apela ainda a novos projetos, novas metodologias, mas sempre com o intuito de resolver os problemas sociais.

Perante esta minuciosa definição, e comparando com as respostas obtidas conseguiu-se perceber que existe uma certa concordância. Foram enunciadas várias formas de promoção de inovação social por parte da EAPN-Portugal. Em maior número foi elencada a capacitação dos indivíduos e das organizações, entendem que desta forma conseguem dar voz aos indivíduos e transferir-lhe capacidades para se afirmarem na sociedade.

O **trabalho em rede** também foi focado devido à EAPN-Portugal ser considerada uma rede pioneira em Portugal, pois, atua em todo o país e em rede com outras organizações de cariz social, com vista a criação de sinergias para uma maior eficácia e eficiência na resolução dos problemas sociais.

Enunciaram, também, com alguma conformidade a capacidade de alcançarem **novas metodologias de intervenção**, para uma maior intervenção e de maior eficiência. Procuram demonstrar que com a proximidade ao terreno, permite-lhes, conhecer a realidade tal e qual como ela é, e assim, criar projetos de maior proximidade, facilitando a criação de metodologias de intervenção mais concretas e eficazes. Permite-lhes ainda, a auscultação dos grupos-alvos e assim criar condições para uma resposta mais isolada e não tão geral que por vezes não se direciona a todos os públicos.

O **lobby político**, também foi enunciado como uma forma de promoção da inovação social por parte da EAPN-Portugal. É uma medida que é tomada por esta organização isoladamente, está em conformidade com outras organizações sem fins lucrativos luta com o objetivo de alcançar melhores políticas públicas que permitam aos grupos-alvos alcançarem as condições necessárias para a melhoria da sua condição.

Conclui-se, que todos os inquiridos, tantos os técnicos dos núcleos, como os associados de cada núcleo, como a direção e os respetivos departamentos, elencam formas de promoção de inovação social que se assemelham a própria definição de inovação social, como a capacitação dos indivíduos e das organizações, novas metodologias que passam na sua maioria, pela proximidade ao terreno, que permite uma atuação mais direcionada a realidade que se está a viver.

Contudo dentro desta pergunta e da próxima pergunta encontrou-se alguma resistência na resposta, por existir ainda um certo desconhecimento relativo ao conceito de inovação social.

Numa última pergunta que é transversal apenas a 2 questionários, núcleos e associados. Esta questão diz respeito à promoção da inovação social através dos

núcleos, mais propriamente, no seu território de atuação. Em conformidade com a pergunta anterior, podemos perceber que as respostas não se diferenciam na sua generalidade. Os núcleos e associados nas suas respostas também estão na maioria das vezes em concordância. Enumeraram o trabalho em rede como uma forma de promoção da inovação social no em cada território de atuação, visto que estão mais perto da realidade, podem ser criadas respostas mais concretas e decisivas. O lobby político também é referenciado como uma grande medida para a implementação da inovação social, na medida que podem ser criadas políticas sociais que vão de encontro as especificidades de cada necessidade de cada território.

“trabalho em rede e da criatividade” (Técnica de Núcleo)

“Influenciando políticas locais a partir da auscultação dos cidadãos, promovendo o trabalho em rede de forma a intervir nos problemas de forma estruturada, difundindo e incentivando ao desenvolvimento de iniciativas e projetos reconhecidos e validadas no contexto europeu e nacional, influenciando agendas, incutindo práticas participativas nos diferentes agentes locais, incutindo a necessidade e utilidade de definição das ações com as pessoas e não para as pessoas, disponibilizando e disseminando estratégias e metodologias diversificadas de atuação e de intervenção” (Técnica de Núcleo)

“Pela organização em rede que montou em Portugal, pioneira no setor social e pelo potencial de realização de projetos conjuntos que essa rede proporciona” (Associado)

O **trabalho de proximidade** (auscultação dos grupos vulneráveis/ Observar a realidade de forma direta) também é enunciado como uma grande medida, uma vez que assim se consegue atingir mais e de forma mais eficiente a resolução dos problemas. Através de metodologias de intervenção inovadoras.

“Procurando desenvolver investigação no terreno, projectos de proximidade e trabalho em rede” (Associado)

As **práticas participativas**, foram as mais mencionadas pelos núcleos, também vem de encontro aquilo que o conceito de inovação social nos diz, que é importante apelar à participação social, para que assim se dar voz a quem não a teve até então. Segundo Claudier-Grice *et al.* 2012:18), a inovação social “ênfatiza o produto (satisfação de necessidades sociais), processo (melhorar as relações e capacidades ou usar bens e recursos de uma maneira nova) e dimensões de capacitação (aumentado a capacidade da sociedade atuar)”.

Uma outra conclusão que se consegue retirar depois de analisar esta informação mais desenvolvida por parte dos inquiridos é que a EAPN-Portugal é uma organização baseada em valores democráticos. É uma organização que promove a participação social, lutam em conjunto por um bem comum. “A transformação das associações nos últimos anos, vai, aliás, no sentido da menor militância interna, compensada por esforço da sua intervenção na esfera pública, quer na representação de interesses de grupo, quer na defesa de valores e normas sociais” (Skocpoll, 1999 *cit in* Viegas, 2004:37).

Em suma, pode-se verificar que em todos os questionários existiu uma certa concordância de respostas, na medida que foram mencionadas as mesmas respostas ou a maioria delas. Pode-se também, ainda, verificar que estas mesmas respostas vão de encontro tanto com os objetivos da EAPN-Portugal, como com a definição de inovação social e associativismo.

7. A participação e envolvimento dos associados: realizações e dificuldades

7.1 Fatores de adesão à EAPN-Portugal

E para compreender quais os motivos que levam os associados a aderirem à EAPN-Portugal, recorreu-se a uma análise estatística (média/variância) que permite aferir o porquê da adesão. Constatou-se que todos os motivos enumerados obtiveram respostas que vão de relevante a muitíssimo relevante. Contudo os motivos que mais se destacaram, com uma percentagem de resposta de 42,0% como muitíssimo relevante, foi a relacionada com o acesso à formação (de baixo custo ou até mesmo gratuita para associados). Este eixo revela-se, por isso, como muito importante para a EAPN-Portugal, na medida que através da formação consegue capacitar os demais envolvidos e sensibiliza-los para uma maior e melhor intervenção nos problemas de pobreza e exclusão social.

Todas as outras respostas obtidas, centram-se essencialmente no muito relevante como a identificação com os valores sociais (49,3%), conhecer outras instituições da área social e as suas práticas (39,1%), a representação do terceiro setor em Portugal (40,6%), abertura e desenvolvimento de contatos dentro da área social (44,9%).

Por fim, a pertença a uma rede europeia de combate à pobreza e exclusão social é apontado como um motivo relevante (40,6% de respostas) mas com menos peso de muito ou muitíssimo relevante, evidenciando uma relativa menor visibilidade e/ou valorização da sua dimensão europeia.

Perante estes dados pode-se concluir que a maioria dos associados que aderem a EAPN-Portugal tem como motivo primordial o acesso à formação, seguidamente pela organização ativa que é, e com o trabalho que desenvolve em rede, contudo o motivo de combate a pobreza e exclusão social foi verificado como menos prioritário dos motivos em comparação com todos os outros.

Numa possibilidade de uma resposta, mais aberta em que dessa liberdade aos inquiridos, também foram enumerados mais alguns motivos que por nos não foram enumerados, como, por exemplo:

“necessidade de formação específica”

“exercitar o voluntarismo social”

7.2 Áreas de atuação mais relevantes

Para os associados as áreas de intervenção que mais tem importância centram-se essencialmente no muito relevante, enquanto na perspetiva dos núcleos todas as áreas de intervenção são de muitíssima relevância. A sensibilização e atualização para os problemas através da informação para os associados é dado como muito relevante (52,2%) já os núcleos demonstram uma maior importância com 64,7% das respostas. No que se refere à formação os associados centraram a sua resposta no muitíssimo relevante com 46,4% das respostas, entram em conformidade com as respostas do núcleo que também defendem que esta área de intervenção é de muitíssima relevância com 58,8% das respostas. Os workshops/fóruns/seminários na perspetiva dos associados são muito relevantes com 46,4% das respostas, já os núcleos também entram em conformidade com eles com 47,1% das respostas. Enquanto que o *Lobby/Influência Política* os núcleos classificam-na como uma área de muitíssima relevância (52,9%) enquanto que os associados a caracterizam como relevante 40,6% das respostas.

7.3 Níveis de participação

Passando agora para questões que se referem participação dos associados, pretendeu-se perceber, qual o grau de participação, onde o objetivo central era entender, qual o grau de participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal, quais as razões que mobilizam os associados a participar nas atividades e também, as razões que condicionam/limitam a participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal. Vamos confrontar as respostas dadas pelos associados e os núcleos distritais.

No que diz respeito ao grau de participação dos associados, tanto na perspetiva dos associados como dos núcleos, vamos conseguir perceber pelos dados obtidos que de certa forma existe uma discórdia/concordância entre eles. Enquanto que os associados nas reuniões de associados nacionais clarificam como uma atividade que nunca participam (50,7%) os núcleos numa escala entre -10% até +de 75%, mencionaram os associados participam entre 10%-25% (52,9%). No que diz respeito às reuniões de associados distritais os associados responderam na sua maioria que participam frequentemente 36,2%, enquanto que os núcleos demonstraram que os associados participam entre 10%-25% (47,1%). Já no que se refere às reuniões de associados regionais, os associados centraram-se no nunca, enquanto que os núcleos centram na resposta que dos 10%-25% de participação. Numa última atividade, as ações de formação os associados dizem que participam frequentemente (43,5%) e os núcleos centraram-se na percentagem de 50%-75% (47,1%).

De notar que uma questão que tem vindo a ser transversal e de real importância são as ações de formações.

7.4 Fatores que promovem a participação

Dentro das questões da participação, importa, perceber as razões que motivaram e as razões que condicionaram a adesão dos associados à EAPN-Portugal, tanto na perspetiva dos associados como no olhar dos núcleos, de forma, a percebermos se a realidade de ambos coincide ou existe discórdia entre eles.

Assim, perante uma análise dos dados percebemos que os motivos que mobilizam os associados a participar nas atividades da EAPN-Portugal coincidem em grande medida com as respostas dadas pelos associados e pelos núcleos. No que diz respeito ao desenvolver as capacidades de ação no terreno, verificamos que em média os associados acham ser um motivo bastante relevante com uma percentagem de 37,7% de respostas, enquanto que os núcleos centraram a sua resposta no bastante/muitíssimo relevante com 29,4% das respostas. O segundo motivo elencado diz respeito a facilidade de obter um maior conhecimento acerca dos problemas de pobreza e exclusão social, os associados demonstraram ser um motivo relevante (36,2%), já os núcleos demonstraram que este motivo é bastante relevante (47,1%). O acesso à formação, outro motivo por nos elencado, verificamos que os associados o consideram com um motivo de muitíssima relevância (42,0%), já os associados centram-se no bastante relevante (58,8%). A participação em projetos sociais inovadores, os associados centram-se num motivo bastante relevante (50,7) em concordância com os núcleos que também consideram este motivo como bastante relevante (35,3%). A discussão /participação na construção de estratégias contra a pobreza e exclusão social, os associados consideraram-no como relevante (36,2%), enquanto que para os núcleos é um motivo de bastante relevância (25,3%). Por último, o conhecimento e intercambio de informação com outras organizações, as respostas coincidiram centram-se num motivo de bastante relevância (43,5%)/(41,2%).

De notar, mais uma vez que o acesso à formação é sempre um eixo de intervenção que mais sobressai nesta análise descritiva.

Na perspetiva da Direção/Departamentos, no que se refere às razões que mobilizam a participação dos associados enumeram todas as razões como muito relevante para a participação dos associados.

Pode-se então conferir que as respostas dadas pela direção/departamentos entram em maior concordância com os núcleos do que os associados.

7.5 Fatores que limitam a participação

Passando agora para a análise dos motivos que condicionam/limitam a participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal, verificou-se uma alteração de respostas entre os associados e os núcleos. Enquanto que as respostas obtidas pelos associados em média se centram algo relevante/ nada relevante, relevante/ muito relevante as repostas dos núcleos centram-se essencialmente em relevante/ nada relevante, relevante/ muitíssimo relevante. Na perspetiva dos técnicos dos núcleos os motivos que mais condicionam a participação nas atividades dos associados na EAPN-Portugal é a falta de tempo (35,3%), as limitações orçamentais (35,3%). Já na perspetiva dos associados os motivos que mais condicionam a participação é a falta de tempo (39,1%), o desconhecimento das atividades (29,0%), os limites orçamentais (39,2%) e a falta de sensibilização sobre a importância da participação por parte dos dirigentes.

Na perspetiva da Direção/Departamentos, as razões que condicionam/limitam a participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal, enunciaram o desconhecimento das atividades como muitíssimo relevante (60,0%) e como muito relevante as limitações orçamentais. Todos os outros motivos foram caracterizados como relevantes ou algo relevantes.

7.6 Satisfação dos associados

Seguidamente, o que se vai verificar é o grau de satisfação dos associados, tanto com a EAPN-Portugal, como com o seu núcleo de pertença. Depois de uma análise descritiva através da média e variância, conseguimos perceber que existe, em média, maior satisfação com o núcleo de pertença, o que não é de estranhar porque, a relação é mais direta com os núcleos do que a EAPN-Portugal, embora pertençam todos a mesma organização, o território onde se inserem tem mais influência

N	Válido	69
	Omisso	0
Média		5,28
Variância		1,350

N	Válido	67
	Omisso	2
Média		5,42
Variância		2,035

Tabela 7 - Satisfação dos associados com a EAPN-Portugal

Tabela 6 - Satisfação com o núcleo de pertença

Perante o grau de satisfação solicitou-se aos associados inquiridos que justificassem a escolha deles, e é de notar que até se encontrou algumas respostas curiosas. No que diz respeito às respostas sobre o grau de satisfação perante a EAPN-Portugal, obtemos várias justificações, por exemplo,

“pelo nível de aprendizagem sobre o setor social”

“pelo seu papel na formação dos agentes sociais, na mudança de mentalidade e influência política”

“ainda faltam alguns passos para chegar às organizações mais pequenas e tradicionais”

“a EAPN tem correspondido às nossas expectativas no cumprimento da sua missão na luta contra a pobreza e exclusão social”

“desempenha um trabalho importante”, “são excelentes em todas as atividades e cumprimento das mesmas”

“pela motivação colocada no nosso projeto”

“são muito bons na área de formação e divulgação de informação, mas pecam no fraco lobby junto de forças políticas, não conseguem levar “a voz” das instituições aos poderes locais ou nacionais de modo a fazer pressão”

“julgo que ainda há muito caminho a percorrer, vamos no caminho certo, mas ainda há muito a percorrer”

“maior visibilidade da aplicação prática das intervenções”, “mais valia para esta instituição”

“apreciamos muito o trabalho”

“sempre nos acolheram com alegria e interesse pelo nosso trabalho e sempre respondem às nossas solicitações. Têm formações muito boas”

“sempre disponível para novas colaborações”

“acho que a EAPN-Portugal promove ideias correctas sobre a problemática.”

(Associados)

Após a leitura de algumas justificações que dizem respeito ao grau de satisfação perante a EAPN, é bastante positiva, é caracterizada como uma organização aberta a novos desafios, sempre com o intuito na resolução de problemas como a pobreza e a exclusão social, que tem uma aposta incessante nas formações e na capacitação dos técnicos, e dos públicos alvos, mas, que também, existe a consciência que existe ainda muito por desenvolver e aplicar, mas no desenvolver do trabalho, consegue-se perceber que a maioria das opiniões são satisfatórias e de apreço pela EAPN. Um aspeto referido como mais frágil, é a falta de divulgação do trabalho desenvolvido pela a EAPN-Portugal.

No que se refere às justificações do grau de satisfação com o núcleo de pertença dos associados, obtivemos várias respostas de carácter aberto, por exemplo:

“dado os recursos disponíveis faz um trabalho muito bom”

“o sentimento de pertença é total, faltam alguns passos importantes na divulgação do nosso trabalho”

“porque é um parceiro que nos disponibiliza muita informação, formação e participação”

“O Núcleo de Braga é um profundo conhecedor do território e das suas necessidades no que reporta à pobreza e exclusão, mantendo-se muito colaborativo em diferentes dinâmicas territoriais e, através da dinamização de grupos de trabalho, acrescentando-lhe elementos de inovação. De salientar, a elevada disponibilidade da Técnica na colaboração com as organizações”

“estou bastante satisfeito pois quem coordena o núcleo é uma pessoa interessada e pró-ativa e o grupo identifica-se com essa forma de trabalhar”.

(Associados)

Depois de mencionadas as justificações, conclui-se, que a relação que os associados mantem com o núcleo de pertença é bastante satisfatória, claro que, não é uma verdade absoluta, porque como sabemos, sendo um universo de 1522 associados só tendo respostas de 73, não se pode dizer que é uma visão geral, mas apenas uma opinião em média daqueles que conseguimos obter resposta. Contudo todas as respostas foram de fato satisfatórias, de grande confiança com os núcleos que trabalham e os referentes técnicos. Caraterizam a EAPN-Portugal, como os núcleos com meios de grande abertura e ajuda, para um caminho mais justo e igualitário.

Em suma, perante todos os aspetos que foram analisados pode-se afirmar, que tanto a direção/departamentos, núcleos e associados tem plena consciência da missão que estão a desenvolver.

7.6 Sugestões para melhoria da participação dos associados

Os associados também enumeram algumas sugestões de melhorias, com vista a manifestarem uma maior participação, numa resposta aberta. Pode-se verificar estas respostas na tabela 7, do anexo 2.

Um das melhorias mais frisadas pelos associados passou pela **descentralização** das reuniões e das atividades, como se pode verificar nas respostas obtidas:

“Descentralizar mais as diversas atividades”

“Descentralizar as reuniões mensais dos Núcleos”

“Descentralização do local de reuniões nacionais de associados”

(Associados)

Também referido foi a necessidade de promover uma **maior sensibilização e visibilidade** da EAPN-Portugal, perante as organizações associadas;

“Aumentar a visibilidade e sensibilização dos dirigentes das organizações associadas”

“maior visibilidade e sensibilizar os dirigentes das organizações associadas para a importância da participação”

(Associados)

e a redução nos **custos das formações**, como também na **flexibilização dos horários**.

“Como referi, a possibilidade de frequentar formações não presenciais”

“No nosso caso ser fora da hora laboral como por exemplo ao sábado”

“Maior informação e redução de custo das formações”

(Associados)

Numa pequena conclusão, percebeu-se, ainda, que existe uma grande satisfação dos associados perante a EAPN-Portugal, muito devido a ser uma associação de grande abertura, promotora de participação social, disposta a ouvir tudo e todos para a melhoria da sociedade e das próprias organizações que com ela caminham. Percebeu-se, também que nem tudo é perfeito, mas, o mais importante é que o caminho é sempre percorrido com vista a mais e melhor.

No que se refere à participação social, verificou-se, que existe uma participação bastante positiva, embora que não seja assim em todas as atividades promovidas, porém, num nível geral a participação é bastante positiva. Existem dificuldades para o exercer dessa participação dos associados, não, porque, não existe apelo nem divulgação, a essa mesma participação, mas, porque, existe falta de tempo e limitações orçamentais que muitas vezes não permitem uma maior participação.

Percebeu-se que a atividade que mais ênfase de participação tem, é mesmo as ações de formação, onde os participantes ganham e capacitam-se mais, com mais informação sobre a realidade social e problemas ligados à exclusão social, que lhes permite depois terem uma visão mais clara e objetiva e ao mesmo uma ação cada vez mais profissional.

A EAPN-Portugal, perante os dados recolhidos é considerada uma organização que dispõem de grande capital social, porque todos os inquiridos têm confiança na sua aliada para percorrem o caminho contra a pobreza e exclusão social. É promotora de inovação social e projetos inovadores, na medida que procuram ir além do assistencialismo em busca de dar voz e capacitar os mais frágeis da sociedade e a capacitação das organizações do terceiro setor. O tradicionalismo não faz parte do vocabulário desta associação, mas sim, a inovação.

Ficou-se, também com a noção, que existe ainda um longo percurso pela frente, os problemas sociais são cada vez mais e existe uma dificuldade em resolver tudo a que se propõem. Existe também uma necessidade desta organização em se afirmar cada vez mais na sociedade, apostando numa maior divulgação do que desenvolvem, que muitas vezes passa despercebida, mas a verdade é que é uma rede pioneira em Portugal, que tem desenvolvido muito trabalho em prol dos mais necessitados, sem nunca desistir e cada vez mais empolgada em fazer mais e melhor.

Olhando agora de uma forma comparativa para os dados empíricos com a revisão teórica, percebe-se, desde logo, que a EAPN-Portugal é uma organização sem fins lucrativos, de caráter privado, sem foco nos excedentes financeiros, mas sim, no cumprimento de uma missão social, pertencente ao terceiro setor. Na tipologia de Wessel (1997), podemos encaixar a EAPN-Portugal, nas associações de caráter social, na medida em que luta pelo bem comum rege-se por uma missão social. Já na visão de Viegas (2009), integramos a EAPN-Portugal dentro das associações de “integração social”. É considerada uma associação de solidariedade social, na medida que se une voluntariamente em prol de um bem comum, neste caso, o combate à pobreza e exclusão social.

É um palco de associativismo na medida, que promove valores democráticos, liberdade de associação, é apela a novos projetos, novas ideias, e é assim que a EAPN-

Portugal se caracteriza, pelo seu grau de originalidade e foco na inovação na ideias e projetos. Segue muito a linha da democracia participativa ao invés da representativa, dá cada vez mais ênfase à participação dos indivíduos e para que assim consigam ganhar e conhecer capacidades que lhes permitam mudar a regra estabelecida. “o associativismo é particularmente favorável ao exercício da democracia, constituindo por isso um importante fator de construção da nova cidadania e definição da identidade local, e para a integração social e expressão cultural no exterior do sistema economicista dominante” (Coelho, 2008:12).

A EAPN-Portugal, como se verificou nas respostas obtidas pelos inquiridos, é uma grande promotora de inovação social. Foram enumeradas várias características repetidamente, como capacitação dos indivíduos, dar voz aos grupos desfavorecidos, apelo à participação. Contudo também se verifica inovação, pela rede pioneira que pelos eixos de intervenção que dispõem, pelas novas metodologias de intervenção, procuram ir mais além das práticas assistencialistas e uma maior participação dos cidadãos, inculcando-lhes maior responsabilidade e novas visões que lhes permitam ganhar capacidades de se afirmarem. Dentro destas novas metodologias também apostam numa intervenção mais próxima do público alvo, onde observam a realidade consoante o território. Onde agem através do lobby político para mudar a realidade das políticas sociais e serem cada vez mais adequadas as realidades vivenciadas nas sociedades. “(...) A inovação social implica sempre uma iniciativa que escapa à ordem estabelecida, uma nova forma de pensar e fazer algo, uma mudança social qualitativa, uma alternativa - ou até mesmo uma ruptura - face aos processos tradicionais. A inovação surge como uma missão ousada e arriscada” (André *et* Abreu, 2006:125).

O capital social também ele está presente nesta organização, porque, em primeiro lugar é uma organização que trabalha em rede e consoante as respostas dos inquiridos conseguimos perceber que é uma organização coesa e de grande confiança, embora o devido reconhecimento ainda não estar muito explícito, mas dentro da organização conseguem-se resultados plausíveis para o desenvolvimento ser cada vez maior. O apelo à participação também está explícito, por ser uma organização democrática. Segundo Luchmann (2014:163) “quanto mais ricas as redes e conexões que operam nas estruturas sociais, mais chances de causar impactos positivos na democracia, tomando as intuições políticas mais eficazes”. Ou seja, o capital social, é um grande mecanismo que nos permite verificar a realidade democrática numa organização, e como tal conseguimos observar essa realidade na EAPN-Portugal.

A EAPN-Portugal é uma grande aliada do terceiro setor na medida que promove o mesmo, implica valores democráticos, é inovadora, e é capacitada de grande capital social.

8. Conclusões

Ao longo deste trabalho discutiu-se o papel do associativismo no desenvolvimento social através da inovação social e do reforço da democracia participativa. Para isso foram introduzidos os conceitos de terceiro setor, capital social e participação cívica e sua relação com o associativismo.

Nesta discussão evidencia-se uma longa e progressiva mudança no que que toca ao terceiro setor. Com fortes raízes numa lógica conservadorista, muito baseada, nos valores da igreja católica e no assistencialismo, passando por uma ditadura, no caso de Portugal, que não permitiu uma total abertura ao associativismo. Com a implementação da democracia em 1974 e com implementação do direito de livre associação o terceiro setor ganhou outras dinâmicas. Ao mesmo tempo, com a globalização a realidade começou a ficar mais difusa e complexa, novos problemas começaram a surgir e os velhos problemas a acompanharem esta contemporaneidade. O aumento do desemprego e os empregos precários marcam toda uma realidade social, ao mesmo tempo que o Estado Social começa a dar mostras de falência. A área social, exige novas respostas e novos mecanismos para abraçarem estes novos problemas. É neste contexto que o terceiro setor assume uma renovada importância, como (pro)motor de respostas sociais adequadas a estas novas realidades.

Mas o potencial das organizações da sociedade civil está dependente, em grande medida, das suas capacidades de envolver os seus associados, i.e. de conseguir uma participação ativa. Propusemo-nos então compreender quais as realizações e as dificuldades que estas associações enfrentam para conseguirem alcançar os seus objetivos, nomeadamente na participação social ativa e no encontro de novas respostas para os problemas sociais, sendo o nosso objetivo principal. Para tal recorreu-se ao estudo do caso da EAPN-Portugal.

A EAPN-Portugal é uma organização de solidariedade social, que prima pelo seu trabalho ao nível social. A sua missão é direcionada ao combate da pobreza e exclusão social, que pretende cumprir através dos seus eixos de intervenção, da sua rede e parcerias. Envolve a sociedade nestes mecanismos, com vista a melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis. Promove uma ação direta com os mais desfavorecidos, com o intuito de lhe dar voz, para a alteração da ordem estabelecida. Apela também à participação, para que com a união, se criem sinergias na luta contra a pobreza e exclusão social, com vista a diminuição das desigualdades sociais, uma sociedade mais justa e igualitária.

Sendo uma rede em pleno funcionamento, existe entre os seus vários membros uma clara perceção da sua missão e do seu potencial de inovação social. As maiores

realizações verificaram-se ao nível das ações de formações, onde o foco principal é a capacitação dos agentes sociais, para que assim a resposta seja mais eficiente e eficaz. E onde o grau de participação é maior. Também a contribuição da resolução dos problemas é apontada, mas através destas formações os agentes sociais conseguem ganhar capacidades que se vão refletir no trabalho com os públicos-alvo, cada vez mais eficaz e eficiente.

Verificou-se, também que não é fácil manter uma participação ativa por parte dos associados, desde logo refletido na baixa taxa de respostas ao questionário. A falta de participação, resulta de vários motivos, sendo, no entanto, a falta de tempo e limitações orçamentais o que se revelou mais importante, motivo esse que tanto foi mencionado pelos associados, como pelos técnicos dos núcleos, como pela direção e os respetivos departamentos.

Pelo contrário, a falta de participação não parece estar associada a uma pouca valorização da associação pelos associados, dado que estes tendem a valorizar muito a missão e atividades desenvolvida e revelam um elevado grau de satisfação perante a EAPN-Portugal.

Estes resultados têm implicações teóricas e práticas. Do ponto de vista teórico este estudo permitiu discutir e aprofundar as razões que promovem e limitam a participação dos associados nas organizações da sociedade civil, mostrando que apesar de aqueles valorizarem o papel destas organizações, o seu envolvimento ativo é condicionado pela escassez de recurso (humanos e financeiros). Do ponto de vista prático, os resultados apontam para a necessidade de sensibilizar técnicos, mas sobretudo dirigentes, sobre a importância da participação e envolvimento, para um reforço da democracia e para a resolução mais eficaz e eficiente dos problemas sociais. Só desta forma, as prioridades de tempo e dinheiro dos associados poderão ser reequacionadas e mais orientadas para uma participação social ativa,

Apesar destas contribuições, a leitura dos resultados deve ter em conta algumas limitações do estudo. Desde logo a dimensão da amostra, que para além de ser relativamente pequena, ou por isso mesmo, pode representar sobretudo os associados que têm uma ligação mais forte com a rede e que podem não ser representativos de todos os associados. Futuros estudos deverão procurar uma amostra mais alargada, de forma a minorar a possibilidade de enviesamento nas respostas.

Uma outra limitação é que apesar de se ter estudado a perceção de inovação social da organização por parte dos seus membros, não foi possível analisar como é que efetivamente essa inovação acontece ou como é percebida por outros agentes sociais, nomeadamente poderes públicos e media. Futuros estudos deverão incluir um estudo

mais aprofundado dos projetos desenvolvidos e incorporar perspectivas externas à organização.

Finalmente, apesar da EAPN-Portugal ser um caso exemplar de uma associação que visa o desenvolvimento por via de uma maior participação cívica, o estudo reflete as dificuldades e realizações da realidade da EAPN- Portugal. Em futuras investigações o estudo de outras organizações de natureza semelhante será importante para reforçar (ou infirmar) as conclusões aqui apresentadas. Também o estudo de outro tipo de associações (por exemplo de assistência direta aos públicos vulneráveis) poderá ajudar a compreender os fatores que promovem ou inibem o envolvimento ativo dos associados são comuns ou distintos.

Anexos

Anexo 1 -Exemplo do Layout dos questionários implementados (associados)

Questionário aos associados da EAPN-Portugal

O presente inquérito insere-se numa Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação social, cujo o tema central é "O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social? O caso da EAPN-Portugal."

Com este questionário pretende-se compreender quais as realizações e quais as dificuldades de envolvimento ativo dos sócios da EAPN-Portugal na participação social e na conceção de projetos de inovação social e como a EAPN-Portugal se poderá afirmar cada vez mais como promotora de uma dinâmica de participação cívica e envolvimento na inovação social.

Solicitamos a sua colaboração no preenchimento do questionário. O inquérito é anónimo e confidencial e os dados serão tratados de forma agregada, pelo que lhe pedimos que seja o mais sincero/a possível. Não existem respostas certas ou erradas.

- **Caraterização do associado**

1. Indique, por favor, a categoria de associado

Coletivo

Individual

Honorário

Por inerência

1.1 No caso de ser coletivo, qual o tipo de organização pertence?

IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social)

Misericórdia

Mutualidade

Associação de Solidariedade Social

Fundação

Cooperativa

Outra, qual?

1.2 No caso de representar um associado coletivo, qual a sua função na organização que representa?

Dirigente

Técnico

Outra, qual? _____.

2. A que Núcleo Distrital da EAPN-Portugal pertence? (em função da sua/vossa residência/localização)

1. Aveiro	10. Leiria
2. Beja	11. Lisboa
3. Braga	12. Portalegre
4. Bragança	13. Porto
5. Castelo Branco	14. Santarém
6. Coimbra	15. Setúbal
7. Évora	16. Viana do Castelo
8. Faro	17. Vila Real
9. Guarda	18. Viseu

3. Em que ano se tornou(aram) sócio(a) (s) da EAPN-Portugal?
_____.

4. É apenas associado(a) na EAPN-Portugal ou desempenha também outras funções nesta organização?

Apenas associado

Membro dos Órgãos Sociais

Membros dos Concelhos Locais de Cidadãos

- **Sobre motivação e participação**

5. Dos motivos que se seguem, indique quais as razões que o (a) motivaram a aderir à EAPN-Portugal. Classificando-as de acordo com a importância que lhes atribui.

Razões para se associar à EAPN-Portugal	Pouco Relevante	Alguma Relevância	Relevante	Muito Relevante	Muitíssimo Relevante
Identificação com os valores e missão da EAPN					
Intenção de colmatar os flagelos da pobreza e exclusão social					
Encontrou na EAPN, uma grande aliada no que diz respeito à representação do terceiro setor em Portugal					
Abertura e desenvolvimento de contactos dentro da área social					
Acesso a formação					
Pertença a uma rede europeia de combate à pobreza e exclusão social					

5.1 Se tiver outro motivo que o incentivou a aderir à EAPN-Portugal, indique-nos qual.

6. Classifique as seguintes áreas de intervenção da EAPN-Portugal de acordo com o grau de importância que lhe atribui.

Atividades	Pouco Relevante	Alguma Relevância	Relevante	Muito Relevante	Muitíssimo Relevante
Informação e documentação (Sensibilização e atualização para os problemas da pobreza e exclusão social)					
Formação (Ações de formação/Planos de Formação)					
Workshops/Fóruns/Seminários (espaços de troca e partilha de opiniões)					
Investigação e Projetos (aprofundar conhecimentos sobre os fenómenos e moldar a intervenção e a experimentação social)					
Lobby e Influência Política					

6.1 Se considerar que existe(m) outra(s) área (s) de intervenção da EAPN-Portugal que tenha um grau de importância para si e não foi mencionada na questão anterior, indique-nos qual(ais).

7. Em média, nos últimos 2 anos, qual o seu nível de participação nas seguintes atividades? Classifique consoante o seu grau de participação (1- nunca a 5- sempre)

Atividades	Nunca	Raras vezes	Algumas vezes	Frequentement e	Sempre
Reuniões de associados nacionais					
Reuniões de associados regionais					
Reuniões de associados distritais (núcleos)					
Formação (Ações de formação/ Planos de Formação)					
Workshops/Fóruns/ Seminários					

- 7.1 Se existir uma atividade que participe e não esteja mencionada anteriormente, diga-nos qual e o respetivo.

8. Na sua opinião, é fácil aceder/obter informação das atividades propostas pela EAPN-Portugal?

Sim
 Não
 Não sabe/Não responde

9. Como tem conhecimento das atividades desenvolvidas pela EAPN-Portugal e pelos seus núcleos? Classifique de acordo com a frequência com que o meio de comunicação foi utilizado para receber/aceder à informação.

Atividades	Nunca	Raras vezes	Algumas vezes	Frequentemente	Sempre
Pessoalmente					
Por contato telefónico					
Por email					
Site da organização					
Newsletter					
Facebook da EAPN					
Revista Rediteia					
Revista Focus Social					

9.1 Se já recebeu a informação das atividades da EAPN-Portugal através de outro meio de comunicação, indique-nos qual.

10. Indique-nos quais as principais as razões que o levaram a participar nas mais atividades da EAPN-Portugal? Classifique de acordo com o seu grau de importância (1-nada relevante a 5- muitíssimo relevante).

Razões que mobilizam a participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Bastante relevante	Muitíssimo relevante
Desenvolver as capacidades de ação no terreno					
Obter um maior conhecimento acerca dos problemas da pobreza e exclusão social					
Acesso a formação					
Participação em projetos sociais					
Discussão e participação na construção de estratégias na luta contra a pobreza e exclusão social					
Conhecimento e intercâmbio com outras organizações					

10.1 Se considerar existir outra razão relevante não listada na questão anterior, por favor, indique-nos qual.

11. Quais considera ser as principais razões que condicionam/limitam a participação dos associados da EAPN-Portugal? Classifique de acordo com o seu grau de importância (1- nada relevante a 5- muitíssimo relevante).

Razões que condicionam/limitam a participação dos associados	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Bastante relevante	Muitíssimo relevante
Ausência de interesse					
Falta de tempo					
Desconhecimento das atividades desenvolvidas					
Falta de incentivos por parte da EAPN-Portugal/Núcleos					
Limitações orçamentais					
Insatisfação com os resultados das atividades desenvolvidas					
Falta de sensibilidade sobre a importância da participação por parte dos dirigentes dos sócios coletivos					
Preço elevado/custo da participação					
Não esta nas minhas/nossas prioridades					

11.1 Se considerar existir outra razão relevante não listada na questão anterior, por favor, indique-nos qual.

12. Na sua opinião, sente-se como membro ativo desta organização?

Sim

Não

12.1 Consoante a sua resposta, indique-nos os motivos

13. O que acha que poderia ser feito para aumentar os níveis de satisfação em relação à EAPN-Portugal?

14. Que sugestões daria para uma maior e melhor participação dos associados nas atividades propostas?

15. Qual é o seu grau de satisfação com EAPN-Portugal? Classifique a sua resposta consoante o seu grau de satisfação (1= Muito insatisfeito, 6= Muito satisfeito).

Grau de Satisfação	1-Muito Insatisfeito 2- Insatisfeito 3- Pouco Satisfeito 4- Nada Satisfeito 5- Satisfeito 6- Muito satisfeito
--------------------	--

15.1 Consoante a sua resposta, diga-nos porque?

16. E com o seu núcleo de pertença, qual é o seu grau de satisfação?
Classifique a sua resposta consoante o seu grau de satisfação (1= Muito insatisfeito, 6= Muito satisfeito).

Grau de Satisfação	1-Muito Insatisfeito 2- Insatisfeito 3- Pouco Satisfeito 4- Nada Satisfeito 5- Satisfeito 6- Muito satisfeito
--------------------	--

16.1 Consoante a sua resposta, indique-nos o porque.

17. De que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social?

18. De que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social em Portugal?

19. De que forma a EAPN-Portugal e em particular o núcleo a que pertence, pode promover a inovação social no seu território de atuação?

Questionário aos núcleos da EAPN - Portugal

O presente inquérito insere-se numa Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação social, cujo o tema central é "O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social? O caso da EAPN-Portugal."

Com este questionário pretende-se compreender quais as realizações e quais as dificuldades de envolvimento ativo dos sócios da EAPN-Portugal na participação social e na conceção de projetos de inovação social.

Solicitamos a sua colaboração no preenchimento do questionário, constituído por apenas 8 questões. O inquérito é anónimo e confidencial e os dados serão tratados de forma agregada, pelo que lhe pedimos que seja o mais sincero/a possível. Não existem respostas certas ou erradas. Os resultados do estudo serão facultados à EAPN Portugal e apresentados em provas académicas. Qualquer outra divulgação pública carecerá de autorização a EAPN-Portugal.

- **Sobre o Núcleo**

1. A que Núcleo Distrital da EAPN pertence?

19. Aveiro	28. Leiria
20. Beja	29. Lisboa
21. Braga	30. Portalegre
22. Bragança	31. Porto
23. Castelo Branco	32. Santarém
24. Coimbra	33. Setúbal
25. Évora	34. Viana do Castelo
26. Faro	35. Vila Real
27. Guarda	36. Viseu

2. Ano de fundação do núcleo _____

3. Quantos associados fazem parte deste núcleo da EAPN?

3.1 Quantos sócios em nome individual _____.

3.2 Quantos sócios em nome coletivo _____.

3.3 Quantos sócios honorários _____.

3.4 Quantos sócios por inerência _____.

- **Sobre a EAPN-Portugal**

4. De que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social?

5. De que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social em Portugal?

6. De que forma o núcleo pode promover a inovação social no seu território de atuação?

7. Classifique as atividades desenvolvidas pela EAPN-Portugal de acordo com o grau de importância (1- pouco relevante a 5- muitíssimo relevante) e indique a frequência com que são realizadas.

Atividades	Pouco Relevante	Alguma Relevância	Relevante	Muito Relevante	Muitíssimo Relevante
Informação e documentação (Sensibilização e atualização para os problemas da pobreza e exclusão social)					
Formação (Ações de formação/Planos de Formação)					
Workshops/Fóruns/Seminários (espaços de troca e partilha de opiniões)					
Investigação e Projetos (aprofundar conhecimentos sobre os fenómenos e moldar a intervenção e a experimentação social)					
Lobby e Influência Política					

7.1 Se achar que existe outra (outras) atividade(s) relevante(s), por favor, indique-nos qual (quais).

- **Sobre a participação dos associados**

8. Em média, nos últimos 2 anos, qual estima ser o nível de participação dos associados ligados a este núcleo, nas atividades que exigem mais o seu envolvimento (escolha uma percentagem, para cada atividade, considerando o universo possível em cada situação).

Atividades	<10%	10-25%	25% a 50%	50% a 75%	Mais 75%
Informação e documentação (Sensibilização e atualização para os problemas da pobreza e exclusão social)					
Formação (Ações de formação/Planos de Formação)					
Workshops/Fóruns/Seminários					
Investigação e Projetos (aprofundar conhecimentos sobre os fenómenos e moldar a intervenção e a experimentação social)					
Lobby e Influência Política					

8.1 Se existir, na sua opinião outra atividade em que a participação dos associados seja significativa, diga-nos qual (ais).

9. Os associados têm o conhecimento destas atividades a partir de que meios de comunicação? Classifique de acordo com o grau de importância (1- nunca até 5- sempre).

Atividades	1 nunca	2 Raras vezes	3 Algumas vezes	4 Frequen temente	5 sempre
Pessoalmente					
Por contacto telefónico					
Por email					
Site da organização					
Facebook da EAPN					
Revista Rediteia					
Revista Focus Social					

- 9.1 Se existir outro meio de comunicação que os associados tenham acesso à informação acerca das atividades, indique-nos qual(ais).

10. Quais considera ser as principais razões que mobilizam os associados a participar nas atividades da EAPN-Portugal? Classifique de acordo com o grau de importância (1-nada relevante a 5-muitíssimo relevante).

Razões para a participação dos associados	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Muito relevante	Muitíssimo relevante
Desenvolver as capacidades de ação no terreno					
Obter um maior conhecimento acerca dos problemas de pobreza e exclusão social					
Acesso a formação					
Participação em projetos sociais inovadores					
Discussão e participação na construção de estratégias na luta contra a pobreza e exclusão social					
Conhecimento e intercâmbio de informação com outras organizações					

10.1 Se considerar existir outra razão relevante não listada nas anteriores, por favor indique-nos qual (ais)?

11. Quais considera ser as principais razões que condicionam/limitam a participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal? Classifique consoante o grau de importância (1- nada relevante a 5- muitíssimo relevante).

Razões que condicionam a participação dos associados	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Muito relevante	Muitíssimo relevante
Ausência de interesse					
Falta de tempo					
Desconhecimento das atividades desenvolvidas					
Falta de incentivo à participação por parte da EAPN-Portugal/Núcleos					
Limitações orçamentais					
Insatisfação com os resultados das atividades desenvolvidas					
Falta de sensibilidade sobre a importância da participação por parte dos dirigentes das organizações associadas					
Preço elevado/custo de participação					
Não esta nas minhas/nossas prioridades					

11.1 Se considerar existir outra razão relevante não listada nas anteriores, por favor, indique-nos qual(ais).

12. Quais as sugestões que dariam para aumentar os níveis de participação dos vossos associados?

**Questionário à Direção Executiva e Departamento de Desenvolvimento e
Formação da EAPN**

O presente inquérito insere-se numa Dissertação de Mestrado em Empreendedorismo e Inovação social, cujo o tema central é "O envolvimento associativo como veículo de participação e inovação social? O caso da EAPN-Portugal."

Com este questionário pretende-se compreender quais as realizações e quais as dificuldades de envolvimento ativo dos sócios da EAPN-Portugal na participação social e na conceção de projetos de inovação social.

Solicitamos a sua colaboração no preenchimento do questionário, constituído por apenas 8 questões. O inquérito é anónimo e confidencial e os dados serão tratados de forma agregada, pelo que lhe pedimos que seja o mais sincero/a possível. Não existem respostas certas ou erradas. Os resultados do estudo serão facultados à EAPN Portugal e apresentados em provas académicas. Qualquer outra divulgação pública carecerá de autorização a

- **Sobre os associados**

1. Quantos associados fazem parte da EAPN-Portugal? _____.
- 1.1 Quantos associados em nome individual _____.
- 1.2 Quantos associados em nome coletivo _____.
- 1.3 Quantos associados honorários _____.
- 1.4 Quantos associados por inerência _____.

- **Sobre a missão e áreas de intervenção pela EAPN-Portugal**

2. De que forma considera a EAPN-Portugal contribui para erradicação da pobreza e exclusão social?

3. De que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social?

4. Classifique as áreas de intervenção da EAPN-Portugal de acordo com o grau de importância (1- pouco relevante, 5- muitíssimo relevante) e indique a frequência com que são realizadas.

Atividades	Pouco Relevante	Alguma Relevância	Relevante	Muito Relevante	Muitíssimo Relevante
Informação e documentação (Sensibilização e atualização para os problemas da pobreza e exclusão social)					
Formação (Ações de formação/Planos de Formação)					
Workshops/Fóruns/Seminários (espaços de troca e partilha de opiniões)					
Investigação e Projetos (aprofundar conhecimentos sobre os fenómenos e moldar a intervenção e a experimentação social)					
Lobby e Influência Política					

- 4.1 Se na sua opinião existir mais alguma atividade que ache pertinente mencionar, indique-nos qual.

- **Sobre Participação**

5. Em média, nos últimos 2 anos, qual estima ser o nível de participação dos associados nas atividades que exigem mais o seu envolvimento (escolha uma percentagem para cada atividade, considerando o universo em cada situação)

Atividades	<10%	10-25%	25%a 50%	50% a 75%	Mais 75%
Reuniões de associados nacionais					
Reuniões de associados regionais					
Reuniões de associados distritais (núcleos)					
Formação (Ações de formação/Planos de Formação)					
Workshops/Fórums/Seminários (espaços de troca e partilha de opiniões)					

5.1 Se, na sua opinião, existir mais alguma atividade com um nível de participação significativo, indique-nos qual(ais).

6. Quais considera ser as principais razões que mobilizam os associados a participar nas atividades da EAPN? Classifique de acordo com o seu grau de importância (1- nada relevante a 5- muitíssimo relevante).

Participação dos associados nas atividades da EAPN- Portugal	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Muito relevante	Muitíssimo relevante
Desenvolver as capacidades de ação no terreno					
Obter um maior conhecimento acerca dos problemas de pobreza e exclusão social					
Acesso a formação					
Participação em projetos sociais inovadores					
Discussão e participação na construção de estratégias na luta contra a pobreza e exclusão social					
Conhecimento de intercambio de informações com outras organizações					

6.1 Se na sua perspetiva existir mais alguma razão que mobilize os associados a uma maior participação, indique-nos qual (ais).

7. Quais considera ser as principais razões que condicionam/limitam a participação dos associados nas atividades da EAPN? Classifique de acordo com o seu grau de importância (1- nada relevante a 5- muitíssimo relevante).

Participação dos associados nas atividades da EAPN-Portugal	Nada relevante	Algo relevante	Relevante	Muito relevante	Muitíssimo relevante
Ausência de interesse nas temáticas abordadas					
Falta de tempo					
Desconhecimento das atividades desenvolvidas					
Falta de incentivo à participação por parte da EAPN-Portugal / Núcleos					
Limitações orçamentais					
Insatisfação com os resultados nas atividades desenvolvidas					
Falta de sensibilidade sobre a importância da participação por parte dos dirigentes das organizações associadas					
Preço elevado/custo da participação					
Não esta nas minhas/nossas prioridades					

7.1 Se, na sua opinião, existir outra razão que condicione a participação dos associados, indique-nos qual (ais).

8. O que acha que poderia ser feito para aumentar os níveis de participação dos associados?

Anexo 2 -Respostas a questões abertas da direção e departamentos

Tabela 1 - Contributos da EAPN- Portugal para a irradicação da pobreza e exclusão social: respostas obtidas por parte da direção executiva e departamentos

#	De que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para erradicação da pobreza e exclusão social?
1	“(…) considero que genericamente contribui através da sua intervenção proposta nos 4 eixos de atuação (informação/sensibilização; formação, investigação e lobby nacional e europeu) e ainda da na formulação de propostas sobre políticas sociais e formas de intervenção concretas em problemáticas específicas. ”
2	Enquanto entidade promovida pela e para a sociedade civil, a EAPN contribui (...) através dos seus vários eixos de intervenção , nomeadamente o eixo da informação/sensibilização; da formação; do lobby político (designadamente ao nível da articulação europeia) e da capacitação e promoção da participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social
3	-
4	Para além da qualidade da equipa técnica a EAPN Portugal tem um tipo de intervenção em rede que é central para a luta contra a pobreza. Saliento também as ações que desenvolve em áreas centrais: formação, informação, investigação e projetos e o trabalho de lobby. Princípios como o da participação , nomeadamente, a participação das pessoas mais vulneráveis é igualmente central para a luta contra a pobreza.
5	Através do trabalho que desenvolve desde 1991 de apoio técnico a organizações do terceiro sector por todo o país (formação, informação, sensibilização); de lobby junto das instancias decisoras e de investigação dos principais problemas que afetam a sociedade portuguesa.
6	De várias formas, nomeadamente pelo trabalho que desenvolve ao nível da informação e sensibilização - desenvolvimento de campanhas - , do estudo e investigação e da elaboração de propostas e recomendações de nível político, bem como pela atividade formativa, especialmente dirigida aos intervenores sociais (dirigentes e quadros técnicos). Mas também a própria ação em rede que a EAPN defende e pratica é uma metodologia de trabalho que contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social
7	Através de várias ações de informação/sensibilização e de ações de formação direcionadas para os profissionais; da realização de projetos específicos nas mais diversas áreas de intervenção; do conhecimento produzido pela organização e capacidade de lobby.
8	Sendo essa a sua missão, todo o trabalho da organização, nas suas múltiplas vertentes de lobby político, formação e capacitação de organizações e públicos vulneráveis , contribuem neste sentido.
9	Através da definição da estratégia nacional de luta contra a pobreza e do lobby exercido para a sua implementada de forma interministerial e intersetorial; desenvolvimento de grupos de trabalho nas diversas áreas sobre a pobreza e exclusão social com universidades, centros de investigação e organizações não governamentais; bem como realização de projectos de investigação nacionais e europeus no sentido de melhor conhecer a realidade social e adequar modos de intervir; actuação ao nível da informação, formação e investigação nos 18 distritos junto da rede de associados individuais e coletivos.

Tabela 2 - Contributos da EAPN- Portugal para Inovação social: respostas obtidas por parte da direção executiva e departamentos

#	De que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social?
1	Não sei bem a que se refere, conheço vários conceitos e tenho participado em imensas discussões sobre o assunto, tenho uma opinião formada e considero que de uma forma geral a EAPN contribui e contribuiu sempre - através da sua história de 25 anos para esta questão, a sua filosofia de atuação e trabalho baseia-se numa intervenção que busca resposta inovadoras - no sentido em que procura novas soluções, mais eficazes, para isso bastará (re)ver a sua história e acervo que está publicado. Muitos dos conceitos que se intitulam de "inovação social" são bastante confusos e trata-se - muitas vezes de importar conceitos de outras dimensões que (muitas vezes) esquecem e alteram a missão das organizações de economia social.
2	Através da sua forte aposta na promoção e capacitação para a participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social.
3	-
4	Pelo seu trabalho em rede e pelo trabalho de mobilização à participação das pessoas mais vulneráveis. É de salientar também a perspetiva tridimensional que coloca no seu trabalho (local, nacional e europeu) e que a distingue das outras entidades nacionais que também trabalham nesta temática.
5	A EAPN Portugal é uma organização que desde sempre procura desenvolver projetos piloto de experimentação social que permitem testar novas metodologias de intervenção, e novas formas de trabalhar com públicos vulneráveis. O próprio trabalho em rede que é a base de toda a nossa intervenção é em si mesmo inovação social.
6	Ao promover o trabalho em rede, a cooperação e as abordagens colaborativas entre os diferentes atores sociais a EAPN tem promovido o aparecimento de projetos, propostas e soluções para problemas sociais com impacto na vida das pessoas mais vulneráveis da nossa sociedade. A EAPN Portugal tem também desenvolvido um trabalho inovador no âmbito da participação das pessoas em situação de pobreza e exclusão social, com o objetivo de favorecer a sua inclusão e melhorar a eficácia das políticas públicas.
7	Pelo princípio base da instituição: envolvimento e participação efetiva dos cidadãos em situação de desfavorecimento social, mais concretamente pela dinamização dos conselhos locais de cidadãos (18 conselhos locais, um em cada distrito) e do conselho nacional de cidadãos que é constituído por pessoas em situação de desfavorecimento social.
8	Pela sua implementação territorial, com a presença em todo o país e diretamente articulada com a UE, recorrendo de forma intensa a metodologias colaborativas, de trabalho em rede e de capacitação para a participação de organizações e públicos vulneráveis.
9	Dinamização de grupos de trabalho com pessoas em situação de pobreza nos vários distritos para melhor conhecer a realidade da pobreza e exclusão social na primeira pessoa, como exercício de cidadania e direitos humanos e influenciar a definição de políticas sociais que melhorem as condições de vida e os direitos sociais das pessoas mais vulneráveis. Representação de pessoas em situação de pobreza nas mesas dos conselhos gerais distritais - Núcleos Distritais. Implementação de projetos na área da empregabilidade de públicos vulneráveis através de ações de coaching e articulação com as empresas.

Tabela 3- Contributos da EAPN- Portugal para a erradicação da pobreza e exclusão social: respostas obtidas por parte dos Técnicos dos Núcleos Distritais.

#	De que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social?
1	“contribuindo para o conhecimento do fenómeno, em termos quantitativos e qualitativos; capacitação das organizações do setor social; desenvolvimento de projetos sociais/ comunitários; dinamização do trabalho em rede, dinamizando ou participando em grupos de trabalho, com vista a uma maior eficiência e eficácia da intervenção; através da sua visão e metodologias de intervenção de participação das pessoas em situação de pobreza”
2	“Através do cumprimento da sua missão, da sensibilização da sociedade civil e da desconstrução de preconceitos e capacitação de públicos”
3	“Através dos seus 4 eixos de intervenção: investigação social, informação: formação/ capacitação e lobby. A EAPN trabalha estes eixos sempre que possível em rede e parceria com a sociedade civil, entidades publicas e privadas com e sem fins lucrativos ativando a participação e promovendo a cidadania”
4	“Através da sua intervenção junto dos agentes sociais a nível local, nacional e europeu, do poder de lobby, dos projetos que desenvolve”
5	“Influenciando políticas públicas a nível europeu e nacional, de forma a que todas as pessoas tenham os seus direitos garantidos, que todas as pessoas tenham acesso a uma vida digna, influenciando políticas sociais a partir da auscultação dos cidadãos, dando voz a quem a sociedade raramente dá. Como? - Produzindo e difundindo informação - Capacitando os técnicos e dirigentes das instituições - Empoderando/ capacitando as pessoas e dando-lhes voz - Promovendo o trabalho em rede - Influenciando as políticas europeias e nacionais (com documentos e com momentos participativos com os cidadãos)”
6	“Através do contributo para a qualificação da intervenção social das Organizações (privadas e públicas) e do contributo para o exercício da cidadania por parte de cidadãos em situação de vulnerabilidade social”
7	“através da participação das pessoas em situação de pobreza”
8	“A EAPN Portugal procura, por um lado, colocar o combate à pobreza e exclusão social na agenda política nacional e local e, por outro, envolver as entidades associadas (pessoas individuais e associações) e parceiras (Centro Distrital, Autarquias, IEF, Escolas, CPCJ, Plataformas Supraconcelhias e Redes Sociais) nessa mesma prioridade, através da produção de conhecimento, resultante de projetos locais, nacionais e transnacionais, e da promoção de ações formativas e informativas que procurem potenciar uma melhor intervenção social junto dos públicos socialmente vulneráveis com quem trabalham”
9	“Através da atuação nos seus três eixos de intervenção: informação, formação e investigação mediante a ativação da metodologia do trabalho em rede na qual se envolvem atores coletivos e individuais tais como ONG's, atores individuais, estabelecimentos de ensino e outros e através de da realização de atividades contínuas de capacitação, lobby e fomento da participação dos atores envolvidos, nomeadamente as pessoas em situação de pobreza”
10	“Através da formação que desenvolve na área do trabalho social (formando técnicos, colaboradores, dirigentes e cidadãos em geral), desenvolvimento pessoal e gestão organizacional do terceiro sector; através das campanhas e ações de informação e sensibilização sobre a pobreza e a exclusão social e através da investigação e lobby.”
11	“na Capacitação das pessoas”
12	“Através dos seus eixos de intervenção, pela capacidade de ouvir os que mais diretamente estão relacionados com estas questões”

13	“Através do cumprimento da sua missão”
14	“Através da Atividades que executa com a comunidade e com participação das pessoas que se encontram em situação de pobreza e exclusão social, da disseminação da informação referente a esta problemática, da investigação de desenvolve a este nível e também do lobby que exerce junto ao poder local, nacional e mesmo ao nível europeu”
15	“Através do lobby que faz junto do poder político e governativo, procurando influenciar políticas públicas nesta matéria.”
16	“Através do trabalho que realiza, nas suas áreas de intervenção”
17	“é um parceiro por excelência para levantar e tentar resolver este problema”
18	“Papel activo da análise das políticas sociais para o efeito, na proposta de medidas e estudos”

Tabela 4- Contributos da EAPN- Portugal para Inovação social: respostas obtidas por parte dos Técnicos dos Núcleos Distritais.

#	De que forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social em Portugal?
1	“Através das metodologias que apresenta e difundo junto do setor social, ou seja novas formas de intervenção”
2	“Através da promoção da participação e do dar voz a públicos desfavorecidos”
3	“Considero que pode ser promotora de inovação social em Portugal porque utiliza e aplica muitas vezes metodologias e técnicas disruptivas e diferenciadoras nos diferentes eixos mas sobretudo na abordagem do problema social e consequentemente contribuindo para a implementação de processos de mudança social novos e diferenciadores dos demais”
4	“A EAPN Portugal tem-se esforçado por procurar ser inovadora em diferentes aspetos da sua intervenção - a abordagem com as pessoas que vivem situações de desfavorecimento social, as iniciativas/projetos que promove, as metodologias que desenvolve nas atividades.”
5	“Porque se preocupa em difundir práticas, iniciativas e projetos considerados boas práticas na europa de forma a que sejam replicados ou adotados ao nosso território, porque promove o trabalho em rede de forma a intervir de forma organizada e estrutural nas causas da pobreza, porque influencia políticas a partir da auscultação dos cidadãos, fato que nenhuma outra instituição o faz, porque possui conhecimento das políticas europeias e passa essa informação para os território, etc”
6	“Na medida em que concorre para o conhecimento dos territórios e do seu tecido organizacional, bem como para o aumento do conhecimento sobre os fenómenos de pobreza e exclusão social em geral”
7	“através das suas atividades”
8	“Através da procura de novas respostas e novas metodologias de intervenção social para velhos problemas.”
9	Procura soluções adequadas à realidade, fora do tradicional
10	“Pelo cariz inovador das nossas atividades”
11	“Pelos serviços atípicos que oferece, relativamente à maioria das IPSS's, dando respostas complementares e não reprodutoras das que já existem. E pelo trabalho em rede baseado nos principio da participação de todos, de âmbito europeu”
12	“Na intervenção através da formação”
13	“Pelo tipo de resposta que oferece no terreno, diferente da maioria das instituições que atuam diretamente com as pessoas em situação de pobreza”

14	“pela forma como trata as pessoas em situação de pobreza”
15	“Através da divulgação de práticas inovadoras; através da formação/capacitação das organizações e profissionais da área”
16	“Através dos projetos que dinamiza”
17	“tem de se colocar na frente do problema como dinamizadora de sinergias para a sua resolução”
18	Procura soluções adequadas à realidade, fora do tradicional

Tabela 5 - Contributos da EAPN- Portugal para a erradicação da pobreza e exclusão social: respostas obtidas por parte dos Associados da EAPN-Portugal

#	De que forma considera que a EAPN-Portugal contribui para a erradicação da pobreza e exclusão social?
1	“Sobretudo através da formação dos agentes no terreno, da formação/alteração de mentalidades e do lobby político”
2	“através dos seus eixos principais de atuação e do lobby nacional e europeu”
3	“É uma voz reconhecida, pelo trabalho que desenvolve”
4	“Na investigação desenvolvida, tal como nos projetos desenvolvidos juntos da comunidade e das organizações que nela trabalham.”
5	“Participação na elaboração de estratégias na luta contra a pobreza e exclusão social; Papel de lobby; Contributo para a qualificação do trabalho das organizações locais em resultado do seu conhecimento da realidade e práticas nacionais e europeias”
6	“Pela divulgação de dados, pelas campanhas fantásticas de divulgação”
7	“lobby e informação; projectos locais”
8	“São dos poucos que dão a "cara pela causa"”
	“sobretudo através de sensibilização, divulgação de informação e formação”
9	“Acima de tudo julgo que a pressão que exerce a todos os níveis e em todos os setores é fundamental, caso contrário andaria muita gente a "varrer a poeira para baixo do tapete" e a EAPN não o permiti e esse é o fator preponderante da sua atuação. E mantém toda a gente alerta para as questões da pobreza”
10	“muita informação, atenção e sensibilidade para estas causas”
11	“Colocando o problema na ordem de prioridade política”
12	“Liderança de opinião na temática da pobreza e exclusão social”
13	“Representação a nível Europeu desta problemática; disseminação de boas práticas; alertar para as problemáticas emergentes dependendo dos contextos e dando o seu contributo para propostas de acção para minimização das mesmas problemáticas”
14	“danado capacidade de intervenção as pessoas”
15	“Com os projectos que vai dinamizando e informando aos associados”
16	“através da sensibilização e disseminação de boas práticas”
17	“Pelo facto de agregar várias instituições tem um peso político forte na luta contra a pobreza”
18	“Coloca as questões na agenda publica”
19	“com um grupo de trabalho ativo, organizado e aberto”
20	“Tem alguma exposição e alerta para os muros mentais da sociedade”
21	“Contribuindo para a formação dos agentes sociais, na mudança de mentalidade e influência política.”
22	“por toda a ação desenvolvida até à data”
23	“Com todas as acções de sensibilização e pressão às autoridades”
24	“Pela Educação”
25	“De forma indireta promovendo os direitos das pessoas em situação de pobreza”
26	“De forma indireta promovendo os direitos das pessoas em situação de pobreza”
27	“Desconheço formas ativas de erradicação”

28	“Pelo apoio às instituições”
29	“postura proativa”
30	“Intervenção junto do poder político”
31	“Muito activamente e de forma inteligente”
32	“Colocando-a na agenda política / tornando-a/mantendo-a visível, tanto a nível político como nas redes sociais, etc., mobilizando e permitindo que a vontade de muitos e de muitas se encontre representada de forma organizada”
33	“Ao nível das diversas ações.”
34	“Fazendo tudo o que estiver ao seu alcance para concretizar medidas eficazes com esse fim.”
35	“através da informação”
36	“através da concretização dos objetivos que se propõe concretizar”
37	“O TRABALHO NO TERRENO, O ENVOLVIMENTO”
38	“Visibilidade social”
39	“É das Entidades portuguesas que prima por campanhas eficazes a favor da inclusão”
40	“estudos e influencia, formação das entidades que trabalham diretamente com a população”

Tabela 6- Contributos da EAPN- Portugal para Inovação social: respostas obtidas por parte dos Associados da EAPN-Portugal

#	De que Forma a EAPN-Portugal pode ser considerada promotora de inovação social em Portugal?
1	“Pela sua natureza de rede, pioneira em Portugal, pela sua forma de organização interna, inovadora em termos Europeus e pela possibilidade de transferência de conhecimentos e promoção e esforços conjuntos na implementação de soluções para problema sociais”
2	“Na medida em que tem liderado projetos de inovação social que tem comportado novas práticas na resposta a problemas sociais”
3	“Na medida em que tem liderado projetos de inovação social que tem comportado novas práticas na resposta a problemas sociais”
4	“Novas metodologias, novas visões, novas propostas de resolução dos problemas sociais”
5	“Através de projetos inovadores, como é o caso do Bem-Envelhecer, que permitem constatar que é possível fazer a diferença e romper com a rotina”
6	“Está sempre mais à frente”
7	“Pelas acções que faz e pela forma como vê a pobreza não só do ponto de vista financeiro e económico mas também social e cultural”
8	“Pela forma como está organizada. Diferencia-se ainda pelas metodologias adaptadas”
	“Através da informação e realização de ações específicas”
9	“através de trabalho em parceira efetivo”
10	“O enfoque na formação e investigação, a par do lobby junto dos poderes políticos. A ação do terreno das instituições de solidariedade social, junto das pessoas, é importante, mas este trabalho, que vejo incidir também a nível macro, é essencial. É um importante complemento às instituições que apoiam diretamente as pessoas”
11	“Sem conhecimento de causa para dar uma resposta concreta”
12	“ouvindo as pessoas pobres”
13	“Através da abertura a associados de diversa natureza (individuais, associações com âmbitos de atuação geográfico e setoriais diversificados). Originalidade de alguns projetos que tem desenvolvido”
14	“APOSTA EM FAZER MAIS E MELHOR A CADA MOMENTO”

15	“Trata as questões em presença com rigor e efetua estudos com grande interesse de suporte para a intervenção social”
16	“Alguém deverá fazer algo”
17	“a sua intenção sei dizer é inovadora desde a sua fundação - basta ler a sua história - no entanto, não sei bem o que significa "inovação social", teria de ver clarificado o conceito para dar uma resposta mais completa”
18	“Procurando desenvolver investigação no terreno, projectos de proximidade e trabalho em rede”
19	“Pela preocupação em procurar projectos diferentes”
20	“Através da sua intervenção e representatividades, nomeadamente ao nível Europeu e, com conseqüente trabalho a nível Nacional”
21	“atuando como mediador entre instituições e poderes e organismos estatais”
22	“pela ação desenvolvida”
23	“Pela formação, educação e informação.”
24	“Não sei dizer”
25	“Pela capacitação das organizações”
26	“A EAPN-Portugal promove um conjunto de acções muito importante”
27	“Alterando alguns paradigmas de intervenção”
28	“Não tenho opinião”
29	“através de projectos”
30	“através da formação e da criação de dinâmicas sociais”
31	“Através da investigação realizada , está atenta”
32	“na regulação de respostas”
33	“Envolve as pessoas em situação de pobreza e exclusão social e torna-os agentes da própria mudança e dos que estão nessa situação”

Tabela 7 - Sugestões dos Associados da EAPN-Portugal para uma maior participação

#	Que sugestões daria para uma maior e melhor participação dos associados nas atividades propostas?
1	Aumentar a visibilidade e sensibilização dos dirigentes das organizações associadas
2	maior visibilidade e sensibilizar os dirigentes das organizações associadas para a importância da participação
3	ver resposta anterior
4	actividades mais direccionadas para o publico das instituições
5	Convites mais personalizados
6	Maior sentido de responsabilidade por parte das IPSS
7	Descentralizar mais as diversas atividades
8	Está muito bem assim
9	ver resultados práticos nas reuniões
10	Julgo que a única forma de fazer com que os associados aumentem a participação é a identificação com as propostas e a paixão pelas questões que vão estando em cima da mesa. Caso contrário e como não há contrapartidas financeiras que ainda hoje, e infelizmente, só assim se movem algumas pessoas do setor social, tenho dificuldade em ver outras formas de potenciar... Acredito muito, assim como nas redes sociais dos municípios, que a participação ativa de uma instituição depende muito do perfil do técnico que representa a instituição
11	chamar e responsabilizar os dirigentes, reunir com estes e explicar a importância da EAPN
12	igual à 13
13	não sei sugerir
14	capacitação das direcções
15	sensibilização dos dirigentes
16	No nosso caso ser fora da hora laboral como por exemplo ao sábado
17	Continuidade da ação atual
18	Por exemplo ter atenção as datas e horas de AG de forma a que sejam acessíveis a quem é de fora...
19	Promover ações nas Instituições para as "abrir" às outras e envolver
20	maior participação e relevância em atividades no terreno
21	maior proximidade dos núcleos
22	Não tenho
23	Divulgação junto de públicos estratégicos, como estudantes de Ensino Superior de áreas afetas à missão da EAPN
24	Mais liberdade de expressão e autonomia por parte dos núcleos, e nomeadamente, dos associados, na organização das atividades.
25	Atitude diferenciadora face a outros operadores
26	as viagens ao Porto são muito morosas
27	corresponder às necessidades das entidades conforme os territórios, maior proximidade das actividades nacionais, maior descentralização

28	financiar o aluguer de espaços ou contribuir para alguma melhoria nas instituições que realizem actividades promovidas pela EAPN
29	Xxxx
30	Descentralizar as reuniões mensais dos Núcleos
31	INCENTIVOS À PARTICIPAÇÃO.
32	Como referi, a possibilidade de frequentar formações não presenciais
33	Maior informação e redução de custo das formações
34	Descentralização do local de reuniões nacionais de associados
35	Nenhuma
36	maior numero de projetos coletivos que envolvam a participação dos associados- associados atualmente com pouco papel ativo comparado com o início- leva a desmotivação
37	Maior abertura dos dirigentes

Bibliografia

André, Isabel; Abreu, Alexandre (2006) “Dimensões e Espaços na Inovação Social” in Finisterra XLI nº81, pp. 121-141.

Andrade, António Manuel; Franco, Raquel Campos (2007) “Economia do Conhecimento e Organizações Sem Fins Lucrativos” Sociedade Portuguesa de Inovação: Porto.

Bignetti, Luiz Paulo (2001) “As inovações sociais: uma incursão por ideias, tendências e focos de pesquisa” in Ciências Sociais Unisinos: São Leopoldo.

Bourdieu, Pierre (1986) “The Forms of Capital” in Richardson, J., Handbook of Theory and Research of The Sociology of Education. Westport, CT: GreenWood.

Coelho, Sandra Lima (2008) “Participação Social e associativismo em Portugal: breves apontamentos de um estudo caso de uma associação de promoção do Comércio Justo, Porto: Instituto de Sociologia da Faculdade da Universidade do Porto.

Correia, Sofia (2007) “Capital Social e Comunidade Cívica - o círculo virtuoso da cidadania, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas: Lisboa.

Corry, Olaf (2010) “Defining and Theorizing the Third Sector” in ResearchGate, pp.11-20.

Eisenhardt, Kathleen Marie (1989) “Building Theory from Case Study Research. The Academy of Management Review, Vol. 13, No.4.

Estanque, Elísio (2006) “A questão social e a democracia no início do século XXI - Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismos” in Revista Finisterra, Vol. 55-56-57, pp.77-99.

Guerra, Paula; Santos Mónica (2012) “O Empreendedorismo Social em Portugal na estratégia de combate à pobreza e exclusão social: uma ilustração” in VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto.

Guerra, Paula; Santos Mónica (2013) “Relações entre o Estado e a sociedade: uma diacronia pelo terceiro setor em Portugal” in Empreendedorismo Social, Faculdade de letras da Universidade do Porto.

Luchmann, Ligia Helena Hahn (2012) “Modelos Contemporâneos de Democracia e o Papel das Associações” in Revista Social Política, Vol.20 nº43, pp.59-80.

Luchmann, Ligia Helena Hahn (2014) “Abordagens teóricas sobre o associativismo e os seus efeitos democráticos” in Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol.29 nº85, pp.159-178.

Marteleteo, Regina Maria (2001) “Análise de redes sociais - aplicação nos estudos de transferência da informação in Ci. INF, Vol. 30, nº1, pp.71-80.

Mendes, Victor (2014) “O terceiro setor, economia social e solidária” Legis Editora: Porto.

Morais, Ricardo; Sousa, João Carlos de (2012) “Do envolvimento à mobilização cívica: O potencial das redes sociais” in VII Congresso Português de Sociologia, Universidade do Porto.

Mulgan, Geoff; Tucher, Simon; Ali Rushanara; Sanders, Ben (2007) “Social Innovation - What is, Why it Matters and How it Can Be Accelerated in Skoll Centre For Social Entrepreneurship: London.

Namorado, Rui (2009) “A Economia Social -Uma constelação de esperanças” in Revista Crítica de Ciências Sociais, nº84, pp.65-80.

Pateman, Carole (1992) “Participação e Teoria Democrática” Paz e Terra: São Paulo.

Pereira, Gaspar Martins (2016) “25 anos a construir caminhos para a erradicação da pobreza, EAPN - Rede Europeia Anti-Pobreza: Porto.

Pereira, Alexandre; Patrício, Teresa (2016) “Guia Prático de utilização do SPSS - Análise de dados para as Ciências Sociais e Psicologia” 8ª Ed., Edições Sílabo: Lisboa.

Putman, Robert D. (1993) “Making democracy work: Civic Traditions in Modern Italy” Princeton: Princeton University Press.

Quintão, Carlota (2004) “Terceiro Sector - elementos para referenciação teórica e conceptual” in V Congresso Português de Sociologia, Universidade do Minho, Braga.

Quintão, Carlota (2011) “O Terceiro Sector e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar” in Is Working Papers Nº2, Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Sá, Jorge de (2015) “Inovação Social, Capital Social e Desenvolvimento “in ILAB, nº2, pp. 1-32.

Sá, Jorge de, Pequito, Conceição (2015) “Capital Social, Economia Social e Qualidade de Democracia em Portugal, Campos de Comunicação: Lisboa.

Santos, B. de S.; Reis, J. Hespanha, P. (1992) “O Estado e a Sociedade Civil: A criação de Atores Sociais num Período de Reconstituição do Estado in Oficina do CES, nº35.

Grice- Caulier Julie; Davies Anna; Patrick, Robert; Norman Will (2012) The Young Foundation (2012) Social Innovation Overview: A deliverable of the project: “The theoretical, empirical and policy foundations for building social innovation in Europe”

(TEPSIE), European Commission -7th Framework Programme, Brussels: European Commission, DG Research.

Silva, Ana Alves da; Almeida, Joana (2015) “Palcos de inovação social: atores em movimento(s)” in Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXX, pp. 33-54.

Subirats, Joan (2015) “Como hacer funcionar la democracia” in Cadernos EBATE. Br, Vol.13, nº1, Opinion, Rio de Janeiro, pp.206-216.

Varanda, Miguel (2014) “Associativismo: a ação das associações no desenvolvimento do município de Castelo Branco” Dissertação de Mestrado em Metropolização, Planeamento e sustentabilidade.

Vieira, Isabel Freitas (2017) “A participação - Um paradigma para a intervenção social” Universidade Católica Editora: Lisboa.

Viegas, J. M. L. (2004) “Implicações Democráticas das Associações Voluntárias - O caso português numa perspectiva comparativa europeia” in Sociologia Problemas e Práticas, nº46, pp.33-50.

Viegas, J. M. L. (2009) “Envolvimento dos cidadãos e dos parlamentares nas associações”, in Freire, André e José Manuel Leite Viegas (orgs.), Representação Política - o caso Português em Perspectiva Comparada, Lisboa, Sextante Editora, pp. 119-143.

Viegas, J. M. L., Faria, Sérgio & Santos, Susana (2010) “Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva in José Manuel Leite Viegas, S. Santos & Sérgio Faria (Orgs.), A qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Política em Portugal e Espanha (pp.157-180), Lisboa: Mundos Sociais.

Viegas, J. M. L. (2011) “A Participação Associativa em Portugal: Que Contribuição para uma Sociedade Civil Forte?” in Boletim do Núcleo Cultural da Horta, nº20, pp.44-57.

Vilelas, José (2017) “Investigação - O Processo de Construção do Conhecimento, 2ªEd. Edições Sílabo: Lisboa.

Yin, Robert K. (2001) “Estudos Caso - Planeamento e Métodos, Trad. Daniel Grassi - 2ªEd, Porto Alegre: Bookman.

Outras fontes:

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (1976), Constituição da República Portuguesa - V Revisão Constitucional. Versão online no site: http://www.parlamento.pt/const_leg/crp_port/index.html.

ASSEMBLEIA CONSTITUINTE (2013), Lei de Bases da Economia Social, N°30/2013.

Site da EAPN-Portugal: <https://www.eapn.pt/>

Site da CASES: <http://www.cases.pt/>